

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

JOÃO MAIKEL DA SILVA

CAUSAS ECONÔMICO-SOCIAIS DO ENCARCERAMENTO EM MASSA

Florianópolis

2009

JOÃO MAIKEL DA SILVA

CAUSAS ECONÔMICO-SOCIAIS DO ENCARCERAMENTO EM MASSA

**Trabalho de conclusão de curso submetido à
Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do título de Bacharel em
Direito.**

**Orientadora: Professora Doutora Vera Lúcia
Teixeira**

Florianópolis

2009

JOÃO MAIKEL DA SILVA

CAUSAS ECONÔMICO-SOCIAIS DO ENCARCERAMENTO EM MASSA

TERMO DE APROVAÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso, intitulado “**Causas econômico-sociais do encarceramento em massa**”, na área de Criminologia, elaborado pelo acadêmico **João Maikel da Silva**, matrícula nº 04222202, foi apresentado e defendido em sessão pública de arguição e avaliação, em 25 de junho de 2009, às 10 horas, na sala 109 do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), perante a banca examinadora composta pelos membros abaixo, tendo obtido aprovação com nota 10 (dez) e sido julgado adequado para o cumprimento do requisito legal previsto no art. 9º da Portaria nº 1.886/94/MEC, regulamentada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) pela Resolução nº 003/95/CEPE.

Banca examinadora:

Presidente: Professora Doutora Vera Lúcia Teixeira

Membro: Professor Doutor Luis Carlos Cancellier de Olivo

Membro: Professor Mestre Cleyton Murilo Ribas

Coordenadora do Curso: Professora Doutora Josiane Rose Petry Veronese

Florianópolis, 6 de abril de 2010.

A aprovação do presente trabalho de conclusão de curso não significará o endosso da Professora Orientadora, da Banca Examinadora e da Universidade Federal de Santa Catarina à ideologia que a fundamenta ou que nela é exposta.

RESUMO

Este ensaio sociológico versa sobre os fatores reais de poder que conduzem as rédeas do Estado e da sociedade civil na sua organização e estruturação, ou seja, tenta fotografar com palavras a quebra do contrato social, tenta fotografar a realidade ocidental permeada de conflitos e imposições que diferentes grupos sociais fazem entre si para obter vantagens, principalmente econômicas.

Para demonstrar, pelo menos em parte, o embate entre as classes sociais, deu-se enfoque a uma análise histórico-econômica do consumo e a uma abordagem dos meios de controle social utilizados pelo Estado, sendo, dois deles, o consumismo e o encarceramento em massa da população.

Entende-se que, em uma sociedade dividida em classes, há duas principais formas de a classe dominante controlar as demais classes. A primeira forma diz respeito à pacificação da sociedade por meio de uma equitativa distribuição de riqueza entre as classes e de um fortalecimento da cidadania, o que levaria as pessoas a terem uma existência digna que lhes permitiriam viver com equilíbrio de forças com os outros atores sociais. A segunda maneira de controlar, organizar e fazer subsistir uma sociedade dividida em classes é a adotada pela atual classe dominante, a qual faz uso da manipulação da mídia, da má educação ofertada, do consumismo, da coação, da força, da imposição de vontades, dos vários tipos de polícias-política que são colocadas nas ruas para manter a “ordem social”, em outros termos, a atual forma de organização social faz com que a maior parte da riqueza produzida pelas classes sociais subalternas seja expropriada em benefício da classe dominante. Neste contexto, para manter a expropriação continuada da riqueza produzida pela classe trabalhadora é necessário que o Estado vá até a sociedade com seu braço armado para manter a “ordem social”, que significa manter a estrutura de classes. Isso só é possível por meio da legitimação jurídico-legal ofertada pelo direito para a manutenção do *status quo*. O princípio da igualdade de todos perante a lei insculpido na Constituição Federal de 1988, no art. 5º, *caput*, é um importante esteio do sistema burguês, isto é, o direito conserva a estrutura como está.

O encarceramento em massa da população, que também é legalizado e legitimado pelo direito, nada mais é do que um efeito colateral da ordem social vigente. Isto é, o encarceramento em massa é um mal necessário resultante da escolha feita pela classe dominante para “pacificar” a sociedade e dar continuidade à transferência de riquezas. O

custo-benefício entre os altos índices de violência decorrentes da luta entre as classes, por um lado, e as vantagens econômicas auferidas pela classe dominante por meio da má distribuição de renda, por outro, são, ainda, favoráveis e aceitáveis. Para a classe dominante os atuais índices de violência são preferíveis à distribuição equitativa da renda entre as classes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAP. 1 VARIAÇÕES TEÓRICAS DO CONSUMO.....	15
1.1 Surgimento da burguesia.....	15
1.2 Abordagem marxista.....	17
1.3 Teoria crítica da Escola de Frankfurt.....	21
1.4 Teoria econômica neoclássica	28
1.5 Teoria simbólica	31
CAP. 2 VIOLÊNCIA, MEDO, E INSEGURANÇA PARA LUCRAR.....	36
2.1 Sistema ideológico de dominação.....	36
2.2 Cultura do medo.....	43
2.3 A espetacularização da violência nos meios de comunicação em massa	53
CAP. 3 MUDANÇAS NA ESTRUTURA ECONÔMICO-SOCIAL DA SOCIEDADE.....	56
3.1 Globalização da flexploração.....	56
3.2 Transformação dos cidadãos em consumidores.....	68
3.3 Transformação dos consumidores em mercadoria.....	74
3.4 Gestão dos consumidores falhos pelo encarceramento.....	77
3.5 O estado policial como um novo nicho de mercado	85
CONCLUSÃO.....	92
REFERÊNCIAS.....	94

CAUSAS ECONÔMICO-SOCIAIS DO ENCARCERAMENTO EM MASSA

“Há milhares de anos, um homem fez fogo pela primeira vez. Provavelmente, foi queimado vivo na fogueira em que acendeu. Foi considerado um criminoso que havia roubado de algum demônio um segredo temido pela humanidade. Mas, graças a ele, os homens puderam se aquecer, cozinhar os alimentos, iluminar as cavernas. [...] Esse homem, o pioneiro, o precursor, é encontrado em todas as lendas que o ser humano imaginou para explicar o começo de todas as coisas. [...] Os grandes criadores – pensadores, artistas, sábios, inventores – sempre se ergueram, solitários, contra os homens de seu tempo”.

Ayn Rand

INTRODUÇÃO

É com uma visão holística do encarceramento em massa da população, principalmente das classes inferiores, que se faz aqui a construção da análise deste fenômeno social. Para entender o porquê dos altos índices de encarceramento encontrados no ocidente recorreu-se não só às fontes de pesquisa na área do direito e da criminologia, mas também à filosofia, à economia, à história, à sociologia, à psicologia e, de modo indireto, a outras áreas do conhecimento que inevitavelmente se interconectam com as já citadas.

Durante a leitura do presente texto, o leitor deverá sempre ter em mente que o encarceramento em massa da população não é um fato que existe por si mesmo, mas sim um fato que é decorrência de um grande número de fatores que se consubstanciam em um contexto socioeconômico-cultural gestado dentro do Estado Burguês-Capitalista, construído ao longo dos últimos trezentos anos. Todos os fenômenos sociais e naturais relacionados ao sistema carcerário são consequência de um conjunto de variáveis que influenciam a sua formação. Este texto tenta expor o fenômeno do encarceramento em massa, levando em conta o contexto histórico e vários ramos do conhecimento, justamente na tentativa de sair

do senso comum que prega a existência de um presente perpétuo e faz análises sociais em bloco, como se as pessoas, as cidades, os países, o meio-ambiente, os governos, o poder econômico, o direito etc, fossem peças de um grande quebra-cabeça ou peças de um relógio que o fazem funcionar.

Neste sentido, este trabalho de conclusão de curso, com uma coragem cívica, vai contra o padrão dogmático da catequese jurídica geralmente ensinada nas faculdades de direito. Além de fugir da análise das frias letras da lei, busca-se também deixar de lado o vocabulário técnico, na medida do possível. A intenção é a de que o vocabulário utilizado permita a um maior número de pessoas compreender o texto e fazer suas próprias reflexões a respeito do assunto.

De início, se pode afirmar que o encarceramento em massa da população ocorrido a partir da década de 1970 é resultado não do aumento da criminalidade, mas sim de uma nova fase do sistema socioeconômico adotado pelo Estado Burguês-Capitalista. Tendo em conta a visão sistêmica do texto, fez-se necessário ir às raízes da formação do Estado Burguês-Capitalista. É difícil determinar uma data específica para a sua formação, tendo em mente que a ascensão da burguesia foi um longo processo desenvolvido durante séculos. Com o fortalecimento do comércio na Idade Média surgiu a burguesia, e, desde então, ela foi se organizando até chegar a seu ápice com as Revoluções Burguesas nos séculos XVII e XVIII. O que se pode dizer é que o Estado Burguês-Capitalista se forma com o fim do absolutismo dos reis na Europa, sendo cada país a seu tempo.

Com a ascensão da burguesia na Europa novos valores são instituídos no ocidente. Dentre os mais famosos está o lema da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. No Estado Absoluto quem organizava a sociedade era o rei por meio do seu poder onipotente, no Estado Burguês-Capitalista quem gerencia a sociedade é a burguesia por intermédio do direito. O direito na teoria dá uma condição de igualdade jurídica a todas as pessoas, no entanto, na prática o que há é um Estado Burguês-Capitalista dividido em classes, no qual a classe dominante explora as classes dominadas legitimadas pelo direito. Esta dominação é feita com o auxílio da ideologia que impõe as ideias da burguesia como corretas e universais na organização da sociedade, da economia, da produção, do trabalho etc. As ideias da classe dominante são as ideias dominantes na sociedade. Na atual sociedade estruturada em classes, a ideologia desempenha um papel central na sobrevivência do sistema burguês, pois é mascarando a realidade e fantasiando-a de cores alegres que a

burguesia consegue dominar as classes inferiores. A exploração econômica e as demais formas de exploração que se faz da classe trabalhadora só é possível com a distorção da realidade, que não deixa os explorados perceberem a estrutura de dominação montada pelo Estado.

A ideologia burguesa está em tudo, desde o lema da Revolução Francesa até o discurso político do dia-a-dia do atual governo brasileiro. Por exemplo, no Brasil a ideologia tem como função fazer com que todos os brasileiros se sintam filhos de uma mesma nação, tenham identidade uns com os outros, se sintam irmãos, se vejam unidos sob uma mesma bandeira, se sintam como iguais em direitos e deveres diante da lei, se vejam como integrantes de uma mesma sociedade, torçam por uma mesma seleção de futebol, em resumo, que todos os brasileiros se sintam livres, iguais e irmãos. Esse sentimento de união das pessoas dentro da nação brasileira é fundamental para que o sistema burguês funcione, pois essa união faz com que as pessoas não percebam que, na realidade, a sociedade é dividida em classes, na qual a classe burguesa dominante explora as outras classes. A burguesia estruturou a sociedade e o Estado de forma que seja possível a transferência da riqueza produzida pelas classes inferiores para a classe dominante sem que seja percebida a usurpação. A desigualdade econômica no Brasil se dá não porque algum deus quis ou porque sempre foi assim, ela existe porque o sistema socioeconômico foi organizado para funcionar desta maneira e não de outra. A distribuição da riqueza no Brasil pode ser diferente, basta o poder econômico e, conseqüentemente, os governantes quererem, todavia eles não querem e nem faz sentido algum, na perspectiva do sistema capitalista instalado, eles querem dividir a riqueza retirada das classes inferiores.

A ideologia tem a função de encobrir a divisão de classe e a exploração de uma classe pela outra, para isso se utiliza vários meios para colocar uma penumbra nos olhos da imensa maioria da população. Os exemplos mais evidentes que a ideologia utiliza para a manutenção do *status quo* burguês são a má qualidade da educação, o controle social por meio da repressão estatal, a criação de medos na sociedade, o entretenimento e o consumo em massa. Em todo o ocidente os exemplos citados são utilizados em maior ou menor medida, cada país se adequa a sua realidade.

No Brasil, é sabido e notório que a educação é, geralmente, de má qualidade, tanto no setor público como no setor privado. Quando se fala em educação se tem um problema quanto ao seu conceito, pois, para muitos, a educação de boa qualidade no ensino

médio, por exemplo, é aquela capaz de preparar o aluno para passar no vestibular, que dá acesso a um curso de prestígio em uma universidade federal. Já no ensino superior é a faculdade capaz de formar um bom profissional para o mercado de trabalho. Mas, neste texto, a educação de boa qualidade se refere àquela capaz de preparar uma pessoa para a vida e para entender como o sistema histórico-socio-cultural-econômico funciona. No entanto, este último modelo de educação não é proveitoso para o sistema burguês, tendo em vista que, se as pessoas entenderem como funciona o Estado Burguês-Capitalista, tal Estado deixaria de existir. Hoje, o que se faz nas faculdades é formar pessoas para o mercado de trabalho, os alunos são instruídos apenas com blocos do conhecimento. Sendo assim, cada profissional deve entender somente de uma área específica do conhecimento, e não compreender o sistema como um todo. O que há na maioria das faculdades é a formação de técnicos destinados a atuar no mercado de trabalho. O modelo educacional burguês é utilizado em função da manutenção do sistema capitalista, e não em função de dar às pessoas conhecimento que contribua com sua existência humana.

O controle social feito por meio da repressão estatal também é possibilitado pela ideologia. Quando houve a ascensão da burguesia ao poder e a derrocada do absolutismo, criou-se o Estado de Direito, no qual há um governo eleito pelo povo e o direito a regular as relações entre as pessoas. As eleições servem para legitimar o governo da burguesia e o direito para colocar todos iguais perante a lei. Por um lado, as pessoas escolhem por meio do voto os governantes, porém somente aqueles que estiverem de acordo com o sistema burguês é que serão eleitos, por outro, somente na teoria todos são iguais perante a lei, as leis são feitas pela e em benefício da burguesia. É justamente por meio do direito que o Estado legitima sua conduta de controle repressivo das classes menos favorecidas, o direito é emanado como se fosse algo divino e, sendo assim, seria justa a sua aplicação, custe o que custar. O monopólio da violência pelo Estado é legitimado pelo direito, o Estado mata, prende e condena os desertores do sistema burguês legitimado pelo direito.

Outro braço da ideologia utilizado na manutenção do *status quo* burguês é a criação de medos na sociedade, tais como, desemprego estrutural, violência, exclusão social, repressão policial, falta de perspectivas profissionais. Com a inserção de medos nas mentes das pessoas, estas tendem a gastar suas energias e se preocuparem com a segurança pessoal e familiar, enquanto outros assuntos, como cidadania, flexibilização trabalhista, acesso à justiça, de maior relevância, ficam em segundo plano. Usar o tempo pensando nas distorções

do sistema burguês não é interessante para a elite econômica do país. As classes inferiores devem ficar distraídas o ano todo, seja com os altos índices de violência em que caracteriza o país, seja com o carnaval, seja com qualquer outra forma de distração. O importante é que trabalhem e não incomodem o Estado. Não é por acaso que, quando se liga a televisão, ela “sangra” de tanta violência produzida e consumida diariamente. A violência e o medo estão em todos os meios de comunicação, há de se reconhecer que o sistema burguês consegue distrair muito bem com o medo e a violência grande parte da população. Além da distração, o medo e a violência têm o papel de mostrar às classes inferiores qual é o lugar dos proletários na estrutura da sociedade burguesa. Exemplo da utilização do medo e da violência no controle da sociedade é o uso da polícia pela classe dominante. Quem já viu a polícia invadir bairros nobres e sair com alguns mortos da mesma maneira que se faz diariamente nas favelas em todo o Brasil?

Medo, violência, consumismo, repressão estatal, ideologia, controle de classes, Estado Burguês-Capitalista, *status quo* e direito estão interligados umbilicalmente. Se analisar cada um separadamente não se chegará à conclusão de que são utilizados para a manutenção da burguesia no poder, mas, quando se estuda todos estes fatores em conjunto, se tem uma visão bem mais clara da divisão da sociedade em classes e do funcionamento do sistema burguês.

O entretenimento é um meio ideológico de distração por excelência. Com a ajuda dos meios de comunicação em massa, a diversão com o futebol, com as novelas e com os seriados norteamericanos a “festa” fica quase completa. Por incrível que pareça, o entretenimento é um dos meios mais eficazes encontrados pela ideologia burguesa para disfarçar a realidade da divisão da sociedade em classes e a exploração de uma classe pela outra. O divertimento não só retira as pessoas da realidade, mas hipnotiza-as a ponto de ficarem horas em frente a uma televisão assistindo programas de *reality show*, concursos de cantores e jogos de futebol. Não é sem motivo que os governos estaduais, municipais e federal estão dispostos a gastar bilhões de reais com a copa do mundo a ser realizada no Brasil em 2014. Enquanto a maior parte da população se distrai dia-a-dia com os infindáveis pontos de diversão, a elite econômica e intelectual gerencia o sistema para que a situação geral continue cada vez melhor para os donos do mundo, que são a própria elite econômica e intelectual. É só parar e perceber o circo armado em todos os cantos da cidade, convidando a todos para dar um brinde à felicidade e à ignorância da vida cotidiana.

O consumo certamente é hoje o principal meio ideológico utilizado para a manutenção do *status quo* do Estado Burguês-Capitalista. A linguagem do consumo é a que todos entendem. Hoje, mais do que nunca, as pessoas querem é ter acesso ao consumo, não à cidadania. As pessoas sentem-se felizes quando têm dinheiro ou mesmo um cartão de crédito na carteira para financiar o consumo, não quando conversão sobre a política, a economia, a educação, a saúde e os rumos do país. Enquanto as pessoas estiverem consumindo, o atual sistema estará em bases sólidas, o consumo serve como uma fonte de união à sociedade. Note que hoje os políticos e os meios de comunicação em massa se referem às pessoas como contribuintes e consumidores, e não como cidadãos. O consumo se tornou o grande cimento da sociedade, na abundancia não existe contestação perigosa o suficiente para abalar o sistema que propicia o prazer do consumo.

Neste trabalho, o consumo é considerado a maior estratégia de *marketing* do sistema burguês. É por isso que se dedica todo um capítulo à análise das teorias do consumo. A Sociedade de Consumo dos dias atuais teve seu início na segunda metade do século XIX com a substituição da teoria do valor do trabalho defendida por Karl Marx, Adam Smith, David Ricardo e Stuart Mill, pela teoria da utilidade marginal defendida por William Stanley Jevons, Carl Menger e Marie-Esprit-Léon Walras. Segundo a teoria do valor do trabalho, o que dá valor às mercadorias é a quantidade de trabalho, que, em geral, é necessário para a produzi-la; já a teoria da utilidade marginal defende que o valor da mercadoria é dado de acordo com a intensidade do desejo de obtê-la. A Sociedade de Consumo surge no momento em que o consumidor passa a ser mais importante do que o produtor na hora da fixação do preço da mercadoria.

A teoria da utilidade marginal em conjunto com a moda foi uma benção dos deuses para o Estado Burguês-Capitalista, pois, assim, foi possível dar início à ideologia do consumismo que marca a atual Sociedade de Consumo. Ao implantar o consumismo como um importante esteio do progresso do sistema capitalista, a elite mundial transforma o cidadão em consumidor e o consumidor em mercadoria. Ao longo do século XX houve esse processo de transformação dos cidadãos em consumidores e dos consumidores em mercadorias. A vantagem destas mudanças para a elite é a de que antes era necessário fazer políticas econômicas para várias parcelas da sociedade, agora é diferente, pois, com uma sociedade formada por consumidores, não mais há a necessidade de controlar a sociedade por partes, mas pode-se controlá-la por meio do acesso ao consumo. O consumo é uma língua que todas as classes sociais entendem. Propiciando o acesso ao consumo a todas as

classes, há como fazer o controle de toda a sociedade com uma mesma política consumista. Quem quer controlar um enxame de abelhas deve cuidar das flores, não de cada abelha em separado. É por isso que os governos fazem de tudo para dar e manter o acesso ao crédito aos consumidores. O importante é que as pessoas consumam, não importa se com recursos próprios ou com financiamento, o fim último do consumo é que as classes fiquem satisfeitas, gerem riquezas e não incomodem a elite econômica e intelectual do mundo.

Na Sociedade de Consumo as pessoas não querem saber que partido político governa o país, mas sim se terão dinheiro todo o mês para consumir. Enquanto os contribuintes tiverem acesso ao consumo o *status quo* se manterá. A Sociedade de Consumo é boa para todos, pois os consumidores ficam satisfeitos por poderem consumir e a elite burguesa fica tranquila por não haver forças perigosas questionando a sua realeza. A estratégia engendrada pela burguesia para a manutenção do poder foi muito bem montada, é impressionante como a burguesia consegue manter o poder com o consentimento e até com o desejo dos dominados. Com a burguesia até os deuses ficam em segundo plano no sistema de dominação, hoje o consumo reina soberano no plano ideológico.

O encarceramento em massa da população na história do Estado Burguês-Capitalista controla a sociedade não só por meio do consumo, mas também da ideologia, do entretenimento, dos medos, da violência, dos meios de comunicação, da ausência de educação. Essas relações são demonstradas nos parágrafos que seguem.

A explosão dos índices de encarceramento no ocidente tem início na década de 1970, este período foi marcado como uma época de transição de fases do sistema econômico capitalista. Como é sabido, o sistema capitalista tem sucessivamente momentos de crescimento, de estagnação e de depressão na economia. Nos anos de 1970 colocou-se fim ao ciclo de crescimento econômico iniciado após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, no qual havia uma grande intervenção do Estado na economia de forma a garantir um seguro coletivo para o conjunto da sociedade. Este período ficou conhecido como Estado de Bem-Estar Social. Com o fim desta fase de crescimento econômico, o Estado põe de lado as ideias do economista John Maynard Keynes, que fundamentaram o Estado de Bem-Estar Social, e passa a adotar as ideias neoliberais gestadas na Universidade de Chicago pelo economista Milton Friedman. A ideologia neoliberal nascente na década de 1970 defende a mínima intervenção do Estado na economia, a redução de recursos financeiros destinados aos programas sociais, a privatização das estatais lucrativas e a desregulamentação da

economia. Estas mudanças na economia e na visão econômica das elites intelectual e econômica possibilitou a migração dos recursos financeiros investidos na produção e no comércio para a especulação no mercado de capitais. Com essa mudança de rumo na economia, uma grande parte da riqueza gerada no mundo passou a vir do mercado de capitais, ou seja, ações, títulos das dívidas dos países e derivativos financeiros. Com todas essas mudanças houve a financeirização da economia por um lado, e, por outro, a diminuição da importância da produção e do comércio na geração de riqueza. Além disso, a automatização dos meios de produção contribuíram com o aumento da produtividade industrial e com um quadro de desemprego estrutural. Essas mudanças significam que os trabalhadores/proletários deixaram de ser tão importantes para os ricos como eram antes. Sendo assim, a elite mundial não mais necessitava manter um seguro coletivo para cuidar e controlar os proletários do modo existente no Estado de Bem-Estar Social, de maneira que se deu início a um Estado Policial-Penal para controlar a população por meio da repressão, ao invés do controle por intermédio de programas sociais.

Neste contexto, a Sociedade de Consumo com uma economia financeirizada, uma indústria automatizada, um aumento da produtividade industrial, um desemprego estrutural, uma diminuição nos programas sociais, uma redução da importância dos trabalhadores na geração de riqueza, resulta em uma grande exclusão social dos que ficam fora ou não conseguem acompanhar o ritmo da evolução do sistema capitalista. Os excluídos de hoje, diferentemente dos excluídos do Estado de Bem-Estar Social, não precisam mais ser cuidados e reinseridos no mercado de trabalho, pois existe abundância de mão-de-obra barata e grande parte da riqueza está sendo gerada no mercado de capitais. Os pobres de hoje são supérfluos, consumidores falhos, redundantes, refugos do mercado de consumo, incômodos, que precisam ser controlados pelo Estado. Com toda esta arquitetura, o controle social feito pelo Estado por meio da repressão policial e penal é mais econômico do que redistribuir a riqueza em direção aos pobres através de programas sociais. A elite do mundo não vê mais tanta utilidade nos pobres para a geração de riqueza, diante disso, a burguesia opta por fazer o controle social pela maneira mais econômica, ou seja, com a repressão penal e policial. O encarceramento em massa da população é apenas uma das facetas utilizadas pelo monopólio da violência do Estado Policial-Penal no controle dos mais rebeldes que se desviaram da conduta considerada certa pela Sociedade de Consumo.

CAP. 1 VARIAÇÕES TEÓRICAS DO CONSUMO

1.1 SURGIMENTO DA BURGUESIA

Inicialmente, é importante esclarecer que não existe um presente perpétuo, ou seja, o modelo de sociedade e de organização econômica que se encontra na atualidade nem sempre existiu nesses moldes, as instituições sociais hodiernas é um resultado de vários séculos de evolução histórica. Nada que hoje é considerado normal pelas pessoas nasceu pronto, pelo contrário, tudo é resultado de um processo de criação e aperfeiçoamento ao longo da história.

É com o espírito histórico que se passa a abordar o surgimento da burguesia e todos os fatos sociais estudados neste texto. De acordo com Fábio Costa Pedro e Olga Fonseca Coulon (1989), a partir do século XI com a intensificação da vida agrícola e comercial na Europa Ocidental houve o desenvolvimento econômico das cidades e um aumento do número de mercadores ao longo das principais rotas comerciais da Itália, da Alemanha, dos Países-Baixos e da França, dando origem a uma classe social, a burguesia. Com o crescimento da burguesia, residente nos burgos nascidos próximos aos domínios dos castelos ou dos mosteiros fortificados, os burgueses não tardaram em procurar se libertar do jugo dos senhores feudais, obtendo sua autonomia quer através da compra da Carta de Franquia mediante uma indenização paga ao conde ou ao barão, quer pela guerra. Com a autonomia dos burgueses surgiam as comunas, que no início eram baseadas em princípios de lealdade e igualdade entre seus habitantes, o que estabelecia sensível contraste com a sociedade rural da Idade Média, em que prevalecia a rígida hierarquia social entre senhores feudais e servos. As comunas para manter sua autonomia contavam com milícias próprias e com um governo exercido pela burguesia com independência dos senhores feudais.

Segundo Fábio Pedro e Olga Coulon (1989), durante a transição da Idade Média para a Idade Moderna os burgueses se organizaram nas cidades. Como resultado desta organização formou-se um sistema de produção no qual os artesãos se reuniam em corporações de ofício ou guildas para produzir as manufaturas. As corporações de ofício, que eram formadas por atividades específicas de produção, atuavam na defesa de seus membros quando necessário, e através de regulamentos, controlavam os preços mínimos e máximos dos produtos, a venda e a qualidade dos produtos, o número de trabalhadores e o

horário de trabalho, as invenções isoladas e a concorrência entre seus membros e produtos de cidades vizinhas. Com o desenvolvimento das corporações de ofício a partir do século XII os mestres e mercadores, ou seja, os burgueses, passaram a acumular grandes somas de recursos financeiros, principalmente, nas cidades da Itália e dos Países-Baixos que eram voltadas para o comércio. Neste contexto, os mestres e os mercadores das grandes corporações de ofício ou artes maiores (lãs, sedas, peles, remédios) se transformaram numa elite econômica e política - a alta burguesia - que se sobrepunha aos membros das artes menores (chapeleiros, ferreiros, carpinteiros, curtidores, pequenos negociantes e lojistas) - a pequena burguesia - e à massa de trabalhadores urbanos assalariados, sem proteção das corporações de ofício. A alta burguesia se tornou proprietária de companhias de comércio, bancos, lojas, navios, terrenos urbanos, instalações industriais e entrepostos para armazenagem de mercadorias orientais e oriundas das demais regiões da Europa, dominando, assim, um mercado cada vez mais amplo. E, devido ao controle das atividades bancárias do comércio internacional e da produção de determinados artigos essenciais, como o alumínio e o sal, foi que a burguesia acumulou grandes lucros, dando origem ao capital mercantil, porém, a burguesia só se impôs como classe dominante, no século XVIII, após a Revolução Industrial. No final da Idade Média, com a monopolização da riqueza pelos burgueses, se deu início a exploração da mão-de-obra por meio do salário. Portanto, o trabalhador servil desapareceu aos poucos das cidades dando lugar ao trabalhador remunerado com o salário. Essa nova situação econômica não era mais compatível com o feudalismo, que acabaria sendo superado após uma grave crise do sistema feudal. Isto é, aos poucos, o próprio sistema feudal criava novos elementos que o desestruturam por dentro. Deste modo, com a mudança no sistema de produção se enfraquece o feudalismo e fortalece a implantação do modo de produção capitalista.

Com o fortalecimento econômico da burguesia ela não mais se submete aos mandos das monarquias, por sentir-se apta a governar a si própria. É neste contexto de enriquecimento da burguesia que surgem as Revoluções Burguesas da Idade Moderna, tais como, a Revolução Puritana (1640) e Revolução Gloriosa (1688) na Inglaterra, a Revolução Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789). Estas Revoluções Burguesas resultaram na ascensão da burguesia como a classe dominante e na criação das condições necessárias para o modo de produção capitalista industrial, via Revolução Industrial, principalmente, no século XVIII. Diante do exposto, se faz necessário ter em mente que a ascensão da

burguesia e a Revolução Industrial não se deram de uma hora para outra, mas foram gestadas por séculos até se eclodirem.

Como diz Boris Fausto (2001) e Eric Hobsbawm (2003), com a Revolução Industrial, na Grã-Bretanha, foi implantado um sistema de produção mecanizado e como consequência a criação de uma nova classe social, o proletariado, que era submetida à rígida disciplina e à intensa divisão do trabalho, gerando a fragmentação do conhecimento e a perda da criatividade pelo trabalhador que antes detinha todo o processo de produção. Diante da divisão do trabalho na qual cada trabalhador faz uma etapa da produção passou-se a ter uma nova relação entre o capital e o trabalho, isto é, um novo sistema econômico se impôs, o capitalismo industrial.

Com o capitalismo industrial modificaram-se as condições de subsistência do trabalhador, provocando inicialmente um intenso êxodo rural para as cidades. No âmbito social, a principal repercussão da revolução foi o surgimento do proletariado urbano como classe social explorada. A classe proletária se estabelecia em condições deploráveis, morando em cortiços junto às fábricas e submetida a salários aviltantes com extensas jornadas de trabalho que chegavam a ser de até 16 horas diárias. Neste contexto, o operariado nascente era facilmente explorado, devido, sobretudo, à inexistência de leis trabalhistas. Com a Revolução Industrial houve a desvinculação entre o capital e o trabalho e a separação entre a produção e o consumo. Trata-se aqui de duas divisões que podem ser representadas socialmente pela polarização entre burguesia e proletariado. Essas contradições socioeconômicas subsidiaram as lutas de classes típicas do capitalismo, provocando greves, protestos dos trabalhadores, como os movimentos “ludista” e “cartista”, e o surgimento no século XIX de novas ideologias como o socialismo e o anarquismo. É neste contexto histórico que surgem as críticas de Karl Marx ao sistema capitalista.

1.2 ABORDAGEM MARXISTA

Com o advento do capitalismo, novas concepções ideológicas se estabeleceram e, paulatinamente, substituíram as condições feudais existentes na Europa. Passou-se a considerar que o ideal supremo do espírito do sistema capitalista era o de que cada um pudesse dar e alienar o que lhe pertencesse. No século XIII os objetos podiam ser vendidos pelo proprietário original e transferidos para a propriedade de alguma outra pessoa,

sem restrições. Já os seres humanos não podiam ser comercializados de forma livre, mas o capitalismo tinha a intenção de comercializar tudo o que se pudesse imaginar como útil, inclusive pessoas.

Conforme István Mészáros (1981), segundo a obra de Karl Marx, para que os capitalistas manipulassem as pessoas como coisas era necessário que elas consentissem com tal movimento. É neste instante que surge a noção do contrato social, ou seja, todas as pessoas passariam a delegar parte de sua soberania ao Estado que em contra partida daria proteção e segurança aos seus súditos e todos passariam a ser iguais e livres perante a lei. Sendo todas as pessoas iguais diante da lei, todas poderiam contratar livremente umas com as outras sem a intervenção do Estado nas relações privadas. Deste modo, a principal função do contrato entre o capitalista e o trabalhador, era a introdução de uma nova forma de vinculação que assegurava ao capitalista o direito de manipular como bens os novos cidadãos livres e iguais perante a lei, desde que estes celebrassem por livre e espontânea vontade um contrato de trabalho, alienando voluntariamente a sua força laboral. No contrato entre o dono do capital e o operário a pessoa foi primeiro reificada - transformada numa coisa, numa simples unidade de propriedade, durante o contrato - antes que pudesse ser dominada pelo seu novo dono.

Com o contrato social a sociedade civil nasce como nova ordem social e passa a se sustentar na conversão das relações humanas em mercadorias vendáveis. A alienação das pessoas se caracteriza pela sua transformação em mercadoria, ou seja, há um vínculo carnal entre a alienação e a reificação. Para Marx (1987), aparentemente a mercadoria parece uma coisa trivial. Analisando-a mais a fundo, vê-se que ela é uma coisa muito complexa. Como valor de uso (valor da mercadoria devido a sua utilidade para os seres humanos por suas propriedades), não há nada de misterioso nela, quer observando-a sob o ponto de vista de que satisfaz necessidades humanas pelas suas propriedades, quer sob o ponto de vista de que ela somente recebe essas propriedades como produto do trabalho humano. Em ambos os casos, há uma identificação entre produção e consumo. O caráter místico da mercadoria não provém, portanto, de seu valor de uso, mas sim do seu valor de troca (valor da mercadoria como objeto de troca por outra mercadoria). Neste segundo caso há uma ruptura entre a produção e o consumo. Se observar somente as transações comerciais, as mercadorias aparentariam ter valor umas em relação às outras, pois a verdadeira origem de seu valor – o trabalho humano – não é visível. O valor da mercadoria vem de forma miraculosa, de uma relação de coisa para coisa e não derivada das relações de

produção. Deste modo, não há o reconhecimento do produto/mercadoria como resultante de esforço laboral. Por exemplo, quando o homem planta e colhe uvas em seu quintal, há um reconhecimento de seu trabalho com o produto útil a sua alimentação, existe uma relação entre produção e consumo; já quando o mesmo homem vai a feira e compra uvas para se alimentar, há uma troca de dinheiro/mercadoria por uvas/mercadoria. No segundo caso, há apenas uma relação entre mercadorias que produz uma desconexão entre a produção e o consumo. Essa relação entre mercadorias Marx entende como fetichismo ou feitiço.

Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias provém do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias, ou seja, os objetos de uso se tornam mercadorias ao serem produtos de trabalhos privados decorrentes de uma divisão social do trabalho, os quais são exercidos independentemente uns dos outros. Nessa formação social o processo de produção domina os homens, e não os homens dominam o processo de produção. Como parte desse processo, surge a alienação do trabalhador ao ser dominado pelo processo de produção.

Don Slater (2001) ao analisar a obra de Marx esclarece que, no mundo capitalista, o trabalhador/operário foi excluído, por vários processos sociais, da propriedade ou do controle dos meios de produção, tendo que se submeter ao trabalho assalariado para auferir dinheiro para custear a compra de bens de consumo no mercado. Deste modo, o trabalho é transformado em mercadoria sob a forma de força de trabalho; quando isso se constitui, o consumo separa-se da produção, o trabalho de seus objetos, e ambas as partes assumem formas alienadas. Baseado neste sistema de alienação o capitalismo priva a sociedade da natureza e das necessidades naturais e a leva à cultura do consumo sustentada no desenvolvimento e na satisfação de necessidades por mercadorias produzidas em massa pela indústria.

Marx (*apud* Slater, 2001, p. 110) expõe a sua opinião a respeito do tema:

Com a massa de objetos cresce o reino de poderes estranhos aos quais o homem fica sujeito, e cada novo produto é uma nova potencialidade de fraude mútua e de pilhagem recíproca. O homem torna-se cada vez mais pobre como homem, e precisa cada vez mais de dinheiro para conseguir domínio sobre o ser hostil... A necessidade de dinheiro é... a verdadeira necessidade criada pelo sistema econômico moderno, e a necessidade que cria.... Falta de moderação e intemperança tornam-se seu verdadeiro critério. Subjetivamente, isso se manifesta em parte no fato de que a expansão da produção e das necessidades torna-se a escrava inventiva e sempre calculista de apetites desumanos, refinados,

antinaturais e imaginários – pois a propriedade privada não sabe transformar a necessidade crua em necessidade humana.

Por outro lado, há o proletariado carente de recursos econômicos para comprar todas as mercadorias que produziu. Da riqueza criada pelo proletariado uma pequena parte lhe é repassada sob forma de salário para que sobreviva, procrie e dê continuidade ao fluxo do sistema capitalista. Em grande parte, o salário existe no sistema capitalista porque o dono do capital não pode deixar seus empregados morrerem de fome, pois precisa deles para produzir e consumir as mercadorias e gerar a mais valia (diferença entre a riqueza produzida pelo empregado e o que lhe é pago), ou seja, o lucro-riqueza. Em uma passagem da obra de Marx (*apud* Slater, 2001, p.110) há uma exemplificação das mazelas do proletariado.

O refinamento das necessidades e dos meios de atendê-las faz surgir uma degeneração bestial e uma simplicidade completa, grosseira e abstrata da necessidade... Até a necessidade de ar fresco deixa de ser necessidade para o operário... Luz, ar, etc. – a mais elementar limpeza *animal* – deixa de ser uma necessidade para o homem... Não apenas as necessidades humanas desaparecem para o homem – até mesmo suas necessidades *animais* deixam de existir. Ao irlandês (na época da fome) só restou uma necessidade – a necessidade de *comer*, de comer *batatas*, ou, mais precisamente, comer *batatas podres*, o pior tipo possível de batatas.

Na primeira citação se observa a exploração da necessidade da aquisição de mercadorias, enquanto na segunda se apresenta o nível ao qual os proletários podem chegar. É bem verdade que nos últimos 150 anos houve uma evolução na limitação da exploração da força de trabalho, limitação também conhecida como direitos trabalhistas, conquistados pelas reivindicações dos trabalhadores por meio de protestos, de sindicatos, de greves e da ameaça comunista ao capitalismo. No entanto, atualmente, já não existem mais fortes sindicatos, ameaça comunista, greves e protestos eficazes como antes. Por isso, é importante dizer aos proletários que nos dias de hoje é bom que se protejam, pois uma nova ordem social se instala, sendo a flexibilização dos direitos trabalhistas um de seus braços.

De acordo com Camila Rossi e Leonardo Sakamoto (2008), um exemplo, nos dias atuais, em que homens são reduzidos à condição de animais em cativeiro, com o qual a sociedade brasileira convive, são as oficinas de costura que funcionam ilegalmente em porões ou locais escondidos na cidade de São Paulo, em bairros como Brás, Bom Retiro e

Pari. Nestas oficinas estima-se que há 12.000 (doze mil) bolivianos trabalhando em condição análoga à de escravos, em ambientes sem circulação de ar adequada e iluminados apenas por luz artificial.

1.3 TEORIA CRÍTICA DA ESCOLA DE FRANKFURT

A livre escolha entre a larga quantidade de bens e serviços não significa liberdade quando estes bens e serviços mantêm o controle social sobre uma vida de esforços e medo, ou seja, de alienação.

Herbert Marcuse

Escola de Frankfurt é nome dado a um grupo de filósofos e cientistas sociais de tendências marxistas que fundou o *Instituts fur Sozialforschun*, Instituto de Pesquisa Social, no auditório da Universidade de Frankfurt em 22 de junho de 1924. A Escola de Frankfurt se associa diretamente à chamada Teoria Crítica da Sociedade. Deve-se à Escola de Frankfurt a criação de conceitos como “indústria cultural” e “cultura de massa”. Entre os nomes mais conhecidos da Escola contam-se Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Erich Fromm, Leo Lowenthal, para a primeira geração; Jürgen Habermas, Albrecht Wellmer e Karl-Otto Apel, para a segunda.

Principalmente no livro *A dialética do esclarecimento*, Horkheimer e Adorno abordam de forma incisiva a indústria cultural difundida pelos meios de comunicação em massa, que lança os tentáculos do poder econômico sobre o corpo social para controlar o mercado consumidor. Os meios de comunicação em massa, com a colaboração da indústria do entretenimento, exacerbam a exploração do consumidor. O consumo se torna propaganda e manutenção ideológica do sistema capitalista. A indústria cultural que difunde o consumo como pensamento único, molda o homem como ser genérico. As pessoas se tornam números fungíveis uns pelos outros em qualquer ocasião. Os indivíduos são absolutamente substituíveis, se tornam uma massa manipulável e indistinguível. A indústria só se interessa pelos homens como clientes e empregados. Como empregados, eles são lembrados pela organização racional do trabalho e persuadidos a se inserir nela satisfeitos por terem um emprego que os explore. Como clientes, verão os meios de comunicação em massa demonstrar-lhes a liberdade de escolha que possuem ao comprarem o que querem. Em

ambos os casos são objetos. A indústria cultural fala a língua que todos entendem, a língua do consumo.

O mundo inteiro é forçado a passar pelo filtro da indústria cultural, que continuamente promete aos seus consumidores o prazer de beber um whisky Johnnie Walker e se reconhecer no homem bem vestido do logotipo; promete o bem estar de uma ótima noite de sono em um travesseiro Trousseau, com recheio de plumas e penas de ganso brancas, ou ser reconhecida como uma mulher distinta por usar uma bolsa da Louis Vuitton e poder se identificar com a Gisele Bündchen. Estes conceitos e valores criados pela indústria cultural formam uma nuvem de ilusão que se desfaz em caixas de antidepressivos. Para Horkheimer e Adorno (1985, p. 131), “Maldosamente, a promessa a que afinal se reduz o espetáculo significa que jamais chegamos à coisa mesma, que o convidado deve se contentar com a leitura do cardápio”.

Aliás, nem se pode deixar que as pessoas cheguem à essência das mercadorias e à satisfação de seus desejos. Pelo contrário, o consumismo se baseia justamente na não satisfação das vontades, pois, se houver satisfação dos desejos, a Sociedade de Consumo deixará de existir devido ao fato de que sua alma morreria.

A cultura industrial é uma mercadoria paradoxal. Ela, como produto, reduz incessantemente o prazer que promete como mercadoria a uma simples promessa. Assim, ela acaba por coincidir com a publicidade de que precisa, por ser um falso produto. Na sociedade concorrencial (na transição do século XIX para o XX) a publicidade tinha por função orientar o comprador no mercado, ela facilitava a escolha e possibilitava ao fornecedor desconhecido e mais produtivo se inserir no mercado. Economizava tempo. Hoje, na sociedade monopolista (quando a livre concorrência é apenas aparente) ela liga os consumidores às grandes corporações. Só quem pode pagar continuamente as taxas exorbitantes cobradas pelas agências de publicidade pode entrar como vendedor no falso mercado de livre concorrência. A publicidade é hoje um dispositivo de bloqueio a tudo que não faça parte das corporações. Atualmente é difícil encontrar uma pessoa que não tenha ouvido as frases “vou comprar este produto porque é de marca conhecida” ou “roupa de marca, hum...”. Para Horkheimer e Adorno (1985, p. 152),

A publicidade universal não é absolutamente necessária para que as pessoas conheçam os tipos de mercadoria, aos quais a oferta de qualquer modo está limitada. Só indiretamente ela serve à venda. O abandono de uma prática

publicitária corrente por uma firma particular significa uma perda de prestígio, na verdade, uma infração da disciplina que o poder dominante impõem aos seus. Durante a guerra, continua-se a fazer publicidade de mercadorias que já não podem mais ser fornecidas, com o único fim de exibir o poderio industrial. Mais importante do que a repetição do nome, então, é a subvenção dos meios ideológicos. Na medida em que a pressão do sistema obrigou todo produto a utilizar a técnica da publicidade, esta invadiu o idioma, o estilo, da indústria cultural.

De acordo com Adorno e Horkheimer (1985), a indústria cultural permanece na indústria da diversão, os consumidores são controlados pela diversão. Os negócios e a diversão mesclam-se na apologia da sociedade de consumo. Divertir-se significa estar de acordo. É uma fuga da resistência que essa realidade ainda deixa subsistir. A libertação prometida pela diversão é a libertação do pensamento de ter que pensar. A diversão tem como missão específica desacostumar as pessoas à subjetividade, ou seja, a pensar por si próprias. A indústria cultural tem como princípio que todas as necessidades lhe sejam apresentadas como podendo ser satisfeitas, mas, por outro lado, que estas necessidades sejam de antemão organizadas de tal sorte que o indivíduo se veja nelas unicamente como um eterno consumidor, como objeto da indústria cultural. A indústria cultural oferece como paraíso o cotidiano do qual não tem como se escapar. Tanto o aceite de bom grado quanto a fuga desesperam, estão de antemão destinados a reconduzir o consumidor ao ponto de partida, ou seja, à alienação. A diversão favorece a conformidade. Nas palavras de Adorno e Horkheimer (1985, p. 133), “o logro, pois, não está em que a indústria cultural proponha diversões, mas no fato de que ela estraga o prazer com o envolvimento de seu tino comercial nos clichês ideológicos da cultura em vias de se liquidar a si mesma”.

A diversão submetida ao poder das grandes corporações deixa de ser a salutar e a inocente sensação de prazer. A diversão dos dias atuais se perverteu em meio de controle social e em espetáculo alienante. Por exemplo, o futebol como esporte é um excelente meio de condicionamento físico e confraternização com os amigos, porém, o futebol como espetáculo é alienante. Frequentemente se houve no noticiário que duas torcidas “organizadas” se enfrentaram e que houve mortes de alguns de seus integrantes. Milhões de torcedores compram ingressos, camisetas, pôsteres e qualquer produto que tenha o escudo do time do “coração”, tudo isso, para contribuir com os cofres dos clubes. Jogadores brasileiros ganham dezenas de milhares de reais por mês derivados do bolso dos torcedores assalariados que vão aos estádios aplaudir, gastar, sofrer e morrer por sua alienação. Outro exemplo de espetacularização da diversão são as olimpíadas da China, na qual foram gastos,

segundo Michael Bristow (2008), US\$ 42 bilhões de dólares, ou, cerca de R\$ 75 bilhões de reais, em contraponto a estes gastos, há o relatório do Banco Mundial (2008) do dia 26 de agosto de 2008 do qual consta que a China possui 207 milhões de pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia. As olimpíadas ou olim-*piadas*, resumidamente, são um evento que ocorre a cada quatro anos para divertir a elite do mundo que tem condições financeiras de viajar para qualquer país que a promova, gastando bilhões de dólares dos contribuintes do respectivo país anfitrião. Já as pessoas que não têm condições de viajar se contentam em acordar de madrugada para assistir aos jogos olímpicos e em torcerem para um dia poderem bancar a grande festa para a elite do mundo, a qual não terão condições de apreciar pessoalmente devido aos altos custos dos ingressos.

Divertir-se como espetáculo significa: é *no stress*; é não ter que pensar hoje ou amanhã; é deixar que outros pensem e resolvam por você; é não se esforçar para ler um livro; é não se indignar pelo fato de que no Brasil quem tem uma renda até dois salários mínimos gasta em média 48,9% dos rendimentos em tributos, enquanto quem tem renda acima de trinta salários mínimos compromete apenas 26,3% de sua renda (GUEDES, 2008); é não pensar que se está submetido às maiores taxas de juros do mundo e quais as implicações disso em sua vida; é não se aborrecer com o fato de que o Estado brasileiro pagou em 2007 R\$ 160 bilhões em juros da dívida pública e investiu apenas R\$ 50 bilhões na saúde (GUEDES, 2008); é não pensar o porquê de as concessões de rádio e TV terem de receber aprovação do Congresso Nacional; é não saber porque o sistema educacional público no ensino básico é altamente deficiente e no ensino superior é relativamente de excelente qualidade na formação de técnicos para o mercado de trabalho; é não ter a noção de que em julho de 2008 a dívida geral do setor público alcançou R\$ 1.632.700.000,00 (um trilhão, seiscentos e trinta e dois bilhões e setecentos milhões) (BANCO CENTRAL, 2008); é não saber que, apesar do grande estardalhaço com a auto-suficiência do petróleo, o Brasil em 2008, entre exportação e importação de petróleo e derivados fechou o ano com um déficit de US\$ 13,4 bilhões (SCHÜFFNER, 2009)...

Mais algumas características da diversão encontram-se no resumo de Adorno e Horkheimer (1985, p. 128):

A diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo. [...] O espectador não deve ter necessidade de nenhum pensamento próprio, o produto prescreve toda reação: não por sua

estrutura temática – que desmorona na medida em que exige o pensamento – mas através de sinais. Toda ligação lógica que pressuponha um esforço intelectual é escrupulosamente evitada.

No entender de Horkheimer e Adorno (1985) e Adorno (2002), quem não se conforma com o *status quo* vigente é punido. Excluído da atividade industrial, o mecanismo da oferta e da procura continua atualmente na superestrutura como mecanismo de controle em favor dos dominantes. Os consumidores são os operários e empregados, e pequenos burgueses. A sociedade está aprisionada de corpo e alma a ponto de, sem resistência, sucumbir diante de tudo o que lhe é oferecida. Obstinadamente, o povo insiste na ideologia que o escraviza. Nessa prisão ao ar livre em que o mundo se transformou, “ideologia” significa sociedade como aparência. Por exemplo, a educação é um privilégio de poucos, o aprisionamento da consciência de grande parte da população a impede do seu acesso, possibilitando à massa apenas a escolarização medíocre do ensino fundamental e médio públicos e das, quase sempre, instituições de ensino superior particulares. Já não importa tanto os conteúdos ideológicos específicos, mas o fato de que simplesmente haja algo preenchendo o vácuo da consciência expropriada do ser que não foi ensinado a pensar e que, ao mesmo tempo haja a omissão do segredo de que somente por meio do conhecimento alguém pode ser verdadeiramente livre.

Ao lado de Adorno e de Horkheimer, outro membro da Escola de Frankfurt não menos importante é Herbert Marcuse (1998). Na sua abordagem da sociedade industrial moderna observa-se uma sociedade baseada em uma razão técnica que limita a compreensão da realidade empírica pelas pessoas, controlando suas consciências com dominação e opressão em massa. Com a melhor qualidade de vida e com os avanços tecnológicos o sistema econômico capitalista-comunista de dominação se torna totalitário, pois exclui a racionalidade individual e, em seu lugar, joga ramos de oliveira à racionalidade das instituições e da tecnologia. Deste modo, o homem se torna alienado. Esta alienação vem sob forma de conformismo com o sistema, pois este desarticula as manifestações individuais por intermédio da satisfação de falsas necessidades impostas pela racionalidade tecnológica.

Em um resumo do funcionamento do sistema de dominação, Marcuse (1998, p.79) expõe:

Um homem, que viaje de carro a um lugar distante, escolhe a rota de sua viagem num guia de estradas. Cidades, lagos e montanhas aparecem como obstáculos a

serem ultrapassados. O campo é delineado e organizado pela estrada: o que se encontra no percurso é um subproduto ou anexo da estrada. Vários sinais e placas dizem ao viajante o que fazer e pensar. Espaços convenientes para estacionar foram construídos onde as mais amplas e surpreendentes vistas se desenrolam. Painéis gigantes lhe dizem onde parar e encontrar a pausa revigorante. A rota é feita para o benefício, segurança e conforto do homem. E a obediência às instruções representa o único meio de se obter resultados desejados.

Um dos fatores que contribui para que haja um sistema de dominação ideológica é o fato de que o conhecimento e a capacidade reflexiva somente podem ser incorporados por um indivíduo por meio de experiências. A aquisição do conhecimento e a capacidade reflexiva é um processo que se dá com o conhecimento tradicional repassado pelos ascendentes, pela escola, pela leitura e pelos meios de comunicação em massa. Não há como um indivíduo aprender física sem estudar física, não há como o indivíduo contestar o sistema que o explora sem conhecer tal sistema. Com uma seleção qualitativa do conhecimento posta à disposição para a grande massa, é possível controlar suas crenças, suas necessidades, suas condutas e sua exploração. Geralmente é ensinado às massas o básico para saberem trabalhar adequadamente e algo mais para se distraírem e suportarem anos e anos de trabalho opressivo. Jargões difundidos pela ideologia dominante: tal como “o trabalho dignifica o homem”, veio a existir somente com o cristianismo. Na Grécia Antiga de Platão e Aristóteles, por exemplo, o que dignificava o homem era a virtude cívica e não o trabalho, que era função dos escravos, os quais constituíam a mais baixa esfera da sociedade. Na atualidade, à grande massa não se oferece uma visão sistêmica do conhecimento, pois, se o fizesse, o atual sistema alienante não seria sustentável.

Para Marcuse, a tecnologia serve para aumentar o bem estar das pessoas, na medida em que haja uma maior pacificação da sociedade de questionar o sistema. Em outras palavras, a tecnologia se torna uma eficaz e agradável forma de controle e coesão social. Nos dias de hoje, a dominação se estende não apenas através da tecnologia, mas como tecnologia, e esta garante a grande legitimação do crescente poder político que se propaga por todas as esferas da cultura. A tecnologia garante racionalização desta prisão ao ar livre, na qual o homem se encontra e demonstra a impossibilidade técnica de ser independente, de determinar a sua própria vida, pois esta prisão sem grades parece ser racional por ampliar as comodidades da vida e aumentar a produtividade do trabalho. Assim sendo, a legitimidade da dominação é protegida pela racionalidade tecnológica.

Marcuse (1969) entende que os indivíduos na sociedade industrial têm várias liberdades, sendo algumas delas a liberdade econômica de ser controlado pelas forças e relações econômicas, a liberdade política de não ter controle eficaz algum sobre a política e a liberdade intelectual de ser absorvido pela comunicação e doutrinação em massa. Essas liberdades são estruturadas pela implantação das necessidades materiais e intelectuais que perpetuam formas obsoletas da luta pela existência. Tais necessidades têm um conteúdo e uma função sociais determinados por forças externas sobre as quais o indivíduo não tem controle algum. Na sociedade afluyente ou de consumo, os trabalhadores/consumidores são mantidos na ordem pela satisfação de suas necessidades que torna a servidão aceitável e, talvez, até mesmo imperceptível, a ponto de tal satisfação concretizar esse fato. Marcuse (1969, p. 28) em clara passagem acrescenta:

Sob o julgo de um todo repressivo, a liberdade pode ser transformada em poderoso instrumento de dominação. O alcance da escolha aberta ao indivíduo não é o fator decisivo para a determinação do grau de liberdade humana, mas o *que* pode ser escolhido e o que *é* escolhido pelo indivíduo. [...] A eleição livre dos senhores não abole os senhores ou escravos. A livre escolha entre ampla variedade de mercadorias e serviços não significa liberdade se esses serviços e mercadorias sustentem os controles sociais sobre uma vida de labuta e temor – isto é, se sustentem alienação. E a reprodução, espontânea, pelo indivíduo, de necessidades superimpostas não estabelece autonomia; apenas testemunha a eficácia dos controles.

O fato de o escravo escolher livremente o seu senhor não lhe faz excluir sua condição de escravo. Em outras palavras, pode-se dizer que o fato de o cidadão escolher seus representantes em um Estado Democrático de Direito não lhe faz excluir sua condição de explorado pela classe dominante. Na verdade, a noção de democracia, *demo/povo* *cracia/governo*, é apenas mais uma das formas com que a ideologia se insere no corpo social.

As democracias são simulacros de cartas marcadas, nos quais, antes mesmo das eleições, já se tem o resultado desejado, não em relação à pessoa do candidato, mas em relação às condutas dos pretensos candidatos após as eleições. As ditas eleições democráticas servem somente como um joguete para legitimar as pessoas escolhidas pelo poder econômico, pois é o poder econômico que financia as campanhas dos candidatos. Neste contexto, quando os candidatos são eleitos, eles passam a trabalhar pelos interesses de quem os financiou, até porque novas eleições virão.

Esse estratagema que serve de fundamentação teórica para as atuais democracias foi formulado pelo abade francês Emmanuel Joseph Sieyès, no livro *A constituinte burguesa*, publicado em 1789, meses antes da eclosão da Revolução Francesa, na qual houve a ascensão da burguesia ao poder. O estratagema é genial, pois cria a noção de poder constituinte e considera seu detentor a nação – hoje há o consenso de ser o povo de um Estado –, que passa, a partir de então, a ter o poder de criar uma constituição para o Estado, ou seja, a lei maior do Estado. Exemplo disso se pode ler no § único do artigo 1º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Deste modo, o portador da soberania do Estado é o povo, que é também soberano para eleger seus representantes que irão praticar condutas sob a legitimação de terem sido eleitos pelos detentores do poder soberano do Estado, ou seja, o povo. Seguindo essa linha de raciocínio, o povo não pode se insurgir e ou se rebelar contra os eleitos democraticamente, quando estes agem de acordo com o ordenamento jurídico vigente; aliás, feito pelos eleitos. Em outros termos, o poder dominante faz o limite da sua legalidade. Assim, se coloca um cabresto nas revoltas e revoluções que possam contestar o *status quo* vigente. Se há contestação, as forças da lei e da ordem do Estado Democrático de Direito entram em ação com seus cassetes, balas de borracha, bombas de efeito moral, tanques, bombardeiros, esquadra de guerra e bilhões de dólares para custear a máquina de repressão.

Pode-se afirmar que, no ocidente, os regimes políticos são membros de um baile à fantasia, no qual a fantasia é a democracia – o governo do povo – e a essência é uma plutocracia – governo do poder econômico.

1.4 TEORIA ECONÔMICA NEOCLÁSSICA

Em contraponto à teoria crítica da Escola de Frankfurt, há a teoria do consumidor proposta pela teoria econômica neoclássica. Dentre os principais teóricos neoclássicos estão Alfred Marshall, Léon Walras, Carl Menger, William Stanley Jevons, Knut Wicksell, Vilfredo Pareto e Irving Fisher. A Escola Neoclássica adota a concepção da soberania do consumidor, sendo este um sujeito econômico que toma suas decisões de forma livre, racional e independente, sem pressões externas que induzam ou restrinjam suas decisões.

As primeiras formulações da teoria econômica neoclássica foram feitas a partir da década de 1870, em uma sociedade capitalista industrial que possuía como uma de suas características a livre concorrência entre empresas, ou seja, as empresas estavam em um estágio de desenvolvimento econômico que lhes permitiam influenciar somente uma pequena parte do mercado, salvo alguns monopólios. Com o desenvolvimento econômico ao longo do século XX, houve a concentração de capitais financeiros, o que provocou a fusão e incorporação de várias empresas e, conseqüentemente, a extinção de muitas outras. Devido ao processo de fusão das empresas, foi possível a formação dos grandes conglomerados dos dias atuais. O resultado prático da atuação desses conglomerados, e não mais das empresas isoladas, no sistema econômico é a minimização do número de concorrentes e da concorrência, isto é, sem concorrência os conglomerados podem impor seu preço, sua qualidade e quantidade de mercadorias a serem disponibilizadas para o mercado consumidor. Com o domínio do mecanismo de oferta e procura, os conglomerados ficam livres para atuarem na economia real. Um bom exemplo de um grande conglomerado é a cervejaria Anheuser-Busch InBev, com uma receita líquida anual de U\$\$ 36,4 bilhões, 300 marcas de bebidas e 25% do comércio mundial do setor (EXAME, 2008). Neste contexto econômico é débil se falar em soberania do consumidor, o máximo que se pode conceder aos consumidores é a escolha da mercadoria verde ou azul, grande ou pequena, pagamento à vista ou financiado, o modelo. Em outros dizeres, no que realmente importa o consumidor não tem poder de barganha.

No entender de Don Slater (2001), o liberalismo econômico afirma que o consumidor é soberano somente em uma sociedade de mercado, porque a concorrência imposta pelo mecanismo de oferta e procura garante que os produtores tenham de responder às preferências manifestas dos consumidores. Os consumidores, ao gastarem seu dinheiro na compra de bens de acordo com o nível de satisfação que cada bem pode proporcionar, assumiriam o controle dos preços das mercadorias por poderem comprar mais umas do que outras, ou seja, controlariam o mecanismo da oferta e procura. Os consumidores, portanto, são soberanos, no sentido de que as empresas só sobrevivem satisfazendo suas vontades de consumo. No Ocidente, o surgimento do neoliberalismo representado pelo governo de Margaret Thatcher, de 1979 a 1990, no Reino Unido, e pelo governo de Ronald Reagan, de 1981 a 1989, nos EUA, promoveu a soberania do consumidor como o elo entre liberdade e dinamismo. A soberania do consumidor passou a ser vista como a mais adequada forma de cidadania e ação social, e o mercado, como o único meio de coordenação social que

assegurava tanto a liberdade quanto o progresso. Desse modo, o Estado, por meio da privatização de estatais e de um modelo de soberania do consumidor presente até nos serviços públicos, voltava ao seu valor anterior, ao *New Deal* – novo pacto – implementado por Franklin Delano Roosevelt em 1933 após a grande crise de 1929.

a Slater (2001, p. 47), em comentário à teoria econômica neoclássica, explica que

“soberania do consumidor” [...] exemplifica o interesse da tradição liberal em fundamentar processos sociais nos desejos criados particularmente pelos indivíduos, assegurar que essa privacidade seja salvaguardada e fazer dela um recurso para contestar ou disciplinar o poder das instituições sociais. A tradição liberal desenvolve esses temas filosófica, política e juridicamente, mas é o mercado e o comportamento econômico racional dos indivíduos que compõem o que constitui o cerne das coisas. Depois de um período bem longo, a santíssima trindade da razão, da liberdade e do progresso social, passa a ser vista principalmente como uma manifestação da busca *econômica* do interesse individual do homem econômico. Vamos primeiro caracterizá-lo da forma mais clara possível, por meio da teoria econômica neoclássica, que se desenvolve a partir da década de 1870 e se torna, no decorrer do século XX, não apenas a corrente dominante do pensamento econômico, mas o modelo geral da ordem social mediante a qual se define o consumidor.

No raciocínio de Slater (2001), o mercado neoclássico é um mecanismo para traduzir preferências individuais dos consumidores, as quais são formuladas privadamente numa destinação de recursos socialmente coordenada entre diferentes esferas de produção e entre consumidores com diversos tipos e níveis de desejo. O aspecto principal do mercado neoclássico é que todos os eventos que ocorrem em seu âmbito de influência – tais como, diferentes preços, níveis de produção e tipos de bens – podem ser explicados como o resultado de indivíduos procurando satisfazer seus interesses definidos privadamente. O mercado se autorregula produzindo ordem e prosperidade, como resultado involuntário de atos individuais intencionais.

O economista norte-americano John Kenneth Galbraith (2004), em sua análise da soberania do consumidor, diz que, de acordo com a Escola Neoclássica, a economia de mercado está nas mãos daqueles que compram ou que decidem não comprar; portanto, com algumas restrições, o consumidor detém o poder mais alto. O consumidor é quem faz a demanda. Na esfera política o voto dá autoridade ao cidadão, na esfera econômica o poder de escolha confere autoridade ao consumidor. Porém, nos dois casos há uma “fraude”, pois o que há na verdade é a figura da ideologia mascarando os reais

interesses. Tanto no caso de eleitores, quanto no de consumidores, existe um controle da resposta do público que é condicionada pela propaganda e pelas modernas promoções de vendas, isto é, uma “fraude” aceita inclusive nas faculdades. No mundo real, o monopólio, o oligopólio, os conglomerados, o *design* e a diferenciação do produto, a propaganda e outras promoções de venda e de comercialização são empregadas pelas empresas produtoras e pela indústria para estabelecer preços e definir a procura. Por outro lado, na política e nas eleições, o efeito dos meios de comunicação em massa sobre a escolha do eleitor é considerado aceitável. Para isso, por exemplo, são gastos dezenas de milhões de dólares para eleger um presidente de um país. Já no mercado, os custos dos meios de persuasão são muito mais extensivos, muito mais dispendiosos, muito mais competentes, que são dirigidos não aos votantes, mas aos consumidores. Várias espécies de publicidade, desde o *merchandising* da Natura nas telenovelas à publicidade de cervejas durante os jogos de futebol televisionados, chegam aos lares da massa para ganhar o apoio de compradores. O custo da publicidade, propaganda e *marketing* é considerado normal nos negócios. Utilizam-se o talento teatral e musical de artistas, escritores, jogadores de futebol, políticos, formadores de opinião para angariar credibilidade aos produtos.

Como já dizia o ditado popular, “a propaganda é a alma do negócio”. Há empresas e governos que levam o provérbio muito a sério. Como diz Leticia Sander (2008), um exemplo de gigantescos gastos com publicidade e propaganda, há o governo Lula, que consumiu em 2005, por intermédio dos órgãos da administração direta e indireta, R\$ 1.014 bilhão; em 2006, atingiu-se o recorde de gastos até hoje, R\$ 1.115 bilhão; e, em 2007, gastou R\$ 908,1 milhões. Já na iniciativa privada, de acordo com Rafael Klautau Borba (2008), no ano de 2007, as Casas Bahia liderou o *ranking* com gastos da alçada de R\$ 2.765 bilhões e a Unilever gastou R\$ 1.423 bilhão. Detalhe, quem paga os gastos dos bilhões em publicidade são os “cidadãos no exercício de sua cidadania” e os “consumidores no exercício de sua soberania”.

1.5 TEORIA SIMBÓLICA

A teoria simbólica do consumo se consolida na segunda metade do século XX com as reflexões do francês Jean Baudrillard. Baudrillard acrescenta o valor de signo como terceira dimensão da mercadoria. Marx, no século XIX, entendia que a mercadoria

possuía apenas duas dimensões, uma como valor de uso (finalidade) e outra como valor de troca (preço). A terceira dimensão acrescida por Baudrillard, o valor de signo, torna-se um impulso determinante para as práticas de consumo da sociedade contemporânea, no sentido de que o proprietário de uma mercadoria com o valor de signo adquire um *status* social por meio dos significados extraídos da mercadoria.

Na concepção de Jean Baudrillard (1995, 1997), o consumo é uma modalidade característica da civilização industrial, que teve início com a Revolução Industrial no século XVIII. O consumo é um modo ativo de relação com os objetos, com a coletividade e com o mundo, um modo de atividade sistemática e de resposta global no qual se funda todo sistema cultural. Não são os objetos em si ou os produtos materiais que são objetos de consumo: aqueles objetos em si e os produtos são apenas objetos da necessidade e da satisfação. Até o advento da civilização industrial sempre se comprou, possuiu-se, usufruiu-se, gastou-se – e contudo não se “consumiu”. Para o objeto ser consumido é necessário que ele se transforme em signo, por exemplo: quando uma pessoa compra um tênis da Nike, ela possui e usufrui um calçado e consome a marca Nike como fonte de *status* social. Se em uma camisa “sem marca” for colocada uma etiqueta da Lacoste, ela deixa de ser um simples objeto para se transformar em um signo, isso implica uma modificação simultânea da relação humana para uma relação de consumo. O que é consumido nunca são os objetos em si, e sim a própria relação de consumo, ou seja, o vendedor vende um signo, o comprador compra um signo e a sociedade vê o bem adquirido também como signo. Outra inovação que surge com a industrialização das mercadorias é a personalização das mesmas, ou seja, há um acréscimo de algo inessencial às mercadorias, por exemplo, a função essencial de um lenço descartável é limpar algo e depois ser posto fora no lixo, mas, ao se estampar o lenço descartável com as personagens da Disney, há uma personificação do objeto. Nesse caso, a estampa é inessencial à sua função. O que caracteriza o objeto industrial por oposição ao artesanal é que nele o inessencial não é mais incorporado por pedido do adquirente, mas é difundido de forma sistêmica pela produção que cria a finalidade para o inessencial. Deste modo, todo o meio ambiente moderno passa em bloco ao nível de um sistema cultural de signos coerentes, ou seja, na sociedade atual existe um sistema cultural que condiciona as pessoas a se relacionarem com outras por meio de signos. Por exemplo, quando um homem delicia um Johnnie Walker e ouve Johann Sebastian Bach, ele passa a ter um estilo de vida que é transmitido à sociedade por meio dos signos que serão decodificados por outras pessoas que também emitirão outros signos.

Assim, reciprocamente, as pessoas emitem e decodificam as mensagens umas das outras formando um sistema todo coerente de signos auto-referentes.

De acordo com Baudrillard (1995), existe um pensamento mágico que governa o consumo, trata-se da crença na onipotência dos signos. No entanto, esse pensamento mágico não se concretiza, pois a abundância de mercadorias não passa da acumulação dos signos da felicidade, ou seja, são signos e não a felicidade em si. As satisfações que as mercadorias conferem são ilusórios momentos de felicidade que se acabam pouco tempo depois de sua aquisição. Nos dias de hoje, os consumidores não vivem os benefícios do consumo como fruto do trabalho ou de processos de produção; vivem-se como milagre da técnica, do progresso e do crescimento da riqueza nacional. Os meios de comunicação em massa difundem no corpo social a abundância das mercadorias e prometem que tudo será previamente dado aos consumidores, tendo ademais um direito legítimo e inalienável sobre a abundância. A abundância se torna quotidiana e banal, continua a viver-se como milagre diário. A atual sociedade desenvolve uma ordem de consumo que se manifesta como ordem da manipulação dos signos.

Outra característica da sociedade de consumo são as inúmeras notícias sem relevância, utilidade e importância veiculadas pela rede de comunicação em massa, como por exemplo: acidentes de carro, deslizamento de terra, congestionamentos, roubos de carro, assassinatos, operações da polícia federal, o peso do presidente, o nascimento de urso panda, a estátua de ouro de Kate Moss. Trata-se de notícias que não têm nenhuma aplicabilidade ou utilidade prática na vida, são notícias que não melhoram a existência de ninguém. O que se percebe é que, na rede de comunicação em massa em geral, a informação política, histórica e cultural é abordada sob uma mesma forma, simultaneamente insignificante e milagrosa. As notícias são dramatizadas de modo espetacular e reduzida a signos. O acontecimento irrelevante constitui a categoria de informação padrão dos meios de comunicação em massa, os programas e apresentadores que seguem são bons exemplos disso no Brasil: Gugu, Faustão, Ratinho, Datena, Leão Lobo, Ana Maria Braga, Jornal Nacional, CQC, Márcia Goldschmidt, Cicarelli, Luciano Huck, Jornal da Band, Linha Direta, Vídeo Show, Pânico e seriados americanos. Em resumo, para dizer o menos, a desinformação toma conta da programação das redes de teledivulgação brasileiras.

No entender de Baudrillard (1995), os meios de comunicação em massa não fornece a realidade, mas a vertigem da realidade. Os repórteres estão sempre no coração de

algum evento dramático, seja na guerra, no tráfico ou no caos das delegacias. O lugar geométrico das comunicações em massa é o coração da notícia, é onde precisamente nada se passa, e os signos constituem fatores de segurança. As pessoas vivem ao abrigo dos signos e na recusa do real. A população vive uma segurança mágica, ou seja, a violência está na TV e a pessoa está segura em casa de toda esta violência. A imagem, o signo, a mensagem, tudo o que se consome é a própria tranquilidade lacrada pela distância ao mundo violento e sangrento dos assassinatos, estupros e *pitbulls*. A violência está sempre presente nos meios de comunicação, sempre pronta a arrancar um suspiro dos consumidores de violência empacotada pela mídia. Os meios de comunicação não orientam as pessoas para o mundo, oferecem-nas para consumo signos atestados, criados e fundamentados no “real”. Neste sentido, pode-se afirmar que a dimensão do consumo introduzida por Jean Baudrillard não é a do conhecimento do mundo, nem igualmente a da ignorância completa: é a do desconhecimento da realidade. As pessoas passam a recusar o real baseadas nos signos e mensagens expostas pela mídia. Em um adequado resumo do assunto, Jean Baudrillard (1995, p. 25) afirma que:

A cotidianidade como enclausuramento seria insuportável sem o simulacro do mundo, sem o alibi de uma participação no mundo. Tem necessidade de alimentar-se das imagens e dos signos multiplicados da vertigem da realidade e da história, a sua tranquilidade precisa, para se exaltar, de perpétua violência consumida. Tal é a sua obscenidade. É gulosa de acontecimentos e de violência, contanto que lhe seja servida em casa. Como caricatura, eis o telespectador acaçapado diante das imagens da guerra do Vietnã. A imagem da TV, como janela invertida, dá primeiramente para um quarto, em cujo interior a exterioridade cruel do mundo se torna íntima e calorosa, com calor perverso.

Nos dias atuais, as pessoas se excluem do mundo real, social e histórico por meio do consumo na ânsia de encontrar um índice máximo de segurança. Buscam a felicidade e a segurança de forma negativa, fugindo do medo criado, administrado e majorado por interesses escusos do sistema. Neste sentido, Baudrillard (1995, p. 26) diz:

É precisa a violência e a inumanidade do mundo exterior para que a segurança não só se experimente como tal com maior profundidade (no plano da economia da fruição), mas também para que se sinta *justificada* em escolher-se a si mesma, em cada momento (no plano da economia moral da salvação).

No entender de Jean Baudrillard (1995), para preservar a zona de conforto que o consumo constrói é necessário que a fatalidade e a dramatização da vida cotidiana esteja sempre presente, para que a bolha do consumo se torne prazerosa, satisfatória e segura. Os meios de comunicação em massa são a principal forma de difusão da dramatização da vida, sendo os acidentes de carro e assassinatos os principais álibis. Se tal paixão pela violência é demonstrada dia após dia no noticiário, é porque alguma função ela tem, é bom lembrar que nenhum fato que acontece com determinada frequência é por acaso, há a sua razão de ser. A sociedade de consumo pretende ser um castelo rodeado de muralhas, rico e ameaçado – eis a sua ideologia. As inúmeras notícias e mensagens irrelevantes emitidas diariamente de forma sistemática visam substituir a história real dos fatos, criando-se, assim, uma realidade virtual para ser consumida pelas pessoas virtuais da sociedade de consumo. Em outras palavras, um arcabouço ideológico é transferido às pessoas diariamente pelos meios de comunicação com a intenção de condicioná-las a um estado de penumbra, no qual prevalece o desconhecimento histórico. Nas mensagens transmitidas não são as imagens e sons que são consumidos, mas um novo modo de relação e percepção do mundo.

É bom lembrar aqui que este primeiro capítulo abordou apenas uma das várias facetas da vida humana em sociedade, ou seja, uma visão da sociedade de consumo e suas nuances. Todos os joguetes de manipulação, condicionamento, persuasão, interferência na vida privada e ideologias serviram de exemplo para aclarar as condições do sistema de dominação. A propósito, trata-se de um sistema inerente à existência histórica dos homens. Desde Platão até Fidel Castro, sempre houve setores dominantes na sociedade. A dominação não está somente no consumo, mas em várias esferas das relações humanas. Esta noção de condicionamento pode ser estendida a todas as áreas sócio-político-econômico-culturais dos ditos cidadãos. O mundo só é perfeito para aqueles que somente vêem as sombras da caverna de Platão. Nos próximos capítulos, serão apresentadas outras formas de condicionamento e as conseqüências negativas de sua aplicação sistemática durante séculos.

CAP. 2 VIOLÊNCIA, MEDO, E INSEGURANÇA PARA LUCRAR

Feita a revolução nas escolas, o povo a fará nas ruas.

Florestan Fernandes

2.1 SISTEMA IDEOLÓGICO DE DOMINAÇÃO

Estratos sociais privilegiados pelas ordens econômicas, políticas e sociais existentes (...) gostariam de ver suas posições transformadas de relações de poder puramente fatuais em um cosmos de direitos adquiridos, e de saber que seriam assim santificados. Esses interesses representam de longe o motivo da conservação dos elementos carismáticos de uma natureza objetificada no interior da estrutura de dominação.

Max Weber

Nos dias de hoje e nos de ontem, a concessão para sorrir, o futebol para aplaudir, o samba para distrair, o pão para comer, a dor para tragar, a labuta para engolir, a força bruta, o grito desumano, o acordar calado, o viver pela pátria, o morrer sem razão e a história na mão continuam a ser o modo de existência humana. Mudam-se os locais, os modos e os tempos, mas, a história está sempre a repetir teimosamente os meios de dominação social.

De acordo com Marilena Chaui (1983), o real é o movimento incessante pelo qual os homens instauram um modo de sociabilidade e procuram fixá-lo em instituições como família, condições de trabalho, relações políticas, instituições religiosas, tipos de educação, formas de arte, transmissão dos costumes, língua etc. Para explicar e compreender a vida individual, social e as suas relações com a natureza, os homens produzem ideias e representações da realidade. No entanto, essas ideias e representações da realidade tenderão a esconder da sociedade as relações sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social pode ser resumido no termo ideologia. A ideologia é utilizada pela classe dominante para legitimar as condições de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas. A ideologia traduzida como conhecimento teórico tem a finalidade de prever cientificamente os acontecimentos,

fornecendo ao mundo prático um conjunto de regras e de normas, graças às quais a ação possa dominar, manipular e controlar a realidade natural e social. A ideologia como conjunto de conhecimentos teóricos estabelece entre a teoria e a prática uma relação de mando e de obediência, isto é, a teoria manda e a prática obedece. Os teóricos comandam. O prático é um simples instrumento do teórico, aquele apenas aplica regras, normas e princípios vindos da teoria. As ações humanas individuais e sociais devem condizer com as ideias/teorias, do contrário, serão tidas como desordem, caos, anormalidade e perigo para o *status quo* global. A prática deve se coadunar com a teoria para que haja a ordem, e com a *ordem* haja o *progresso* social. A ideologia consiste precisamente na transformação das ideias da classe dominante em ideias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano econômico, intelectual, social e político também domina no plano das ideias. As ideias que são consideradas válidas, verdadeiras e racionais são as da classe dominante. No entanto, para que isto ocorra, é preciso que as pessoas não se percebam como estando divididas em classes, mas se vejam unidas, unificadas e iguais, sendo as diferenças sociais fatos de menor importância. Essa sensação de igualdade e integração social é transmitida pela classe dominante às classes subalternas por intermédio de instituições sociais, tais como: direito, educação, religião, costumes, meios de comunicação, política, formadores de opinião etc. Por exemplo, as ideias transmitidas por meio da educação não exprimem a realidade real, mas apenas sombras do social, dos homens e das coisas. As ideias transmitidas pelo filtro da ideologia passam a determinar as condutas que formam a realidade. A ideologia faz com que as ideias sejam um projeto e não uma consequência da realidade, assim, a classe dominante cria e molda a realidade ao seu gosto e modo. Nas próprias palavras de Marilena Chaui (1983, p. 113-114) se pode ter uma noção do papel desempenhado pela ideologia perante a sociedade:

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. (...) a função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado.

Karl Marx e Friedrich Engels (1998, p. 72) em uma passagem da *Ideologia Alemã*, explicam como a classe dominante utiliza a ideologia para controlar e manter o *status quo*:

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual*. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as idéias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulem a produção e distribuição das idéias de seu tempo e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época.

Segundo Chauí (1983), a ideologia é um sistema ordenado de ideias e normas separadas e independentes das condições materiais, visto que os teóricos, os ideólogos e os intelectuais não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existência. A classe dominante por meio da ideologia faz aparentar seus interesses como o interesse geral, ou seja, o Estado como instituição tem a função de preservar o interesse da classe que domina a sociedade, o Estado vem diante da sociedade como um curador do interesse de todos. O Estado é uma ficção jurídica, isto é, o Estado é uma crença e uma fé no ilusório. É necessário que os sujeitos sociais percebam o Estado como uma figura unificada e unificadora para suportar a divisão da sociedade em classes. O Estado é uma penumbra que esconde as divisões sociais e a defesa do interesse da classe dominante, ele aparece de modo impessoal, neutro e anônimo. O mecanismo utilizado pelo Estado para dominar e controlar as classes proletárias de forma aceitável e até desejável é o Direito, que, por meio das leis, costumes, jurisprudências e princípios, faz a dominação de forma impessoal e neutra. O Estado utiliza-se do Direito como arma legítima para o controle social.

Para o jurista Roberto Lyra Filho, o Direito é o esteio do *status quo* vigente, e aqueles que atentarem contra tal *status quo* ou paz social são taxados de radicais pela classe burguesa, que quer gozar de seus privilégios sem contestação. A classe dominante utiliza o Direito como cabresto, porém, disfarçado de mecanismo de organização social em defesa do

interesse geral. As classes privilegiadas substituem a realidade pelas imagens mais adequadas para governar, utilizando-se dos órgãos de comunicação de massas, ensino, instituições sociais e principalmente das leis. O Direito não é estático, mas sim dinâmico, atendendo sempre aos interesses da parcela dominante de uma sociedade em determinado tempo e lugar. É por isso que se pode dizer que a burguesia foi revolucionária, chegou ao poder e se tornou conservadora e, futuramente, será reacionária à outra forma de poder revolucionária ao poder da burguesia.

Exemplo claro da utilização do Direito para legitimar o uso da força para o controle das classes subalternas e manutenção do *status quo* burguês pode ser percebido na eleição municipal de 2008 na cidade do Rio de Janeiro, na qual 28 favelas receberam incursões temporárias dos soldados, tanques e helicópteros das forças armadas. No momento em que o Estado manda seu braço armado às favelas para assegurar o processo eleitoral ele não está protegendo as eleições em si, mas sim o sistema de organização social que necessita das eleições para se legitimar. Coadunando com este raciocínio, Pedro Strozenberg (2008, p. 22) diz:

Será que é de força policial que carecemos para enfrentar este que parece ser um problema estrutural? Afinal, se o Estado reconhece a presença da coerção no período eleitoral, como negar que essa situação não se dê antes e depois do pleito? Em que medida a população pode confiar no sistema eleitoral de um Estado que não lhe oferece proteção no cotidiano? Questionamentos desta ordem reforçam a idéia de que o que precisa ser protegido é o sistema, não as pessoas. As forças armadas e o Estado defendem a institucionalidade, não a população.

Outro exemplo do uso do Direito para manutenção dos privilégios da classe dominante são as leis criminais, que selecionam as classes subalternas como principais clientes do sistema carcerário. As leis criminais são arquitetadas de forma que a grande maioria dos indivíduos que, pegos pelas garras da justiça, sejam da classe proletária. O crime não existe por si só, é necessário que o poder governante promulgue leis criminalizando condutas que sejam consideradas ofensivas à sociedade. No entanto, quem decide o que é ofensivo ou não à sociedade é a classe dominante, quem faz as leis é a classe dominante e quem se beneficia das leis é classe dominante, em outras palavras, quem faz as regras do jogo nunca perde. Este é um raciocínio simples e lógico, pois é natural que quem tem o poder se utilize dele para se privilegiar em detrimento dos outros, e se manter no poder. A classe burguesa faz as leis de acordo com os seus interesses, para a manutenção de

seu poder diante das outras classes. Por isso as leis criminalizam as condutas prejudiciais à sociedade que são geralmente praticadas pela classe proletária e não pela burguesa, ou, quando criminaliza uma conduta típica da classe dominante as penas são desproporcionais às penas destinadas às condutas criminalizadas que geralmente são cometidas pela classe proletária. Os ambientes sub-humanos que são as prisões brasileiras não são por acaso, elas são assim porque quem vai preso é a escória da sociedade e não a burguesia. Inocente será quem pensar que as prisões são feitas para ressocializar os cidadãos que cometeram uma conduta considerada crime. Na realidade, as prisões são feitas para servirem como escoadouro e local de depósito de pessoas que não se adequaram às normas da Sociedade de Consumo. As centenas de milhares de presos são um efeito colateral do controle social feito pela classe dominante. Interessante notar que o controle social e a prisão de aproximadamente meio milhão de pessoas no Brasil soe na voz da opinião pública como normal e necessário. Este é o papel da ideologia, fazer com que a população aceite a coerção do Estado como algo natural e desejável. Mais um exemplo de ideologia é o *slogan* do atual governo federal: *Brasil, um país de todos*. Mesmo que o *slogan* não se sustente na prática, utilizá-lo como mais um meio ideológico para se conseguir a governabilidade é razoável e adequado. O que seria dos governantes sem os bilhões gastos em publicidade anualmente?

As classes e países dominantes vivem lado a lado com o discurso e a ideologia. É a ideologia que permite o prosseguimento da democracia no Brasil, que de democracia só tem o nome. O jurista Fábio Konder Comparato (2008), expressa o seguinte raciocínio a respeito pseudodemocracia brasileira: a Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988 instaurou um “Estado Democrático de Direito”, tendo expresso em seu artigo primeiro, parágrafo único, a seguinte declaração: *Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição*. E no artigo 14 a forma com que o povo exerce a sua soberania: *sufrágio universal, plebiscito, referendo e iniciativa de projetos de lei* (não de emendas constitucionais). Esclarecendo, o povo é soberano do Estado Democrático de Direito Brasileiro, porém, não tem o poder de alterar a Constituição e nem a iniciativa de emendas constitucionais, mas somente o Congresso Nacional. Com este esquema o Congresso Nacional em vinte anos de constituição emendou-a e remendou-a nada menos do que 62 vezes, de poder constituído o Congresso se tornou poder constituinte. E mais, em 20 anos de Constituição, a par do sufrágio eleitoral que é obrigatório, o povo soberano, devido às grandes exigências formais para a iniciativa de projetos de lei, somente propôs 0,05 (cinco

centésimos por cento) do total de leis votadas pelo Congresso Nacional. E, quanto ao plebiscito e referendo, o povo soberano só pode votar quando o Congresso assim decidir. Ou seja, o povo que é soberano e mandante fica submetido à vontade do mandatário/Congresso para poder manifestar sua soberania.

A democracia na qual o povo exerce sua vontade soberana, atualmente, pode até existir, mas com certeza não é no Brasil. Não só no Brasil inexistente democracia, mas em todos os países que se dizem democráticos. O sistema de governo dito democrático nada mais é do que mais um regime autoritário que por conveniência política se decidiu chamar de democrático. O sistema capitalista baseado na acumulação de capital é incompatível com a democracia. A burguesia denominou o Estado Burguês como democrático apenas como parte do embuste ideológico criado após a sua ascensão ao poder.

As instituições caolhas e a pseudodemocracia sobrevivem graças à ideologia que lhes dá uma fantasia agradável aos olhos míopes da sociedade. A ideologia, em grande parte, é transmitida pelos meios de comunicação concentrados nas mãos de algumas poucas famílias brasileiras. Como diz José Júlio Chiavenato (1998), 90% da propriedade absoluta dos meios de comunicação no Brasil são de quinze grupos familiares. Resultado desta concentração é a impossibilidade de disseminar ideias contrárias às ideias dominantes, isto é, há a imposição de um pensamento único à sociedade que é difícil de contestar com o mesmo vigor da imposição. A uniformização da notícia é visível nos meios de comunicação, se alguém assiste a um telejornal, instantaneamente assiste a todos. As notícias, as formas de transmitir os fatos e o discurso são sempre os mesmos em todas as emissoras. Apesar ou por causa do poder dos meios de comunicação, estes estão sempre vinculados ao governo aos políticos, que distribuem as concessões da mídia eletrônica, isenta de impostos papel e máquinas, e, principalmente, os bilhões de reais destinados à publicidade. Talvez seja por esses pequenos detalhes que não há críticas contundentes a respeito da sociedade, do governo e do sistema nos meios de comunicação em massa.

Os meios de comunicação servem mais para desinformar os consumidores do que para informar os cidadãos. A mídia está a serviço do espetáculo, servindo às pessoas da sala de jantar que estão preocupadas em nascer e morrer. Enquanto, por um lado, o governo mantém o preço dos alimentos básicos relativamente baixos, dando acesso ao seu consumo a praticamente toda a população, ou seja, fornecendo o *pão*, por outro, há a mídia fornecendo o espetáculo ou o *circo*. Assim, mantém-se o *status quo* baseado no pão e circo – *panis et*

circenses –, estratégia que vem de longa data. Os romanos já a utilizavam para governar Roma e suas colônias.

Corroborando com a linha de pensamento exposta acima, Guy Debord (1997) em seu livro *A sociedade do espetáculo* expõe seu raciocínio sobre o circo ou espetáculo que leva a população a um estado de esquizofrenia permanente diante dos acontecimentos do mundo. De acordo com Debord (1997), o espetáculo apresenta-se como instrumento de unificação do pensamento e de divisão da sociedade nas suas ações e forças, transmitido em um monólogo interrompido. A comunicação unilateral feita pela administração do sistema é o que lhe permite prosseguir em tal administração. A pureza desse discurso unilateral é a decisão já tomada, o que é comunicado são ordens. Debord (1997, p. 137-138) explica como o espetáculo age na sociedade:

O espetáculo é a ideologia por excelência, porque expõe e manifesta em sua plenitude a essência de todo o sistema ideológico: o empobrecimento, a sujeição e a negação da vida real. O espetáculo é, materialmente, “a expressão da separação e do afastamento entre o homem e o homem”.

A ideologia é a *base* do pensamento de uma sociedade de classes, no curso conflitante da história. Os fatos ideológicos nunca foram simples quimeras, mas a consciência deformada das realidades, e, como tais, fatores reais que exercem uma real ação deformante; tanto mais que a *materialização* da ideologia provocada pelo êxito concreto da produção econômica autonomizada, na forma do espetáculo, praticamente confunde com a realidade social uma ideologia que conseguiu recortar todo o real de acordo com seu modelo.

O espetáculo está em toda parte, seja no terrorismo, nos muçulmanos, nas guerras, no esporte, nos *ringtones* ou no batepapo via satélite, seja na democracia, na paz, nas religiões, na segurança pública e no choque de civilizações. O espetáculo permeia a vida do nascer ao desfalecer, as representações do inexistente se acumulam em *gravatas* e discursos. Os simulacros, espetáculos e representações vivem a vida e as pessoas são vividas pelo presente perpétuo. A história já não mais existe, o que existe são apenas fatos históricos que se referem a outros fatos históricos, quando existem. Jean Baudrillard (1985, p. 38) a respeito da a-historicidade existente na sociedade diz:

As massas, estas aceitam tudo e desviam tudo em bloco no espetacular sem exigência de sentido, na realidade sem resistência, mas fazendo com que tudo passe para uma esfera indeterminada que não é nem mesmo a do não-sentido, mas a da fascinação/manipulação de todos os azimutes.

As pessoas geralmente tomam os relatos dos fatos sem uma análise histórica e crítica dos mesmos, sem entenderem e se perguntarem qual a procedência, a evolução e o destino dos fatos sociais. Deste modo, o que é apresentado se torna realidade com mais facilidade, como um dia desses um amigo me disse, “se passa a imagem na televisão é porque a reportagem é verdadeira; se eu estou vendo as imagens, como pode ser diferente”. De certa forma este telespectador está correto, pois, se uma pessoa nunca estudou química e física, fica difícil acreditar que em uma chapa de ferro existem mais espaços vagos do que preenchidos por átomos do referido metal.

2.2 CULTURA DO MEDO

As pessoas reagem ao medo, não ao amor. Eles não ensinam isso na catequese, mas é a realidade.

Richard Nixon

De acordo com o psicólogo britânico Jeffrey Alan Gray (1978), o medo é um estado de alerta do cérebro que surge sob certas condições que demonstram uma possibilidade de se ter uma perda, sendo a percepção da potencial perda adquirida pelo sentimento de ameaça física ou psicológica.

Exemplos atuais de ameaças no Brasil e globais que podem gerar medo são, por exemplo, estar diante de um predador, descer uma ladeira em uma bicicleta sem freios, estar na iminência de um acidente automobilístico, ter uma arma direcionada para si, ter notícias ou ver pessoas assassinadas, saber que o furacão Katrina matou milhares de pessoas e que você está suscetível a semelhantes desastres naturais, ver regiões da Indonésia devastadas pela tsunami, ver e ter o exército nas ruas fazendo policiamento, ver os ataques de 11 de setembro de 2001, ver guerras, viver em um estado de exceção, passar fome, estar com sede, viver na miséria, ser vítima de um assalto, estar na iminência da morte, saber que da possibilidade de um ataque terrorista, sentir insegurança ao sair de casa, vivenciar a violência cotidiana. O medo pode atingir todas as pessoas, das mais variadas formas, a umas mais e a outras menos, mas todas têm e estão sujeitas aos medos.

Gray (1978) entende que na presença do medo os homens e os animais em geral podem ter três tipos de comportamento. O primeiro é o congelamento/imobilização que pode ser exemplificado com o desmaio diante de um perigo iminente e incontrolável ou simplesmente quando o sujeito fica paralisado e sem reação frente à ameaça. O segundo comportamento é a luta, neste caso o indivíduo parte para a agressão para se defender. O terceiro tipo de comportamento que se tem diante de uma situação de medo é a fuga, que pode ser passiva ou ativa. Na fuga passiva o indivíduo evita uma conduta que tenha sido associada a antigas perdas, exemplificando: uma criança que foi mordida por um cachorro evitará ter a conduta de passar a mão na boca do cachorro. Na fuga ativa o indivíduo evita uma situação presente que lhe causa medo, por exemplo: geralmente as pessoas evitam brincar com um leão, mesmo que não tenham se machucado antes com este felino, pois sabem do perigo que jaz ali.

Contribuindo com a linha de raciocínio de Gray, o psiquiatra considerado pai da psicologia e da psiquiatria forense, Emilio Mira y López (2005), assinala que, no atual estágio evolutivo dos seres humanos, há por parte dos mesmos uma intencionalidade pessoal, isto é, um sentido teleológico ou finalístico de seus atos: denominado “conduta fugitiva ou reação de fuga”, cujo propósito é o afastamento material do ser ante a situação perigosa. Esta reação de fuga se dá em sentido oposto à direção do estímulo provocador do medo. Mira y López (2005, p. 15) conclui de forma categórica:

se poderia dizer que o animal não foge porque tem medo, mas sim que foge para livrar-se do medo, passando, de vítima propiciatória e indefesa, a uma individualidade pessoal que põe em jogo seus recursos para superar a situação, libertando-se dela sem sofrer maiores danos.

O raciocínio de Mira y López contribui para a compreensão das engrenagens do sistema socioeconômico. Por exemplo, na Sociedade de Consumo, o consumo de bens e serviços é um combustível que movimenta o sistema capitalista. E o medo serve de estímulo ao consumo desenfreado da grande massa, pois, o medo difundido no corpo social diariamente por intermédio dos meios de comunicação em massa, deixa a população irritada, estressada, insegura e, em muitos casos, até com fobias. Para se livrar do medo da violência as pessoas vão buscar segurança, conforto, proteção, prazer e felicidade em outro lugar onde não estejam os eventos causadores de medo, ou seja, vão para os braços e sorrisos calorosos do consumo. Perceba que nos shoppings tudo é tão tranquilo, bonito, novo, seguro e

perfeito. Talvez os consumidores entendam que céu seja como nos shoppings, tudo perfeito... ou lá seja o céu ou sua imitação. Na verdade, os shoppings são tratados pela população em geral como a antecipação da paz perpétua que se acredita encontrar no céu. Nos shoppings a paz reina, não existe medo, mas o poder dos cartões de crédito e de fidelidade.

No campo do estudo do comportamento humano e animal, Burrhus Frederic Skinner (2008), psicólogo de Harvard que atuou desde a década de 1930 até 1990, segue a tradição behaviorista, cujo pioneiro foi John Watson, nos anos 1920. Como Watson, Skinner diz que com as ferramentas certas as pessoas podem prever e controlar comportamentos. Skinner usou a ciência para provar que o ambiente é tudo. Mudando o ambiente, poderia, assim, mudar o indivíduo. Skinner desenvolveu um sistema conhecido como “condicionamento operante” para provar que um comportamento era repetido por uma pessoa, quando recompensada ou punida. A recompensa por um novo comportamento leva a pessoa a ficar satisfeita, e essa satisfação leva a pessoa a continuar praticando este novo comportamento. A recompensa aumenta a probabilidade de que o comportamento desejado ocorra novamente. Por outro lado, a punição por determinado comportamento indesejado leva a pessoa a mudar de comportamento para não ser punida novamente, ou seja, com a punição aumenta-se a probabilidade de que a pessoa se pautar por um novo comportamento que seja o desejado, sendo assim, não haverá punição. Deste modo, quem administra a oferta de recompensas e punições às pessoas é quem tem o poder de direcionar o comportamento das mesmas.

O “condicionamento operante”, elaborado por Skinner (2008), pode ser aplicado no âmbito familiar, educacional, corporativo, social, econômico, ou seja, na vida social de um modo geral. A essência do trabalho de Skinner é a de que as pessoas podem manipular os ambientes de maneira a permitir a produção de qualquer comportamento que se deseja, desenvolvendo pessoas e tornando possível a elas qualquer futuro que se deseja. Skinner declarou que, com certo controle social, se pode criar uma nova raça de seres humanos. O ambiente modela as interações humanas e com isso a vida humana pode ser “melhorada” com a aplicação da análise do comportamento. Skinner defende que o comportamento das pessoas pode ser controlado por longos períodos de tempo sem que estas se apercebam disso, inclusive sentindo-se livres.

Como já foi dito linhas acima, diante de uma situação que gera medo existem três comportamentos possíveis para o sujeito, sendo eles: a fuga, a luta e o congelamento/imobilização. A jornalista canadense Naomi Klein, em seu livro *A doutrina do choque* (2008), expõe como o choque, o medo e a insegurança podem imobilizar e transformar pessoas, sociedades e sistemas econômicos. Naomi utiliza como pano de fundo as pesquisas do psiquiatra Dr. Ewen Cameron. Na década de 1950, Cameron, com financiamento da CIA (*Central Intelligence Agency*), desenvolveu experimentos na Universidade McGill em Montreal com pacientes psiquiátricos que sofriam de esquizofrenia e demais perturbações psíquicas. A CIA por meio de Cameron tinha como objetivo obter informações de como controlar a mente humana. Cameron usava seus pacientes psiquiátricos, sem autorização e sem conhecimento prévio, como cobaias em suas pesquisas, estes eram mantidos acordados e isolados durante semanas, sofriam doses elevadas de eletrochoque e recebiam coquetéis de medicamentos. Cameron acreditava que, por intermédio de sessões de choques elétricos no cérebro humano, seria possível desfazer e apagar as mentes defeituosas levando-as ao momento anterior do aparecimento do comportamento esquizofrênico e capaz de reduzir as defesas do indivíduo, e depois reconstruir novas personalidades nos espaços vazios, ou seja, tentava recriar nos doentes uma mente sã. Por meio dos choques ele tentava destruir a “loucura” das pessoas, de modo que elas regressassem a um estado de uma mente em branco, depois disso, ele entraria em suas mentes para ensinar um comportamento saudável. Cameron acreditava que poderia limpar a mente de uma pessoa interferindo de uma só vez em seu funcionamento, ou seja, por meio de sessões de choques elétricos. A CIA financiava as pesquisas de Cameron não porque estava preocupada com os esquizofrênicos, mas porque na década de 1950 havia se iniciado a Guerra Fria e a agência tinha interesse em formular novas técnicas especiais de interrogatório, ou, em outras palavras, a CIA queria ter novas formas de tortura para obter informações dos comunistas capturados.

Traçando um paralelo com Cameron, Naomi Klein (2008) analisa o capitalismo de desastre capitaneado pelo economista ultraliberal Milton Friedman, professor do departamento de economia da Universidade de Chicago. Friedman, tal como Cameron, entendia que era possível um consciente maduro voltar ao estado de uma mente em branco, quando o equilíbrio reinava. Enquanto Cameron queria levar a mente humana a um estágio primitivo, Friedman queria levar a sociedade ao estágio econômico do capitalismo clássico, sem regulamentação governamental ou barreiras comerciais. Friedman entendia que a

economia somente poderia voltar ao seu estado puro por meio de um grande choque político, que eliminaria as distorções promovidas pelos maus princípios – leiam-se princípios keynesianos implementados com o *New Deal* em 1933. Naomi Klein (2008, p. 68) entende que uma premissa fundamental da Escola de Economia de Chicago

é de que o livre mercado é um sistema científico perfeito, no qual os indivíduos, agindo em função de seus próprios interesses e desejos, criam o máximo benefício para todos. Se alguma coisa dá errado em uma economia de mercado [...] é porque o mercado não está verdadeiramente livre. Deve haver algum tipo de interferência, alguma distorção no sistema. A solução de Chicago é sempre a mesma: uma aplicação ainda mais completa e rigorosa de seus fundamentos.

No entender de Naomi (2008), Friedman, como testa de ferro das corporações, queria destruir o Estado de Bem-Estar Social construído nos EUA, após a crise de 1945, sob influência de John Maynard Keynes e a social-democracia estabelecida na Europa após a Segunda Guerra Mundial sob influência de Gunnar Myrdal e os demais sistemas econômico-políticos que tivessem caráter social. Friedman, em seu livro *Capitalismo e liberdade*, desenvolveu os princípios que deveriam orientar o livre mercado global, sendo os três princípios cardeais a desregulamentação do mercado, a privatização das empresas estatais lucrativas e cortes nas verbas destinadas aos programas sociais. A Escola de Chicago propunha romper com o Estado de Bem-Estar Social. Este rompimento se daria em um momento de grande choque social, como um ataque terrorista, uma guerra, uma tsunami, um golpe de estado, genocídios, um grande furacão ou um terremoto, durante o qual o corpo social ficaria em estado de choque, com medo, imobilizado, congelado, psicologicamente fragilizado e fisicamente esgotado, que reduziria sua capacidade de resistência a um patamar insignificante. É neste contexto de crises naturais e fabricadas que as mudanças de liberalização do sistema capitalista acontecem ao redor do mundo. As reformas do livre mercado estão sempre precedidas de um terror público, de um choque e de um congelamento no corpo social. Assim aconteceu no Brasil com o AI 5 em 1968; na Argentina com o sumiço de 30 mil pessoas durante a década de 1970, na ditadura; no Chile com os massacres de Pinochet nos idos 1973; na Grã-Bretanha com a Guerra das Malvinas em 1982; na China com o massacre na Praça da Paz Celestial em 1989; na Rússia com a decisão de Boris Yeltsin de enviar tanques para bombardear o parlamento em 1993; na Iugoslávia com o ataque da OTAN em 1999; nos EUA com o 11 de setembro de 2001; no Iraque com a atual guerra; no Sri Lanka com a tsunami em 2004; e em outros países, em que

a crise se iniciará durante e logo após a grande crise da bolha imobiliária que eclodiu nos Estados Unidos e se alastrou para vários outros países no segundo semestre de 2008.

Segundo Naomi (2008, p.20), “para aplicar a terapia do choque econômico sem restrições [...] algum tipo de trauma coletivo maior sempre foi necessário, ou para suspender as práticas democráticas temporariamente ou para suprimi-las completamente”. Importante ressaltar que: em todos os casos citados acima, os economistas da Escola de Chicago estavam envolvidos na aplicação da desregulamentação, das privatizações e dos cortes em programas sociais, sempre em defesa do livre mercado, leia-se em defesa das corporações. Em última análise o intuito dos choques no corpo social é de provocar uma espécie de furacão dentro da mente das pessoas a ponto de regredi-las e assustá-las de tal forma que fiquem imóveis e percam a capacidade de pensar e defender seus interesses.

Os choques não somente são utilizados para mudar um sistema econômico-político e implementar o livre mercado, mas, também, são diariamente difundidos pelos meios de comunicação em massa para manter o sistema capitalista. As mensagens catastróficas e insignificantes que permeiam o noticiário diário têm a função primordial de manter este sistema de livre mercado, no qual a sociedade de consumo é o seu sangue arterial. O consumismo desenfreado ao lado do dinheiro que compra dinheiro é a *raison d'être* do sistema de acumulação de capital dominado pelas corporações. A difusão dos casos de violência, do medo, e da insegurança cumpre seu papel dia a dia na manutenção do *status quo* vigente, o medo serve de álibi da Sociedade de Consumo, ou seja, de distração da massa. Vera Malaguti Batista (2003), professora de criminologia e Secretária Geral do Instituto Carioca de Criminologia, em seu livro *O medo na cidade do Rio de Janeiro*, expõe como o medo é manipulado, na cidade do Rio de Janeiro, para o controle das classes perigosas, pobres e escuras. Está no centro de seu pensamento a ideia de que a classe hegemônica da sociedade difunde o medo no corpo social como mecanismo indutor e justificador de políticas autoritárias de controle social, de modo que o medo torna-se elemento estratégico nas decisões tomadas no campo econômico, político ou social. De acordo com Vera Batista, a manipulação do medo vem de longa data até chegar aos dias atuais, está presente desde a colonização do Brasil até o opressor Estado “Democrático” de Direito dos dias de hoje. No período da escravidão e após a sua abolição o ordenamento socioeconômico e cultural implementado se manteve intocado. Para manter o *status quo* existente à época houve a difusão do medo do caos que uma insurreição poderia causar, essa estratégia era sempre utilizada para disciplinar e neutralizar as massas empobrecidas. No fim

do século XIX, com a abolição da escravidão, a preocupação principal da classe dominante era de garantir que os negros continuassem sujeitos ao trabalho, para isso, se criou a estratégia da suspeição generalizada, com os afro-brasileiros vistos como suspeitos preferenciais. Com a abolição, os negros deixaram de ser propriedade laboral direta dos barões, porém, o sistema precisava que a dominação continuasse fora das chibatas senhoriais. Assim, o poder público e suas instituições passaram a manter e organizar a ordem pública de maneira que os ex-escravos, agora homens “livres”, continuassem a trabalhar para os senhores.

Para Vera Batista (2003), tanto no passado quanto presente o medo é o catalisador da manutenção da sociedade excludente e autoritária. Atualmente, com o controle dos meios de comunicação em massa pela classe dominante, o medo e a política penal são divulgados como política social de forma universal a ponto de homogeneizar o pensamento na contemporaneidade neoliberal. A mídia está sempre a postos para difundir campanhas de lei e ordem com o intuito de manter o *status quo*. Os meios de comunicação, principalmente a televisão, são nos dias de hoje fundamentais para a manutenção do sistema penal, seja na fabricação do senso comum com mensagens de mais repressão para conter a violência, seja por meio da transmissão dos seriados policiais norteamericanos que dividem o mundo entre pessoas do bem e pessoas do mal, ou seja, a mídia, de um modo geral, vê a sociedade como maniqueísta. As imagens da morte e do terror transmitidas pelos meios de comunicação servem para mostrar como, na hierarquia social do poder, as classes subalternas devem se comportar, compreender, ver e sentir seu lugar na estrutura social. Os meios de comunicação em seu conjunto estão vinculados aos sistemas penais. O controle social é eficaz na medida em que a intimidação chega às classes subalternas. A difusão do medo é mecanismo indutor e justificador de políticas autoritárias de controle social. De acordo com Vera Batista (2003, p. 52), no Brasil:

a difusão do medo do caos e da desordem tem sempre servido para detonar estratégias de neutralização e disciplinamento planejado do povo brasileiro. Sociedades rigidamente hierarquizadas precisam do cerimonial da morte como espetáculo de lei e de ordem. O medo é a porta de entrada para políticas genocidas de controle social.

A sociedade atual se encontra fragmentada, atomizada e desamparada pelo sistema econômico-social. Nesta conjuntura o discurso do medo é quem cria o espaço público. Tal discurso, de modo estratégico, concentra o medo de viver em determinada

parcela da sociedade, que deve ser controlada. Neste sentido, Vera Batista (2003, p. 97) expõe como é feita a gestão do medo pelo sistema:

Parece não haver alternativa na administração do medo privatizado que leve às suas causas reais, que são difusas e globalizadas. É por isto que surgem para Bauman as comunidades “de gancho” – “um grupo que se reúne por encontrar um gancho onde pendurar simultaneamente os medos de muitos indivíduos”. Esses ganchos podem ser acidentes ecológicos, criminosos sexuais, algum colarinho branco que caiu na rede. O importante é que canalizem a raiva e o medo e gerem quadros passageiros e frustrantes que nunca satisfaçam as verdadeiras e reais demandas por segurança coletiva. A transferência das inseguranças globais para o campo da segurança privada tem a vantagem de tornar as ameaças à segurança em seres palpáveis, corporificados. É isto que faz com que sejam muito mais concretas hoje as reivindicações políticas por lei e ordem do que as reivindicações por segurança no emprego ou pela manutenção das leis trabalhistas. Como os mecanismos de fabricação dessas incertezas estão no nível global, são inacessíveis para a classe política que está atuando no nível local: só restam os discursos de lei e ordem contra os sinais visíveis do caos e da desordem: camelôs, flanelinhas, prostitutas, corruptos, drogados, pedófilos etc.

A gestão do medo e da violência pode ser observada não só no Brasil, mas em todos os continentes, sem distinção entre países ricos e pobres. Cada Estado tem seus próprios problemas que são gerenciados por meio do medo e da violência. Exemplos de conflitos pelo globo são: os descendentes e imigrantes africanos contra o governo francês, a província do Tibete em conflito com o poder central da China, os EUA versus os imigrantes latino-americanos, a guerra entre etnias no Sudão, os governos latino-americanos no combate ao tráfico de drogas etc. É falacioso dizer que todos os conflitos dos dias atuais só existem por causa do sistema econômico neoliberal. Tendo em vista que, os regimes ditos comunistas não foram nem um pouco amigáveis com a classe trabalhadora durante o tempo que existiram. Independente de os Estados serem capitalistas ou comunistas sempre houve um sistema de dominação. A violência como meio de dominação, controle e busca de poder econômico diuturnamente é utilizada pelo ser humano em todas as civilizações, em todos os impérios e em todos os Estados de que se tem história sempre houve um sistema de dominação, e, conseqüentemente, gestão do medo e da violência. Seja pela coerção física, seja pelo castigo divino, o medo geralmente está presente para dominar a grande massa. É falacioso e utópico esperar e dizer que todas as pessoas vão viver em plena harmonia social e material.

É fato que no presente se vive sob sistema econômico capitalista conjugado com a forma de governo democrática na maioria dos Estados do globo. Dizer que o sistema

neoliberal é mais opressivo do que foi a civilização egípcia, do que foi o Império Romano ou do que foi a *Pax Christiana* coordenada pela Igreja Católica durante a Idade Média é fazer comparações anacrônicas. O caminho que se vislumbra para tentar mensurar o grau de violência que há durante o sistema neoliberal é cotejar as várias nuances deste mesmo sistema para se chegar a uma conclusão de que em determinado local há ou não um nível de violência que seja tolerável e razoável. Qualquer governo que propuser acabar com a violência estará sendo retórico, o que se pode fazer e o que se deve almejar é estruturar a sociedade de forma que os seus integrantes cheguem a um acordo de manter o nível de violência em um patamar tolerável.

No Brasil é notável que os altos índices de violência estão vinculados à má distribuição de riqueza, que, para o azar dos brasileiros, é uma das piores do mundo. O grande problema não está em pobreza absoluta, na qual todos passam por dificuldades, mas na pobreza relativa, na qual uma pequena parcela da sociedade tem uma excelente condição econômica, enquanto há um grande contingente da sociedade com poucos recursos.

Diante das desigualdades sociais extremas a estrutura social capitalista acirra a guerra entre as classes, a má distribuição do poder econômico gera instabilidade entre as classes. É neste contexto de luta entre as classes que surge o Estado policial para gerenciar o medo e a violência com o intuito de lapidar os ânimos mais exaltados dos membros da sociedade que não concordam com as regras do jogo neoliberal. É por meio do direito que o Estado policial legitima suas condutas no combate aos “vagabundos”, consumidores falhos, traficantes e demais elementos da escória da sociedade. O direito é o grande estratagema da dominação, ele permite a violência estatal. O direito autoriza que o Estado neoliberal dê a cada um o que é seu, aos ricos a riqueza, aos miseráveis a miséria e aos excluídos a exclusão.

Um bom exemplo de contenção social por intermédio da violência promovido pelo Estado brasileiro está no resultado do relatório produzido pelo Relator Especial do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre Execuções Arbitrárias, Sumárias ou Extrajudiciais, Philip Alston, realizado no fim de 2007 em sua visita ao Brasil. Alston (2008), em seu relatório, constata que mais de 48 mil pessoas são vítimas de homicídios no Brasil por ano, ou seja, são aproximadamente mil pessoas assassinadas por semana no Brasil. De forma semelhante, a Organização Mundial de Saúde estima que no ano de 2000 a média mundial de homicídios foi de 8,8 para cada 100.000 habitantes,

enquanto que no Brasil em 2002 a taxa de homicídio foi de 30,4 para cada 100.000 habitantes. Casos especiais são as taxas de homicídios do Rio de Janeiro, 40,7 em 2006, de Pernambuco, 53 em 2005, que significativamente estão mais altas do que a média nacional. Na realidade, as taxas de homicídios do Brasil são significativamente mais elevadas do que o demonstrado pelas estatísticas, porque as mortes praticadas por policiais em serviço são excluídas das estatísticas de homicídios por serem consideradas resistência seguida de morte. Policiais em serviço são responsáveis por uma proporção significativa de todas as mortes por armas de fogo no Brasil. As execuções extrajudiciais são cometidas por policiais que assassinam em vez de prender um suspeito de cometer um crime, os policiais matam com a aprovação da classe média, classe dominante e da maior parte dos formadores de opinião. Essa aprovação se dá devido ao fato de as vítimas serem integrantes das classes menos favorecidas economicamente. Em outras palavras, são os negros e pobres que quase sempre são executados. Um exemplo do alto número de pessoas assassinadas por policiais pode ser encontrado na cidade do Rio de Janeiro. Em 2007, de acordo com as estatísticas oficiais, houve 6.133 homicídios, não incluindo as mortes por policiais e, no mesmo período, 1.330 cidadãos foram mortos pela polícia. A atual prática de classificação das mortes por policiais como resistência seguida de morte oferece um cheque em branco aos policiais. Uma sociedade desigual como a brasileira só é possível mediante o controle coercitivo da população pelo Estado, que mata em nome da lei, da *ordem* e do *progresso*.

Na visão de Bauman (1999; 2007a; 2008a), atualmente, no ambiente líquido-moderno os perigos passaram a ser parceiros permanentes para toda a vida. O medo está sempre presente. A vida, nos tempos modernos, se tornou uma longa luta contra os medos e contra os perigos genuínos e fabricados. Os medos são múltiplos, tais como: financeiro, nuclear, ecológico, social, terrorista, fundamentalismo religioso, violência, energético, da catástrofe pessoal, de se tornar um alvo selecionado e marcado para a ruína, de cair de um veículo – sistema econômico – em rápida velocidade, de ser deixado para trás, da exclusão etc. O medo pode e tem sido usado para se obter lucro político ou comercial. Por exemplo, a segurança pessoal se tornou a maior estratégia de marketing dos políticos e empresários. Por um lado, com a promessa de segurança pessoal o lema “lei e ordem” se tornou um grande álibi dos políticos nas campanhas eleitorais, enquanto, por outro, a exibição de programas sobre violência que mostram a fragilidade da segurança pessoal se tornaram uma grande atração dos meios de comunicação de massa. Sugerir que haja poderosos interesses políticos e econômicos contribuindo para inserir o pavor na sociedade é mais do que razoável. E não

será menos razoável dizer que a elite global estará tranquila enquanto os proletários do mundo forem distraídos das suas necessidades básicas por falsos ou insignificantes eventos transmitidos pela mídia. Importante lembrar, também, que nos dias atuais os super-ricos não necessitam mais dos proletários para produzir suas riquezas, pois, com o capitalismo financeiro, as grandes fortunas são construídas nos mercados de capitais, os pobres se tornaram supérfluos, redundantes, sobras e refugos do sistema econômico-social. Para a grande massa de supérfluos o remédio que se oferece é a punição por meio do encarceramento, como um método eficiente de neutralizar a ameaça. Já, os governantes, por construir novas prisões, contratar mais policiais, aumentar o número de infrações puníveis com a prisão e o aumentar o tempo das penas, recebem a reputação de eficientes, capazes, rígidos e zelosos pela segurança da sociedade.

2.3 A ESPETACULIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO EM MASSA

A violência se tornou atualmente um alibi utilizado pelas empresas, pelos políticos, pela mídia e pelo sistema econômico na busca de seus interesses. Vários jornais impressos têm até mesmo um caderno específico sobre a violência. Se a violência está sempre presente na mídia dia após dia é porque alguma função ela desempenha. É razoável pensar e argumentar que um fato que ocorre com tal frequência é feito com consciência e com um objetivo predeterminado. Tendo em vista que a exposição diária da violência não é uma mera coincidência, pode-se chegar à conclusão de que tal exposição seja desejada, estudada, administrada e colocada em prática de forma estratégica a obter os resultados almejados.

De acordo com Amundsen Limeira (2008), muitos indivíduos têm a ganhar com a violência e a insegurança real e criada. Por exemplo, as empresas de segurança nunca lucraram tanto como nos últimos anos. No setor de segurança privada não há sinal de crise, o setor está “bombando”. Atualmente, no Brasil há 2.405 empresas de vigilância com um efetivo que supera em 5% o contingente das Polícias Militares de todos os estados brasileiros juntos. Juntas, estas empresas movimentaram em 2007 a cifra de R\$ 12,8 bilhões.

Já os políticos estão sempre a postos diante dos meios de comunicação em massa para expor suas estratégias de combate à violência, este, aliás, é um bom argumento

para que eles sejam eleitos. Campanha após campanha o discurso político é: mais educação, mais saúde e mais segurança pública. A segurança pública está sempre entre as metas principais dos próximos governos, ou melhor, de todos os governos nos últimos tempos. Só é de se espantar que com todo este empenho dos governantes no combate à violência e insegurança as mesmas parecem sempre estar aumentando. É bem verdade que as condutas violentas existem e sempre existiram, mas é mais verdade ainda que há uma má vontade política para reduzir a violência a níveis aceitáveis. O combate à criminalidade é um dos álibis que legitimam a eleição dos governantes. Esse discurso de que no próximo governo será resolvido o problema da segurança porque agora se tem um novo projeto é simplesmente uma simulação de boa vontade. O problema da violência e da insegurança não será resolvido pelo simples fato de que o atual sistema econômico precisa, de forma inegociável, que haja o medo difundido no corpo social. A dominação de uma classe sobre outra necessita da violência. As milhares de pessoas assassinadas pela polícia anualmente são resultado do movimento de contenção social pela força letal, que se mostra eficaz na medida em que exclui de uma vez por todas os incongruentes com o sistema.

Vera Malaguti Batista (2008), Secretária Geral do Instituto Carioca de Criminologia (ICC), analisando o papel da mídia na formação do medo e da violência nas cidades, expõe que a cobertura que a imprensa faz da violência estimula a criminalidade, pois a mídia como um todo não se aprofunda no problema, mas faz questão de deixar em um nível superficial a discussão sobre segurança pública. Isso acontece devido ao monopólio da opinião pública pela Globo, sobretudo. Sendo que os outros meios de comunicação apenas reproduzem o “padrão Globo de qualidade”. Deste modo, a discussão da violência não avança no país. Em uma passagem da entrevista concedida à jornalista Thaís Tibiriçá, a socióloga Vera Malaguti Batista (2008) afirma que:

A imprensa é estimuladora do medo. Ao ficar na superfície, as razões maiores do aumento da violência não são discutidas, então a gente não caminha pra frente. Nós estamos nos agarrando a um modelo que só vai gerar mais violência, um modelo de segurança pública, um modelo prisional. A mídia está fazendo um elogio ao modelo norte-americano, quando este não é modelo para ninguém, pois é um modelo perverso - está aí Guantánamo, um paradigma do que seria o que nós chamamos Estado Penal no neoliberalismo. A mídia faz parte, sim, do problema, mais forte do que há quinze ou vinte anos. A gente fala do discurso único econômico, mas ele vem junto com o discurso único penal. O discurso único econômico é o discurso no qual o Estado tem que gastar pouco, no qual temos que pagar com a riqueza nacional os juros do sistema financeiro internacional. Nós não temos um projeto de desenvolvimento nacional que seja nosso, que não seja subordinado à hegemonia norte-americana ou transnacional dos outros países, e o

modelo penal que corresponde a isso é um modelo que aposta no rigor cada vez maior, que aposta na criminalização da pobreza. Assim, você vai cada vez prender mais por pequenos delitos, terá penas mais longas, menos garantias para os presos. Então estamos chegando ao absurdo: em 2007 teremos um total de 500 mil presos no Brasil.

Vera Batista (2008) entende que, por um lado, a mídia demoniza os bandidos, por outro, quando a polícia vai às favelas fazer a “limpeza” e mata algumas pessoas, a mídia oscila perversamente mostrando a truculência dos policiais. Em suma, quando os policiais cometem excessos ninguém da mídia os defendem, devido ao clamor social. Deste modo, os policiais também vão engrossar as filas do sistema carcerário. Ou seja, o que acontece nas cidades é o fenômeno no qual os pobres com fardas matam pobres criminalizados por sua pobreza. Enquanto estes se matam, outros ficam ainda mais tranquilos. E a sociedade fica no meio do fogo cruzado sem se posicionar por falta de consciência crítica aos fenômenos sociais. Os que têm a falta de consciência da vida Vera Batista chama de imbecil médio nacional, sendo este aquele que assiste o programa televisivo Fantástico e se informa pela revista Veja.

Barry Glasser, em seu livro *a Cultura do medo* (2003), cita pesquisas realizadas por George Gerbner durante três décadas sobre brutalidade na TV. De acordo com as pesquisas de Gerbner, quanto mais as pessoas assistem à TV, maior a tendência de se sentirem inseguras, ameaçadas e a superestimar a probabilidade de se tornar vítimas da violência. Essa tendência de superestimar os índices de violência se deriva do grande número de reportagens diárias sobre o mundo do crime, Gerbner denomina-a de “a síndrome do mundo vil”. Uma conexão entre a insegurança e a Sociedade de Consumo está mais uma vez no mercado consumidor que sai ganhando com compras de fechaduras, cercas elétricas, câmeras de vídeo, cães de guarda, alarmes, armas, carros blindados etc. Neste contexto, também há medidas mais rígidas contra a criminalidade, tais como, mais prisões, instituição da pena de morte e sentenças mais duras. Trata-se de medidas mais palatáveis à população por prometer aliviar suas ansiedades. Estas posições mais agressivas por parte do Estado podem até não reduzir a criminalidade, porém, pela popularidade, prometem ser uma ótima forma de arrecadar votos aos políticos. Por fim, Glasser (2003, p. 40) sustenta que a razão de os norte-americanos cultivarem tantos medos ilegítimos ocorre porque “muito poder e dinheiro estão à espera daqueles que penetram em nossas inseguranças emocionais e nos fornecem substitutos simbólicos”.

CAP. 3 MUDANÇAS NA ESTRUTURA ECONÔMICO-SOCIAL DA SOCIEDADE

Aqueles que dedicam a vida a ganhar a vida são incapazes de viver uma existência humana.

Herbert Marcuse

3.1 GLOBALIZAÇÃO DA FLEXPLORAÇÃO

Para entender o atual estágio do modelo econômico capitalista, o surgimento e as conseqüências da globalização recorre-se mais uma vez a uma análise sócio-histórica das relações de poder entre os atores sociais. De acordo com Immanuel Walerstein (2001), em uma análise do sistema-mundo capitalista pode-se chegar à conclusão de que os principais problemas dos capitalistas são, individualmente, otimizar seus benefícios, e, coletivamente, assegurar a acumulação contínua e incessante do capital. Os benefícios dos capitalistas são auferidos por meio da mais-valia, ou seja, é a diferença entre as rendas dos produtores e o custo da produção. Deste modo, ao se diminuir o custo da produção, aumenta-se os lucros dos capitalistas. No entanto, não basta ganhar os benefícios, é preciso fazer o necessário para preservá-los, seja por meio dos monopólios, seja com alguma forma de suborno/financiamento/corrupção/pagamento de impostos aos governos dos Estados nos quais os capitalistas atuam. Desde os primórdios do sistema-mundo-capitalista pode-se observar que o empresariado sempre pode lucrar de forma esplendorosa quando esteve em conluio com os governantes.

Segundo Immanuel Walerstein (2001), no século XIX surgiram as primeiras ameaças ao sistema capitalista, derivadas do proletariado ou “classes perigosas”, principalmente na Europa Ocidental. No início do século XIX a Europa Ocidental estava politicamente dividida, por um lado havia os conservadores que rechaçavam os valores da Revolução Francesa (1789) e, por outro, os liberais que adotavam desígnios iluministas da revolução. As insatisfações com o sistema capitalista, gestadas durante a primeira metade do século XIX, culminou com a Primavera dos Povos ou Revoluções de 1848, que provocaram um grande choque no sistema econômico-social da época. Das Revoluções de 1848 os liberais puderam extrair a conclusão de que a classe operária era perigosa o bastante a ponto de provocar uma ruptura no funcionamento do sistema, sendo assim, era prudente conceder

pelo menos algumas de suas reivindicações. Após as Revoluções de 1848 até a Primeira Guerra Mundial, em 1914, houve um período de construção e fortalecimento do estado liberal, para isso, o programa liberal consistiu em conceder alguns direitos aos proletariados, tais como: sufrágio progressivamente a todos, tendo como objetivo dar às classes perigosas uma sensação de pertencerem efetivamente à sociedade; aumentar a renda real das classes menos favorecidas, tendo em vista que o custo de uma insurreição sairia mais caro do que a mais-valia re-repassada do Terceiro Mundo para as classes baixas da Europa; e, por fim, na criação de um nacionalismo branco-europeu que faria as classes perigosas se unirem às elites, substituindo as lutas de classes por lutas entre nações. Deste modo, o Estado liberal conseguiu controlar os proletários urbanos da Europa.

No entanto, Segundo Walerstein (2001), no início do século XX, após pacificar os extratos proletários europeus, o Estado liberal se viu de frente com revoluções proletárias ao redor do mundo, como na Rússia, México, Afeganistão, Pérsia, China. Tão grave quanto a sublevação dos proletários europeus era a insurreição dos proletários do Terceiro Mundo que ameaçavam a estabilidade do sistema. Diante disso, os Estados europeus – *latu sensu* – precisavam fazer frente aos riscos eminentes à segurança do sistema capitalista. Neste contexto de reivindicações proletárias do Terceiro Mundo e dos efeitos da crise econômica de 1929, dois líderes centro-liberais foram eleitos nos Estados Unidos, Woodrow Wilson e Franklin Delano Roosevelt, que adaptaram as táticas do liberalismo do século XIX ao novo cenário mundial do século XX. Após Roosevelt, foi eleito em 1945 Harry Truman. Desde o início de seu mandato já anunciava a intenção de promover um programa de ajuda aos países subdesenvolvidos mediante um keynesianismo mundial. Truman, com o programa de desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo e com o Plano Marshall (1947) para a reconstrução da Europa no pós-guerra, deu início ao Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*). A construção do Estado de Bem-Estar Social, pelos Estados Unidos, foi a grande jogada dos liberais para conter as reivindicações dos proletários ao redor mundo. A estratégia liberal mundial foi um sucesso, devido a dois fatos. Primeiro, entre 1945 e 1970, os movimentos herdeiros dos temas da velha esquerda do século XIX alcançaram o poder na grande maioria dos países. Segundo, o fato de tantos movimentos da velha esquerda terem alcançado o poder estatal fez com que todos esses movimentos se integrassem na máquina do sistema capitalista. Diante disso, deixaram de ser antissistêmicos e passaram a ser parte do sistema capitalista. No entanto, o sucesso da estratégia liberal, no sistema-mundo, tinha dois problemas, sendo o primeiro o fato de que não havia um outro

Terceiro mundo para bancar os gastos sociais reivindicados pelos países do Terceiro Mundo, de modo que a própria elite mundial deveria arcar com os custos do Estado de Bem-Estar Social por meio da redução da mais-valia e conseqüente diminuição da acumulação dos lucros. O segundo problema era que não havia como substituir as reivindicações das classes perigosas do Terceiro Mundo por uma luta contra um inimigo externo, ou seja, não havia um Quarto Mundo como inimigo para unir e distrair as classes reivindicadoras do Terceiro Mundo, ao contrário do que foi possível fazer na Europa quando as elites locais conseguiram substituir as reivindicações das classes perigosas pela luta contra um inimigo externo aos países europeus, no caso o Terceiro Mundo.

Wallerstein (2001) ensina que o ciclo de grande crescimento econômico iniciado em 1945 chegou ao seu ápice no fim da década de 1960, coincidindo com o cume dos esforços antissistêmicos mundiais: a Guerra do Vietnã, a Revolução Cubana, a Primavera de Praga na Tchecoslováquia, o movimento do poder negro nos Estados Unidos, a revolução cultural na China. Todos esses fatos históricos culminaram nas revoluções de 1968, sobretudo estudantis. A conseqüência mais marcante das Revoluções de 1968 foi uma ruptura histórica da estratégia política liberal que até então concernia na manutenção do Estado de Bem-Estar Social como contrapartida para a estabilidade do sistema. No entanto, após um ciclo de crescimento econômico se dá início a uma fase de desaquecimento da economia. Como resultado da crise, que já se anunciava desde de o fim da década de 60, veio em 1973 a crise do petróleo. Com o aumento expressivo da cotação do petróleo houve como principais conseqüências uma bonança de renda para os países produtores, bonança para as empresas petrolíferas multinacionais e benefícios para os bancos multinacionais onde foram depositados os petrodólares. A crise do petróleo foi um desastre para os países do Terceiro Mundo e do bloco comunista que não fossem produtores de petróleo, gerando déficits na balança comercial de pagamentos. Diferentemente, os países centrais sofreram com uma redução ainda maior da demanda global dos seus produtos. Para tentar amenizar o quadro de estagnação econômica dos anos de 1970 os bancos multinacionais altamente capitalizados pelos depósitos dos petrodólares, sob influência dos países centrais/desenvolvidos, começaram a emprestar dinheiro aos países do Terceiro Mundo para cobrir os déficits da balança comercial ocasionados pelo aumento do preço do petróleo importado. Porém, os empréstimos se mostraram um remédio amargo no médio prazo, tendo em vista que alguns anos depois o reembolso do capital e dos juros representavam uma percentagem significativa dos orçamentos anuais dos Estados devedores. Logo, ficou

impossível o pagamento das dívidas, dezenas de países tiveram a chamada “crise da dívida externa” na década 80. Esta década ficou conhecida na América Latina como a década perdida. O problema maior dos países endividados não foram as dívidas em si, mas as condições draconianas impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) na concessão e renegociação dos empréstimos. Em um contexto de estagnação econômica e sem a possibilidade de fazer novos empréstimos para os países subdesenvolvidos, com a intenção de amenizar a estagnação econômica, os investidores dos países centrais deslocaram seus recursos do setor de produção, que não mais gerava lucros satisfatórios, para o setor financeiro, com o intuito de auferir ganhos com a especulação. É com todas essas reviravoltas econômicas na década de 1970 que o sistema econômico capitalista voltado, principalmente, até então, para produção passa a ter como principal foco a especulação do mercado de capitais.

Neste contexto pós-Revoluções de 68, estagnação econômica e crise do petróleo é que surgem os garotos de Chicago com arcabouço teórico neoliberal para tentar reavivar o crescimento das economias de vários países. Com o golpe de Estado no Chile, perpetrado por Pinochet em 11 de setembro de 1973, os garotos da Escola de Chicago tiveram a oportunidade de aplicar na prática as teorias neoliberais defendidas por Milton Friedman, sendo os principais nortes da teoria liberal o rompimento com o Estado de Bem-Estar Social, as privatizações das empresas estatais lucrativas, a desregulamentação da economia e os cortes nos gastos sociais. Outros países se seguiram ao Chile nos choques liberais, dentre eles, Brasil, Argentina, África do Sul, Polônia, Rússia, China, Reino Unido, Malásia, Turquia, Estados Unidos etc. Para contribuir com a implementação da teoria neoliberal o FMI, Banco Mundial e o Departamento do Tesouro Americano dos Estados Unidos em 1989 formularam um conjunto de medidas que os países socorridos pelo FMI deveriam aplicar em suas economias. Este conjunto de medidas receitado para promover o ajustamento macroeconômico dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades ficou conhecido como Consenso de Washington. A teoria neoliberal foi aplicada em diversos países, porém, não surtiu os resultados esperados, pelo contrário, houve recorrentes e dolorosas crises financeiras na América Latina, Ásia, África e Europa, e a atual crise sistêmica.

Ricardo Carneiro e André Biancareli (2008) entendem que a atual crise financeira iniciada no mercado de hipotecas imobiliárias dos Estados Unidos constitui a

primeira crise sistêmica do capitalismo financeirizado. Silvio Caccia Bava (2008, p. 3), em alinhamento com o pensamento de Carneiro e Biancareli, afirma que

já está claro que esta é uma crise sistêmica. Não podem ser vistas como isoladas as crises de segurança alimentar, ambiental, energética e financeira. É uma crise do modo de produção capitalista de mercado e de sua narrativa que explica o mundo como um campo de competitividade, de conquistas e derrotas, de uma predação sem limites.

Por sua vez, Emir Sader (2008) entende que a atual crise econômico-financeira internacional teve seu início em meados da década de 1970, depois do grande ciclo de crescimento econômico do pós-guerra no qual as corporações faziam grandes investimentos no setor produtivo fortalecido pela demanda interna de consumo, pelo papel regulador dos Estados nacionais e pela proteção de suas economias. A crise iniciada nos anos 70 é típica do capitalismo, que de tempos em tempos tem uma superprodução de mercadorias e um subconsumo das mesmas. Com a superprodução de um lado e o subconsumo de outro há como resultado um excedente de recursos financeiros para investimento na produção, diante disso, há a sua conversão em capital financeiro-especulativo. Esta migração dos recursos do setor produtivo para o especulativo só foi possível devido à desregulamentação da economia promovida pelo modelo neoliberal que se instalava como visão predominante. Deste modo, a partir da década de 70, passou-se à hegemonia do capital especulativo, que dá preferência à compra de ações e títulos das dívidas públicas estatais em detrimento da produção e do comércio. Assim sendo, houve uma financeirização da economia e dos Estados, que desde então passaram a ter como principal obrigação o pagamento das dívidas por meio do superávit primário, ou seja, os governos deixam de fazer investimentos diretos em infraestrutura para transferir os recursos para o capital financeiro. É por isso que a atual crise começou no setor financeiro para somente depois chegar à economia real.

Um bom exemplo da financeirização do Estado são os números apresentados por Carolina Freitas (2008) referentes a um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no qual se constata que os gastos feitos no Brasil, por meio da União, com saúde, educação e investimento de 2000 a 2007 corresponderam R\$ 554,7 bilhões, enquanto, no mesmo período, os pagamentos dos juros da dívida pública da União somaram R\$ 1,267 trilhão.

A partir de agora, analisando mais detidamente a globalização, pode-se dizer que após o período de crescimento econômico do pós-guerra até os fins da década de 1960, dá-se início a uma nova fase do capitalismo, conhecido como capitalismo tardio, esta nova fase tem como características o surgimento das grandes corporações multinacionais, a interdependência dos mercados nacionais e do trabalho, o consumo em massa, a intensificação dos fluxos financeiros, a expansão da capacidade produtiva, a redução do emprego industrial, a precarização do emprego, a internacionalização da economia e o desemprego estrutural. Estas características do capitalismo tardio podem ser enfeixadas no termo globalização.

Para Liszt Vieira (2000), o início da globalização situa-se na década de 60, quando as características do capitalismo tardio começam a se implementar. Segundo Vieira (2000, p. 77), a globalização estabelece uma nova configuração espacial da economia mundial, gerando um conjunto de fenômenos novos, dentre os quais destacam-se:

A crescente unificação dos mercados financeiros e nacionais num circuito único de mobilidade de capital; a acelerada regionalização do espaço econômico mundial; a generalização de associações entre as corporações transnacionais de diferente base nacional; e necessidade de coordenação das principais políticas econômicas nacionais, traduzida na criação do G-7.

De acordo com Vieira (2000), na segunda metade dos anos 80 e começo dos 90 dois fenômenos complementaram as premissas da globalização, primeiro, o desmantelamento do socialismo de Estado na ex-URSS e no Leste europeu, e, segundo, a redução do protecionismo dos Estados do Terceiro Mundo a partir dos processos conjugados de liberalização comercial-financeira, (saída negociada da crise da dívida, estabilização financeira e monetária) e de privatização de empresas estatais. Como consequência desta reestruturação do sistema capitalista houve o abalo da ordem jurídico-política e das instituições estatais e civis que o regulavam. A nova política global redefiniu o arcabouço de direitos e obrigações, poderes e capacidades dos Estados, ampliando suas capacidades estatais em alguns setores e reduzindo-as em outros. O que acontece nos dias atuais é um processo de declínio do Estado-nação. O Estado liberal-democrático de Bem-Estar Social dos países desenvolvidos do Ocidente se desestruturou diante do novo padrão de acumulação mundial do capital e do processo de globalização. Os Estados nacionais ficaram tolhidos em sua autonomia política, o projeto nacional de desenvolvimento passou a estar

determinado por instituições supranacionais, por corporações transnacionais, transformando a sociedade nacional em uma província global. Por outro lado, a globalização possibilitou a otimização da capacidade produtiva global com a utilização de novas tecnologias na produção e com o racionamento da mão-de-obra e dos custos de produção. Porém, as inovações tecnológicas reduziram drasticamente o número de operários na produção, gerando um desemprego estrutural de forma global. As teorias capitalistas liberais e neoliberais implementadas durante o século XX têm como linha de raciocínio a ideia de que somente por meio do crescimento econômico se poderia chegar ao progresso social. As promessas dessas teorias, no entanto, não foram confirmadas pela história, pelo contrário, o crescimento econômico trouxe consigo o aumento do número de pobres, pois a população continuou a aumentar e a estrutura econômica otimizou a produção. Sendo assim, elevou-se a oferta de mão-de-obra e diminuiu a quantidade de trabalho humano necessário para produzir uma unidade de produção, como resultado houve uma maior produção com menos recursos humanos, ou seja, houve o aumento do desemprego estrutural.

Noam Chomsky (2001) entende que um dos principais fatores da catástrofe do capitalismo de Estado, que joga um terço da população do mundo em um patamar de miséria, é o grande avanço do capital financeiro sem a devida regulação. O crescimento explosivo do capitalismo financeiro vem desde o desmantelamento do sistema de Bretton Woods por Richard Nixon, em 1971. A partir de então houve a livre movimentação de fluxos financeiros, a não conversão do dólar em ouro e a cotação das moedas passaram a se dar por meio do câmbio flutuante. Antes do desmantelamento do sistema de Bretton Woods, 90% do movimento de capitais internacionais se destinavam ao financiamento da produção de riquezas reais e transações comerciais, e 10% ao capital especulativo. Em 1990 esses percentuais haviam se invertido, passando para 95% os movimentos destinados à especulação. De acordo com John Berger (2008), atualmente, as transações financeiras destinadas à especulação representam cerca de 98% do total das movimentações de capitais realizadas diariamente.

Como mais uma jogada no tabuleiro financeiro, Luiz Eduardo Wanderley (1998) afirma que o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), que vem sendo negociado desde 1995 no âmbito da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), tem como intuito, por um lado, restringir a capacidade de controle dos governos nacionais sobre a movimentação de recursos financeiros internacionais, e, por outro, potencializar o poder das empresas transnacionais.

Exemplificando o processo de desregulamentação que continua com todo fôlego no mundo das finanças há o caso da Ilha Jersey, considerada paraíso fiscal, localizada no Canal da Mancha. Olivier Muller-Cyran, em um artigo no *Le Monde Diplomatique Brasil*, diz que desde 1º de janeiro de 2008 as instituições financeiras de Jersey não cobrarão mais a taxa de 10% para os depósitos das multinacionais efetuados ali. Desde tal data, em Jersey, quem tiver o mínimo de US\$ 1 milhão poderá especular nos mercados de risco sem autorização nem controle de natureza alguma.

Miriam Limoeiro-Cardoso (2001) ressalta que, no presente, há uma nova divisão do trabalho e um grande avanço tecnológico possibilitando racionalizar e aumentar gradativamente a produtividade da economia. O aumento da produtividade por um lado majora os lucros e, por outro, perverso, cria uma situação de crescente dispensa de mão-de-obra em todos os países. Nas próprias palavras de Limoeiro-Cardoso (2001, p. 97) pode-se ter uma boa noção das conseqüências deste novo rearranjo do trabalho e do desenvolvimento tecnológico:

Operando dessa maneira, o sistema cria não somente marginalização, mas propriamente exclusão social – e exclusão que é estrutural. Neste caso, a redução do trabalho necessário não libera tempo para a vida. Libera para a exclusão e a miséria um contingente enorme e cada vez maior de trabalhadores. Ou seja, sob o domínio do capital, o aumento de produtividade não reverte para “a sociedade”, reverte exclusivamente para o capital.

Para Noam Chomsky (2001) a manutenção do sistema de exclusão se baseia na ignorância, na restrição ao conhecimento e no controle da população excedente, realizado pelo terror em grande escala, pelos esquadrões da morte e pela limpeza social. Nos Estados Unidos o método predominante é o confinamento das “pessoas supérfluas” em guetos urbanos. Por fim, Chomsky afirma que a guerra contra as drogas, que é em grande parte fraudulenta, tem servido como principal alibi para encarcerar a população indesejável. O engaiolamento dos indesejáveis supérfluos do mercado, na visão neoliberal, cumpre uma dupla função, por um lado faz uma limpeza social e por outro estimula a economia com a construção de presídios, contratação de policiais, compra de equipamentos de segurança, fluxo de honorários para os advogados etc.

Barry Glasser (2003) constata que, apesar de os afroamericanos representarem apenas 12,3% do total da população norteamericana, em meados da década de

1990 três em cada quatro detidos por crimes relacionados a drogas eram afroamericanos, e, nos tribunais federais, 94% dos que eram levados a juízo por delito associado ao *crack* eram afro-americanos.

Na visão de Pierre Bourdieu (1998; 2001), em toda parte e diariamente se houve dizer que não há nada a se opor à visão neoliberal, que é o único modelo a se seguir. Bourdieu acredita que a estratégia neoliberal é fazer a doutrina neoliberal tornar-se a única via possível por meio da insistência diária dos formadores de opinião. Como exemplo de um centro difusor da teoria neoliberal, ele cita a revista *Preuves*, que foi financiada pela CIA durante 20 a 25 anos, para que algo falso se tornasse evidente ao longo do tempo. Outro exemplo é thatcherismo, que foi preparado por grupos de intelectuais formadores de opinião durante vários anos até a subida ao poder da Sr^a. Thatcher. Este trabalho de imposição ideológica começou há muito tempo e continua nos dias atuais. A ladainha neoliberal no dia-a-dia é na sua maior parte difundida por intermédio dos meios de comunicação em massa, o que é altamente eficiente. É deste modo que o neoliberalismo se apresenta como uma inevitabilidade socioeconômica.

No entender de Bourdieu (1998; 2001), a globalização é um discurso poderoso, uma ideia que tem força social, que realiza a crença de si. É a testa de ferro dos defensores do desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social. A globalização também pode ser entendida como flexibilidade das relações de trabalho, isto é, o trabalho noturno, trabalho temporário, o trabalho nos fins-de-semana, as horas irregulares de trabalho, a ausência de salário mínimo, a inexistência de sindicatos, as jornadas de 12 horas de trabalho por dia, os banco de horas, o trabalho infantil, a terceirização de serviços, ou seja, a globalização possibilita a precarização das relações de trabalho. Ressalta-se que tal precariedade é construída não só pelo sistema econômico no dia-a-dia, mas em conluio com a vontade política. Em outros termos, a globalização pode ser considerada como uma extensão da influência de um pequeno número de nações dominantes e de corporações sobre o conjunto das praças financeiras nacionais. Como uma das causas da passividade dos dominados Bourdieu (1998, p. 60) lembra a exclusão do conhecimento realizado pelo sistema educacional, ou seja,

para o sofrimento social, contribui em grande medida a miséria do desempenho escolar que não determina apenas os destinos sociais, mas também a imagem que as pessoas fazem desse destino (o que contribui sem dúvida para explicar o que se chama de passividade dos dominados, dificuldade de mobilizá-los etc.).

Bourdieu (1998; 2001) vê, também, como causa da precarização das relações de trabalho e sociais a despolitização ou, mais exatamente, o repúdio a tudo o que se refere à política. Sendo a despolitização incrementada pelo entretenimento e divertimento diários (futebol, seriados norteamericanos, novelas, concursos de cantores etc.) que desviam a atenção das questões importantes da vida política, tornando-as tediosas.

Interessante notar que o padrão das informações e dos programas nos meios de comunicação em massa é sempre o mesmo, seja na Rede Globo, seja no SBT, os telejornais reportam as mesmas notícias, os seriados tratam de temas semelhantes, as novelas sempre com a mesma história, e a vida segue... Enquanto a maioria se anestesia com as distrações do cotidiano e fica deitada eternamente em berço esplêndido, a minoria toma as decisões políticas para o desenvolvimento do Brasil, gigante pela própria natureza. No arrematar do ano todas as classes estão felizes, umas por conseguir trabalhar duro o ano inteiro para pagar o financiamento à BV financeira (como justificativa muitos dizem: “tô adquirindo um patrimônio”, no entanto, só esquecem ou não sabem que esse patrimônio, na maioria dos casos, é um passivo em suas vidas), outras comemoram por terem adquirido mais alguns títulos da dívida pública brasileira. E a vida segue...

Um resumo das ideias de Bourdieu (1998, p. 123-125) a respeito do controle e dominação social é:

A precariedade se inscreve num *modo de dominação* de tipo novo, fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração. (...) os trabalhadores dos países menos avançados socialmente, acaba por quebrar as resistências e obtém a obediência e a submissão, por mecanismos aparentemente naturais, que são por si mesmos sua própria justificação. Essas disposições submetidas produzidas pela precariedade são a condição de uma exploração cada vez mais “bem-sucedida”, fundada na divisão entre aqueles que, cada vez menos numerosos, trabalham, mas trabalham cada vez mais. Parece-me, portanto, que o que é apresentado como um regime econômico regido pelas leis inflexíveis de uma espécie de natureza social é, na realidade, um *regime político* que só pode se instaurar com a cumplicidade ativa ou passiva dos poderes propriamente políticos.

Zygmunt Bauman (2005a), em seu livro *Vidas desperdiçadas*, aborda a produção do refugio humano na contemporaneidade, sendo os seres humanos excessivos e redundantes um produto inevitável da modernização, um resultado da construção da *ordem e do progresso* econômico. De acordo com Bauman, no decorrer da história moderna os

países industrializados produziram e ainda produzem um grande contingente de pessoas redundantes, desnecessárias, supérfluas que podiam ser exportadas para as áreas a serem colonizadas e desenvolvidas pelos países mais avançados tecnologicamente. No entanto, hoje há um problema para esta estratégia, pois a produção de pessoas supérfluas ainda continua de maneira ininterrupta e crescente, porém, os locais de recepção para a reciclagem do lixo humano já foram preenchidos. Diante disso, há um embate entre uma grande população excedente e a ausência de locais para aloca-las. Ressalta-se que, atualmente, a produção dos corpos supérfluos é consequência direta da globalização. Globalização que progressivamente separa o poder da política, poder personificado no capital financeiro que flui de forma ilimitada pelo espaço, política que continua atrelada a um território. Diante deste contexto há uma crise na indústria da remoção do refugo humano. Bauman (2005a, p. 20), de forma lúcida e clara, explica o que é ser pobre em um mundo globalizado:

Ser “redundante” significa ser extranumerário, desnecessário, sem uso – quaisquer que sejam os usos e necessidades responsáveis pelo estabelecimento dos padrões de utilidade e de indispensabilidade. Os outros não necessitam de você. Podem passar muito bem, e até melhor, sem você. Não há uma razão auto-evidente para você existir nem qualquer justificativa óbvia para que você reivindique o direito à existência. Ser declarado redundante significa ter sido dispensado *pelo fato de ser dispensável* – tal como a garrafa de plástico vazia e não-retornável, ou a seringa usada, uma mercadoria desprovida de atração e de compradores, ou um produto abaixo do padrão, ou manchado, sem utilidade, retirado da linha de montagem pelos inspetores de qualidade. “Redundância” compartilha o espaço semântico de “rejeitos”, “dejetos”, “restos”, “lixo” – com *refugo*. O destino dos desempregados, do “exército de reserva de mão-de-obra”, era serem chamados de volta ao serviço ativo. O destino do refugo é o depósito de dejetos, o monte de lixo.

Bauman (2005a) observa que nos dias de hoje todos os países estão cheios, a construção da *ordem e do progresso* econômico está por toda parte, e o refugo humano também, porém, na ausência de depósitos “naturais” para reciclagem. Como não há mais países a serem colonizados, os Estados Unidos, por exemplo, colocam a maior parte da população não-empregável, sem função e excedente em hiperguetos, ou seja, local de depósito daqueles que não têm uso econômico nem político para a sociedade. Outra parcela dos supérfluos que não está nos hiperguetos está nas prisões que funcionam como um mecanismo de exclusão e controle. As prisões, a criminalização de novas condutas, penas mais longas e política de tolerância zero estão na vanguarda (*avant-gard*) a fim de resolver a crise que atingiu a indústria da remoção do lixo humano que impregna a sociedade.

Corroborando com o pensamento de Bauman, John Berger (2008), em seu artigo intitulado *Planeta-prisão*, diz que o neoliberalismo fez com que os trabalhadores se tornassem criminosos latentes e a prisão passasse a estar em todos os cantos, tais como: no local de trabalho, nos campos de refugiados, nos centros comerciais, na periferia, no gueto, na torre de escritórios, na favela, na cidade-dormitório etc. Sendo todos estes citados co-detentos. De acordo com Berger (2008, p. 36), “os governos impõem, por meio da lei, da força e ameaças econômicas e de desinformação, regimes de *morte civil* em massa”.

Bauman (2005a) explica que o Estado de Bem-Estar Social foi instituído com a intenção de socializar os riscos individuais. A submissão ao poder do Estado deveria ser uma espécie de seguro coletivo contra os infortúnios individuais. No entanto, por um lado, as instituições do Estado de Bem-Estar Social estão sendo desmanteladas aos poucos, enquanto, por outro, há a desregulamentação da economia. Com a implementação do livre mercado, majora-se a vulnerabilidade dos indivíduos, e, com a diminuição do Estado protetor, o seguro coletivo transforma-se em responsabilidade individual pelos percalços do dia-a-dia. A retirada do Estado do campo social e a ameaça do livre mercado aos meios de subsistência e bem-estar criam insegurança econômica. Para distrair a atenção dos indivíduos quanto a sua precariedade econômico-social gerada pelo sistema, o próprio sistema injeta no corpo social um alibi, ou seja, os perigos contra segurança pessoal. Em outras palavras, injeta o medo. Bauman, como muitos outros autores, diz que o 11 de setembro foi uma benção para a estratégia neoliberal. Desde então, a sociedade norte-americana e outras, estão sempre em estado de tensão com os níveis de alerta oficial contra os ataques terroristas. As autoridades norte-americanas advertem a população sobre a iminência de outro ataque terrorista, embora ninguém seja capaz de dizer onde, quando e como ele vai ocorrer. Diante de tais riscos as autoridades aconselham a comprar e estocar materiais para consertos hidráulicos, chapas plásticas, água potável e rádios a pilha, em outros termos, consumam!

É fato que a doutrina do livre mercado que prometia crescimento econômico em um ambiente desregulado, com livre circulação de capitais, com flexibilidade da legislação trabalhista e com o afastamento do Estado da economia não cumpriu suas promessas. Atualmente os países sangram em todos os continentes devido ao amargo remédio neoliberal. Uma consequência, fácil de se constatar, derivada da descrença na teoria neoliberal é o fenômeno da chegada ao poder dos governos de esquerda nos países da América do Sul, tais como: Brasil (Luiz Inácio Lula da Silva), Argentina (Cristina

Kirchner), Chile (Michele Bachelet), Bolívia (Evo Morales), Equador (Rafael Correa), Venezuela (Hugo Chávez), Paraguai (Fernando Lugo) e Uruguai (Tabaré Vázquez).

3.2 A TRANSFORMAÇÃO DOS CIDADÃOS EM CONSUMIDORES

O Brasil jamais teve cidadãos. Nós a classe média, não queremos direitos, queremos privilégios e os pobres não têm direitos. Não há cidadania neste país, nunca houve.

Milton Santos

No entender de Milton Santos (1998), um dos maiores intelectuais brasileiros do século XX, o Brasil teve uma característica única em relação aos outros países no século passado, ou seja, a existência de vários movimentos contemporâneos e concomitantes, tais como: a desruralização, a urbanização desenfreada, a concentração de renda, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação da qualidade do ensino, a instalação de um novo regime repressivo, a filosofia de vida que privilegia os meios materiais e o egoísmo como lei superior. Em outras palavras, em lugar do *cidadão*, formou-se um *consumidor*. Forma-se o consumidor mais-que-perfeito na ausência da cidadania e do cidadão. O consumidor é lapidado pela mídia a ponto de não lhe permitir ter uma visão abrangente dos fenômenos sociais e a compreensão da realidade. A concentração da propriedade da mídia em poucas mãos possibilita a formação de um pensamento único, sobrecarregando os consumidores com informações irrelevantes e filtradas de acordo com os interesses voltados para a manutenção do *status quo* vigente. Um detalhe importante em relação à concentração dos meios de comunicação é que as informações produzidas pelos formadores de opinião descem aos indivíduos com facilidade, porém, estes não podem fazer subir suas ideias. O conjunto de informações transita em uma via de mão única, a imensa maioria das pessoas só obtêm informações por meio dos meios de comunicação em massa. Onde não há uma antítese para uma tese, não pode haver uma síntese que seja boa para ambas as partes, deste modo, somente com a imposição da tese, forma-se um pensamento único na sociedade. Perguntas relevantes que podem ser feitas são: informação para quê? Informação para quem? Informação criada por quem?

Para Milton Santos (1998), a transformação dos cidadãos em consumidores causa inúmeros prejuízos à sociedade, por exemplo, limita a construção de um projeto nacional sério e conseqüente, tendo em vista que, com o atual sistema a população fica desprovida dos meios intelectuais necessários para se fazer uma análise crítica de sua própria condição e chegar à conclusão se é satisfatória ou se deve ser alterada as coordenadas que orientam a sociedade. Com a transformação das relações sociais em relações de consumo impõe-se a competitividade e individualização entre as pessoas, gerando um círculo vicioso no qual os projetos coletivos são substituídos pelos projetos de uma sociedade alienada. Nesta conjuntura os indivíduos segregados em si mesmos passam a se comunicar por intermédio das coisas, o *status* da mercadoria se comunica por si só. Como se vê, no sistema brasileiro o consumidor não é cidadão. Já o eleitor muito menos, pois sua cidadania se esgota no momento do voto, o eleitor só serve como legitimador do sistema que o transformou em consumidor. As eleições são apenas um simulacro de cidadania, não resolve nada e não faz sentido eleger um candidato que não representa a vontade dos detentores dos votos que o elegeram.

No Brasil, que é um país de todos, contudo, feito para poucos, são fartos os exemplos de ausência de acesso à cidadania e do zelo ao acesso do consumidor à economia dos “trilhões”, dentre eles estão: existem leis municipais no Brasil limitando o tempo máximo na fila de um banco, que são de quinze minutos (embora na prática elas não existam), mas não existe tempo máximo para se esperar nas filas do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) e do Sistema Único de Saúde (SUS); há empréstimos consignados aos aposentados, mas não há uma política governamental de instrução financeira aos aposentados para que possam otimizar o gasto de seus poucos recursos econômicos; existe indenização por danos morais em caso de inclusão indevida no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), não há, porém, indenização pela discriminação “velada” aos afrodescendentes durante séculos; os brasileiros em suas cidades possuem diversos megashoppings, no entanto, os mesmos não têm direito a praças, teatros, centros desportivos e bibliotecas com a infraestrutura adequada a propiciar cultura, lazer e interação entre as pessoas; o brasileiro consegue abrir conta corrente em um banco em poucas horas ou minutos, todavia, não tem a mesma sorte de marcar e realizar um simples exame de sangue por meio do SUS, que ele próprio financia; e, por fim, no Brasil, pátria amada e idolatrada, existe os serviços de proteção ao consumidor feitos pelo Procon, no entanto, não há Defensorias Públicas com a mesma capilaridade e infraestrutura dos Procons para a defesa

da cidadania. Querendo ou não o fato é que no Brasil a infraestrutura econômico-social é arquitetada de forma a proteger o consumidor e não o cidadão. Mas, veja bem, essa proteção ao consumidor não é pelo consumidor em si, mas sim pela proteção indireta que se dá ao sistema econômico. O consumidor e o sistema financeiro são dois esteios do atual sistema econômico, é por isso que se protege tanto o consumidor e o sistema financeiro custe o que custar.

Na atual crise sistêmica do capitalismo – financeira, econômica, ambiental, energética, alimentar, ideológica, social, nuclear, militar, racial, religiosa etc – os Estados têm alocado trilhões de dólares para quais setores? Trilhões de dólares os governos ao redor do mundo têm gastado para socorrer o setor financeiro – bancos e seguradoras – e o setor econômico – indústria, comércio e consumo. Chega-se a ponto de ser contraditório os Estados Unidos, centro do império capitalista, estatizar montadoras de automóveis, seguradoras e bancos. Essa conduta dos EUA é totalmente contrária à ideologia neoliberal pregada por eles nos países do Terceiro Mundo desde a década de 1970. A ideologia neoliberal é a de que na economia de mercado as empresas mais aptas sobrevivem às menos preparadas para a concorrência, uma espécie de darwinismo empresarial, ou seja, uma seleção natural dos mais adaptados ao ambiente econômico. Será que os EUA se esqueceram das normas que regem o jogo capitalista? A falta de coerência ideológica na capital do império para salvar o sistema financeiro é uma mostra de quão importante é o sistema financeiro. Os governos gastaram e estão gastando trilhões de dólares, com a atual crise econômica, dos contribuintes para salvar o sistema financeiro porque, se não, quem sucumbiria seria o próprio sistema capitalista. Perceba que em toda a mídia se fala no gasto do dinheiro do contribuinte e não do cidadão. Por outro lado, o consumo é incentivado de todas as formas possíveis. O governo brasileiro, nestes dias de crise, tem aparecido diariamente nos meios de comunicação incentivando o consumo, sancionando lei para diminuição do imposto de renda e decretando a diminuição da alíquota do imposto sobre produto industrializado (IPI). A crise está realmente assustando o governo brasileiro. Antes da crise, quem esperava redução de impostos no Brasil? Mas as perguntas que se devem fazer neste momento é: se não havia recursos para se investir em educação, saúde e previdência de forma adequada, de onde está saindo os trilhões de dólares para socorrer os bancos, seguradoras e incentivar o consumo? Ou seja, há um ano atrás não havia dinheiro e agora tem, interessante não é mesmo?

Milton Santos (1998, p. 126) argumenta que

a educação feita mercadoria reproduz e amplia as desigualdades, sem extirpar as mazelas da ignorância. Educação apenas para a produção setorial, educação apenas profissional, educação apenas consumista, cria, afinal, gente deseducada para a vida.

A educação é o divisor de águas entre uma sociedade formada de cidadãos conscientes de seu lugar na estrutura social, que buscam e exercem sua cidadania, e uma sociedade composta por contribuintes e consumidores que entendem por cidadania o direito de ter acesso ao consumo. É impossível ser cidadão na ignorância do funcionamento das relações de poder. Saber analisar criticamente as informações recebidas dia-a-dia é fundamental para entender o sistema mundo.

A educação é crucial para libertar as pessoas das sombras da caverna, ou seja, para mostrar-lhes que outra realidade existe, no entanto, é justamente aí que se encontra o problema para os governantes do mundo. Se a população entendesse como o atual sistema de dominação funciona, provavelmente, as multidões se insurgiriam contra o sistema para mudá-lo. Então, se os governantes dessem a luz às multidões, o caos se instalaria e a ordem vigente viria abaixo. A classe dominante não tem a mínima intenção de largar o poder e dividir a riqueza concentrada em suas mãos, diante disso, mantém-se a grande maioria da população na ignorância sobre a realidade.

A realidade real não pode ser difundida pelo simples fato de que, se o grosso da população souber como funciona o esquema, não haverá mais o jogo para se jogar. É isso mesmo, a realidade é um jogo onde uns controlam outros. Se toda a massa, em um mesmo dia, tomasse conhecimento das regras do jogo, o Brasil amanheceria em chamas. A restrição à educação de boa qualidade, que oportuna às pessoas entenderem o funcionamento do sistema mundo, é uma das formas encontradas para se manter o *status quo* vigente. A educação se mostra como um bom exemplo da manutenção do *status quo* no Brasil. O ensino básico que compreende os ensinos infantil, fundamental, médio e profissionalizante existe como ensino público ou privado. O ensino básico público, em geral, é de má qualidade, seus alunos terminam o ensino médio sem condições de serem aprovados no vestibular para os cursos mais cotados nas universidades federais, que são gratuitas e consideradas de boa qualidade. No entanto, quem cursa o ensino básico em escola particular tem uma boa formação que lhe possibilita ingressar nas universidades federais. Ou seja, as universidades federais foram feitas para quem estudou em colégios

particulares, em outras palavras, quem estuda nas federais são pessoas que tiveram condições de pagar colégios privados que lhe dessem uma boa formação. No Brasil a classe dominante se forma nas universidades federais, por isso o estratagema de selecionar durante o ensino básico quem vai entrar nas universidades federais. Para a grande parte dos estudantes formados no ensino básico público sobram as universidades particulares, que são pagas e consideradas de qualidade inferior às universidades federais. Quando se colocam no mercado de trabalho a elite formada nas federais e a massa formada nas particulares, geralmente, o resultado não é muito animador para quem pagou cinco anos de faculdade.

Atualmente, está na moda os cursos técnicos, geralmente cursados pelos filhos do proletariado, que servem para ensinar os futuros proletários a trabalhar adequadamente para a elite dominante. Hoje quem se forma em um curso técnico vai receber em média no mercado de trabalho R\$ 1.500,00, enquanto um formado com experiência de três anos, em administração, contabilidade, economia e direito poderá fazer um concurso para receber R\$ 20.000,00. Justo não é, mas é assim a realidade.

A esmagadora parcela da população não tem acesso à educação de boa qualidade, assim, poucas pessoas conseguem entender a estrutura do sistema social. Geralmente, as pessoas que entendem a estrutura fazem parte da elite do Estado, deste modo, àqueles que estão na base da pirâmide só lhes restam a ludibriação do consumo e de outros entretenimentos. O consumo se tornou o cimento da sociedade. No consumo todos se sentem iguais. O direito de igualdade proclamado pela constituição é entendido como igualdade no direito de consumir. Enquanto as pessoas conseguirem consumir, mesmo que endividadas, a elite intelectual, política e econômica estará segura em bases fortes.

Para Júlio José Chiavenato (1998), após a queda das utopias e ideologias sociais em 1989 e da abertura das economias, o consumo se tornou um elo que contribui para a paz social entre as classes. No entanto, a classe dominante sempre se preocupa com a possibilidade de uma guerra civil devido às distorções do sistema. E os pobres lutam para sobreviver e comprar as bugigangas. Como bem diz Chiavenato (1998, p. 32):

Entre a felicidade consumista e o medo dos ricos, entre a luta dos pobres e seus sonhos, o consumo equilibra e equipara a alienação de uns e outros. E o Brasil, entre seqüestros, drogas, fome, miséria e violência, prova ao mundo, mais uma vez, a sua “cordialidade”: todos convivemos em paz. Uma das contribuições dessa “paz alienada” tem sido o processo de globalização. A abertura da economia satisfaz e fortalece a ideologia consumista aproveitando-se desses fatores. Nas duas pontas...

Chiavenato (1998), como outros autores, reconhece que a classe baixa não sabe quais são suas necessidades, entre outras causas, porque é excluída da educação. Depois da queda do Muro de Berlim o povo desapareceu das discussões políticas do Brasil, assim, acabou o choque de ideologias e aumentou a despolitização da sociedade. A globalização substituiu a dicotomia socialismo *versus* capitalismo. Com a globalização o governo consegue, pela primeira vez, beneficiar a classe média alta e fazer um discurso social. O consumo possibilita isso, o prazer psicológico de adquirir um Nike à vista ou a prazo, original ou falsificado é o mesmo. O reino do consumo é o reino dos céus. Depois do acesso ao consumo para todas as classes, os governantes falam em consumo, a língua que todos entendem, e não mais em política ou ideologia. A padronização das reações psicossociais favorece a sensação de que todos vivem em um mesmo mundo. Neste processo globalizador não só os cidadãos foram nivelados à condição de consumidor, mas, também, os políticos foram nivelados em seu conjunto de ideias, hoje não há mais choques partidários ou programáticos, somente a disputa pelo poder.

Zygmunt Bauman (2000, p. 159) expressa de forma lapidar o significado a transformação do cidadão em consumidor:

Quando o estado reconhece a prioridade e superioridade das leis do mercado sobre as leis da pólis, o cidadão transforma-se em consumidor – e o consumidor “demanda mais e mais proteção, enquanto aceita cada vez menos a necessidade de participar” no governo do Estado. O resultado global são as atuais “condições fluidas de anomia generalizada e rejeição das normas” em todas as suas versões. Aumenta, em vez de diminuir, a distância entre o ideal de democracia liberal e sua versão real, de fato existente.

Em grande medida, o Estado está sendo mais uma barreira ao acesso à cidadania do que um catalisador das reivindicações sociais. De acordo com a teoria do Estado, todo poder emana do povo, ou seja, o povo é soberano em suas vontades e o Estado existe para satisfazer as necessidades do povo soberano. No entanto, o povo soberano e fim último da criação do Estado não consegue exercer sua soberania. Pelo contrário, ao reivindicar direitos sociais por meio de movimentos sociais, estes últimos estão sendo criminalizados, ou seja, o povo soberano, que é o criador do Estado, está sendo criminalizado pelo próprio Estado por exigir que este cumpra sua função de proteger seu

criador, o povo soberano. Em outros termos, o escultor faz uma escultura, depois de pronta, a escultura passa a dizer ao escultor como se deve fazer uma escultura.

3.3 TRANSFORMAÇÃO DOS CONSUMIDORES EM MERCADORIA

Talvez não exista pior privação, pior carência, que a dos perdedores na luta simbólica por reconhecimento, por acesso a uma existência socialmente reconhecida, em suma, por humanidade.

Pierre Bourdieu

Zygmunt Bauman (2008b), de forma lúcida, em seu livro *Vida para consumo*, mostra como as pessoas são transformadas em mercadorias. O que importa para o mercado é o valor mercadológico das pessoas. Por exemplo, há empresas que selecionam seus clientes por meio de sistemas informatizados que armazenam os registros dos mesmos, classificando-os a partir de “1” até “10”. Os clientes de primeira linha devem ser atendidos imediatamente por um funcionário de alta hierarquia, enquanto ou outros são colocados no fim da fila para serem atendidos por alguém de baixo escalão. As empresas selecionam os clientes mais rentáveis, e desviam os indesejáveis, os consumidores falhos, as ervas daninhas do jardim do consumo, as pessoas sem dinheiro e as sem cartões de crédito. Deste modo, só os jogadores preparados financeiramente ficam no jogo do consumo. Outro exemplo é o sistema de imigração britânico criado no início de 2008. Este novo sistema de imigração, “baseado em pontuações”, destina-se a “atrair os melhores e mais inteligentes” e excluir os indesejáveis e sem serventia para o país. Não só a Inglaterra escolhe seus imigrantes, mas vários países. As pessoas são estimuladas a se promoverem a mercadorias desejáveis, atraentes e compráveis, elas têm de constantemente agregar valor a si para conseguirem se vender no mercado de consumo/trabalho. As pessoas promovem as mercadorias e são as mercadorias que promovem, são ao mesmo tempo os produtos e os agentes do *marketing* no mercado de consumo.

Bauman (2008b) explica que no mercado de trabalho os proletários devem ter as qualificações necessárias para atrair a atenção dos potenciais compradores da mão-de-obra, sendo a capacitação destes trabalhadores, em grande parte, fornecida pelo Estado que

socializa os seus custos. No entanto, com o desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social, com a desregulamentação da economia, com as privatizações e com os déficits dos Estados, estes estão se retirando da condição de financiadores da capacitação das pessoas para o mercado de trabalho. Os governos estão transferindo os custos da capacitação da mão-de-obra para o setor privado – empresas e pessoas. Neste processo, as pessoas são aconselhadas por políticos e formadores de opinião a usarem seus próprios recursos e bom senso para permanecerem no mercado, se qualificarem e se tornarem vendáveis para os potenciais compradores. Transferir para o mercado a tarefa de tornar vendáveis as pessoas é o significado mais profundo da conversão do Estado ao culto da desregulamentação e da privatização.

As pessoas como mercadorias que são se submetem às mesmas condições de outras mercadorias, dentre elas: as cotações no mercado de trabalho, que precisam ser acompanhadas, observadas e calculadas; o aperfeiçoamento que deve ser constante; modelos que ficam ultrapassados e outros que os substituem; reciclagem quando possível, lixo quando dispensável e incineração quando preciso. Em outros termos, mercadorias são mercadorias, seja em Belo Horizonte, seja em Florianópolis. Seja qual for a mercadoria, as regras são as mesmas. Bauman (2008b) assinala que, na Sociedade de Consumo, os consumidores primeiro precisam se tornar mercadorias para só depois serem sujeitos sociais. Na sociedade de consumidores, segundo Bauman (2008b, p. 20), “a característica mais proeminente da sociedade de consumidores – ainda que cuidadosamente disfarçada e encoberta – é a *transformação dos consumidores em mercadorias*”, e é o fato de ser uma mercadoria de consumo que os torna membros autênticos dessa sociedade. Hoje o motivo de maior preocupação do consumidor é tornar-se e continuar sendo uma mercadoria vendável. Na Sociedade de Consumo o indivíduo precisa ser mercadoria para ser consumidor, o indivíduo vende sua força de trabalho para ter dinheiro e posteriormente consumir.

Segundo Bauman (2008b), para se fazer parte da Civilização Ocidental ou ocidentalizada, que se estrutura como uma Sociedade de Consumo, necessariamente seus integrantes terão de ser consumidores. Aqueles que não se adequar a essa condição indispensável serão excluídos. Sendo assim, as pessoas sempre devem estar de prontidão e capacitadas para venderem sua força de trabalho e manter um alto nível de empregabilidade, do contrário não terão como adquirir os recursos necessários para consumir e fazer parte da Sociedade de Consumo. Aqueles que não são consumidores, seja por se oporem a ideologia dominante, seja por não conseguir acompanhar o bonde do consumo, estarão em uma

situação não muito agradável, serão bárbaros – em sentido grego – que devem ser excluídos e se possível eliminados da pureza do mercado de consumo. A Sociedade de Consumo coage as pessoas a seguirem padrões de conduta, aqueles que não querem ou não podem seguir determinado padrão são considerados consumidores falhos, dispensáveis e lixo. Não há meio termo, é pegar ou lagar. Aqueles que não entrarem no bonde serão sentenciados com a sua exclusão e expulsão do mercado de consumo. Detalhe, sem direito a recurso. A decisão do mercado é soberana. Os consumidores falhos são pessoas desnecessárias para a sociedade de consumidores, que estaria melhor sem eles. Numa sociedade de consumidores, os consumidores falhos são pessoas sem valor de mercado. Os que são excluídos na Sociedade de Consumo têm um peso a mais do que os excluídos das sociedades de outrora, os ricos de hoje não precisam mais dos pobres para gerar riqueza, a elite dos dias atuais ganha dinheiro, em grande parte, no mercado de capitais. Isso quer dizer que os ricos não precisam mais ajudar os pobres a se reinserirem na sociedade para gerar riqueza. Investir na reintegração dos excluídos era um bom investimento para a elite meados do século XX , hoje é um gasto sem retorno. A Sociedade de Consumo *visa* o lucro, mas, na medida em que os consumidores não trazem lucro, tornam-se um problema para tal sociedade. Nas palavras de Bauman (2008b, p. 160-161) há uma síntese do que são as baixas colaterais do sistema:

Os pobres da sociedade de consumidores são inúteis. Membros decentes e normais da sociedade – consumidores autênticos – nada desejam nem esperam deles. Ninguém (e, o que é mais importante, ninguém que de fato importe, que fale e seja ouvido) precisa deles. Para eles, tolerância zero. A sociedade ficaria melhor se os pobres queimassem seus barracos e se permitissem queimar junto com eles – ou apenas sumissem. Sem eles o mundo seria muito mais afetuoso e agradável de viver. Os pobres são *desnecessários*, e portanto *indesejados*. [...] Desnecessários, indesejados, desamparados – onde é o lugar deles? A resposta mais curta é: fora de nossas vistas. [...] Se não for possível encontrar uma desculpa para deportá-los, ainda podem ser encarcerados em prisões longínquas ou em campos semelhantes a prisões, na melhor das hipóteses em lugares como o deserto do Arizona, em navios ancorados longe das rotas de navegação ou em cadeias *high-tech*, totalmente automatizadas, onde não vejam ninguém e onde ninguém, nem mesmo um guarda penitenciário, possa encontrá-los face a face com muita frequência.

Segundo Bauman (2008b; 2007b), com o desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social os governos saem da posição de provedores da seguridade social para se instituir como gestores dos consumidores falhos. Como não há mais locais para serem descobertos, colonizados e utilizados como depósitos pelos Estados, a remoção do lixo humano tem sido feita para as favelas, superguetos, *banlieues* e, no caso dos mais exaltados,

prisões. Em tempos de crise sistêmica a indústria da remoção do lixo cresce vigorosamente. Na medida em que as instituições de bem-estar encolhem, os complexos prisionais se expandem.

Não há limites para os lucros. A Sociedade de Consumo se reinventa a cada dia, ela é capaz de transformar asquerosas lagartas em lindas borboletas e consumidores falhos em lucros. Se os excluídos não são capazes de gerar riqueza consumindo no mercado de consumo tradicional, então, vão consumir pelo menos controle penal para gerar de riqueza para o sistema. As pessoas que não conseguiram se tornar mercadorias vendáveis, para posteriormente integrar a sociedade como consumidores e gerar riqueza, estão agora se tornando mercadorias recicláveis nas prisões. Nas prisões os consumidores falhos são mercadorias que geram lucro, prestígio político, empregos de juízes, promotores, advogados, escrivães, policiais, oficiais de justiça, carcereiros, cozinheiros etc. A indústria do controle da miséria cresce em percentagens muito superiores a da economia em geral. Com a privatização de presídios e serviços destinados à gestão da miséria surgem grandes empresas privadas com cotação nas bolsas de valores. Os consumidores falhos agora fazem *jus* a sua existência na Sociedade de Consumo. Os excluídos se tornaram ações cotadas nas bolsas de valores, enfim a redenção dos pobres. Com os pobres nas prisões a Sociedade de Consumo, por um lado, limpa cidades do mau, do feio, do indesejado e dos bárbaros, e, por outro, gera investimentos, riqueza, empregos e contribui para o crescimento do produto interno bruto – PIB – do país.

3.4 GESTÃO DOS CONSUMIDORES FALHOS PELO ENCARCERAMENTO

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial até o fim da década de 1960, os países ditos desenvolvidos passaram por uma fase de grande crescimento econômico. Neste mesmo período, foi instituído em tais países um programa de proteção social conhecido como Estado de Bem-Estar Social, o qual funcionava como um seguro coletivo contra as agruras do cotidiano, protegendo os aptos e reabilitando os temporariamente inaptos ao mercado de trabalho, fornecendo educação de boa qualidade e serviços de saúde à população. Em suma, o Estado assumia a responsabilidade de cuidar seus cidadãos.

No entanto, com a crise sistêmica iniciada no fim da década de 1960 o neoliberalismo se instalou como nova ordem vigente, o Estado de Bem-Estar Social mitigou

suas ações keynesianas, tanto nos Estados Unidos, quanto na Europa. Nos Estados Unidos, devido às características culturais e econômicas, sempre houve uma rede de proteção social menos abrangente do que na Europa.

Com a crise iniciada nos anos 1960 os Estados Unidos dão início a uma contração do Estado de Bem-Estar Social e a instalação de um Estado penal e policial, ou seja, a classe proletária, que antes recebia assistência social do Estado agora é criminalizada por ser tal classe. Antes o Estado controlava a classe proletária com assistência social, agora ela é controlada com a contenção punitiva do Estado.

Loïc Wacquant (2001; 2003), criminólogo e sociólogo, explica que com o neoliberalismo os Estados Unidos pretendiam remediar com mais Estado policial e penitenciário o menos Estado econômico e social. A mudança de foco do social para o penal, realizada pelos norteamericanos, se dá de duas formas, a primeira com a redução do orçamento destinado aos programas sociais e aumento dos recursos alocados para o setor penal do Estado, e a segunda com o aumento dos obstáculos e pré-requisitos burocráticos impostos aos postulantes de benefícios sociais, de modo a desencorajá-los ou a eliminá-los das listas de beneficiários. Tal estratégia neoliberal deixa de lado a guerra contra a pobreza com o intuito de fazer uma guerra contra os pobres. A partir da instalação do Estado neoliberal os pobres deixaram de ter um seguro social coletivo para assumirem a responsabilidade por si próprios. Como exemplo dessa mudança de foco do social para o penal nos Estados Unidos, pode-se citar o seguro-desemprego que, em 1975, cobria 81% dos assalariados que perdiam o emprego e, em 1990, apenas 25%. Em 1994 o número oficial de pobres ultrapassava os 40 milhões, ou seja, 15% da população do país. Como último exemplo, se tem o fato de que, por um lado, no período de uma década (1988-1998) o estado de Nova York aumentou seus gastos carcerários em 76% e, por outro, cortou os fundos do ensino universitário em 29%. Nas últimas três décadas, com a passagem da rede de segurança social do Estado para uma rede disciplinar-penal e com uma política estatal de criminalização da miséria, os serviços sociais são transformados em instrumentos de vigilância e controle da classe proletária. O acesso à assistência social passa ser tributário a adoção de certas normas de conduta, seja a obrigação de aceitar qualquer emprego, seja a que exige frequência à escola dos filhos dos beneficiários ou da inscrição em pseudo-estágios de formação que servem, principalmente, como ocupação do tempo. O importante é que quem seja agraciado com algum benefício social fique, em contrapartida, ocupado com algum trabalho e não perturbe aos gestores do sistema. Além do controle realizado pelo

Estado por meio das condições citadas acima relativas ao acesso à assistência social, há também a utilização em grande escala do encarceramento dos pobres, desviantes, consumidores falhos, que não se adequaram ao receituário neoliberal.

De acordo com Loïc Wacquant (2001; 2003), na medida em que se desfaz a rede de segurança social do Estado, vai se tecendo uma malha do Estado disciplinar-penal-carcerário chamado a substituir o social nas regiões inferiores do espaço social norteamericano. A repressão por meio do encarceramento, da criminalização e do controle penal foi uma das soluções encontradas para conter o crescente fluxo das famílias deserdadas, dos marginais das ruas, dos consumidores falhos, dos jovens desocupados e alienados, da desesperança e da violência que surgiram com a reestruturação do Estado. O encarceramento, principalmente, assume um lugar central no sistema dos instrumentos do governo da miséria. A desregulamentação econômica e a super-regulamentação penal vão de mãos dadas: o penal se torna o único meio capaz de suprimir os deslocamentos decorrentes do desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social.

Para dar embasamento teórico ao Estado-carcerário, Loïc Wacquant (2001; 2003) explica que o Manhattam Institute difundiu a teoria da “vidraça quebrada” ou tolerância zero, formulada em 1982 por James Q. Wilson e George Kelling, que diz ser capaz roubar um boi quem rouba um ovo; essa teoria sustenta que é lutando contra os pequenos distúrbios cotidianos que se faz recuar as grandes patologias criminais da sociedade. A teoria da “vidraça quebrada” serve de alibi criminológico para a reorganização do trabalho policial, deste modo, se faz uma perseguição permanente dos pobres nos espaços públicos com o intuito de amenizar os medos das classes média e dominante. Para o controle dos deserdados, além da tolerância zero contra os pequenos crimes, foi criado o alibi da guerra às drogas, que fez o sistema carcerário norteamericano, após a década de 1970, se expandir de forma nunca vista até então no ocidente. A guerra às drogas é apenas um simulacro para a contenção social por meio da repressão, tanto é que a perseguição penal se faz contra os vendedores de rua e os traficantes que estão na ponta do sistema, e não contra àqueles que gerenciam os grandes recursos gerados pelo tráfico. Com a criminalização da pobreza e com o Estado penal substituindo o Estado social, o encarceramento em massa é uma realidade não só nos Estados Unidos, mas em praticamente todos países ocidentais. Wacquant (2003, p. 32) explica como o encarceramento tem incidido na sociedade:

O inchamento explosivo da população carcerária, o recurso maciço às formas mais variadas de pré e pós-detenção, a eliminação dos programas de trabalho e de educação no interior das penitenciárias, a multiplicação dos instrumentos de vigilância tanto a montante quanto a jusante da cadeia carcerária: a nova penologia que vem se instalando não tem por objetivo “reabilitar” os criminosos, mas sim gerenciar custos e controlar populações perigosas e, na falta disso, estocá-los em separado para remediar a incúria dos serviços sociais que não se mostram nem desejosos nem capazes de tomá-los sob sua responsabilidade. A ascensão de Estado penal americano responde assim não à ascensão da criminalidade, que permaneceu constante durante todo este período, mas ao deslocamento social provocado pelo desengajamento do Estado caritativo.

Segundo Zygmunt Bauman (1998; 2003), ao longo do período moderno, tendeu-se a definir a exclusão social como uma situação temporária que se encaminhava em direção à igualdade. Os desempregados e sem vencimentos eram encarados como o exército de reserva da mão-de-obra, que seriam utilizados em breve na produção, e, conseqüentemente, deixariam de ser excluídos. No entanto, esse não é mais o caso. Hoje que há é um desemprego “estrutural”, ou seja, o desemprego passa a ser a norma e o emprego a anomalia. Os desempregados não são mais um exército de reserva de mão-de-obra: o progresso econômico, científico, tecnológico e financeiro significa menos, não mais emprego; a racionalização dos meios de produção significa reduzir postos de trabalho e colocações. Com a reestruturação da matriz de produção nas últimas décadas surgiu o desemprego estrutural e, conseqüentemente, o aumento do número de pessoas improdutivas em todo o mundo. Essas pessoas são mantidas vivas mediante transferências secundárias dos contribuintes. Elas são inúteis como consumidoras, e o fato de reivindicarem o direito à sobrevivência é um imenso custo para as classes média e dominante. O fato inescapável é que nos dias de hoje não há emprego suficientemente significativo para todas as pessoas vivas e, pior, não há muita perspectiva de que haja no futuro.

Como forma de controle dos deserdados dos ajustes econômicos, Bauman (1998; 2003) expõe duas principais estratégias, a primeira é a tradicional criminalização da pobreza, e a segunda é guetificação, favelização ou concentração de grandes massas de pessoas em áreas pré-definidas. A criminalização da pobreza e a segregação territorial se complementam, há uma troca constante de população entre os guetos e as penitenciárias, uma servindo como grande e crescente fonte para a outra. Segregação territorial e prisões são dois tipos de estratégia para limpar o corpo social do indesejável.

Neste contexto, a regulação normativa estabelecida pelo então Estado moderno foi abandonada, restando apenas o policiamento do território administrado nas

mãos dos governos dos Estados. Deste modo, resta ao Estado policial-penal a função de cuidar dos consumidores falhos que não obtêm a aptidão necessária para participar do jogo consumista, são pessoas incapazes de responder aos atrativos do mercado consumidor porque lhes faltam os recursos requeridos, ou seja, se tornaram pessoas-problema para o sistema econômico atual. De acordo com Bauman (1998, p. 24) os consumidores falhos

precisam ser detidos e mantidos em xeque. Como são um sorvedouro dos fundos públicos e por isso, indiretamente, do “dinheiro dos contribuintes” eles precisam ser detidos e mantidos em xeque ao menor custo possível. Se a remoção do refúgio se mostra menos dispendiosa do que a reciclagem do refúgio, deve ser-lhe dada a prioridade. Se é mais barato excluir e encarcerar os consumidores falhos para evitar-lhes o mal, isso é preferível ao restabelecimento de seu *status* de consumidores através de uma providente política de emprego conjugada com provisões ramificadas de previdência.

Por sua vez, Vera Malaguti Batista (2009) argumenta que é uma estratégia do sistema capitalista fazer o controle social da juventude e da mão-de-obra que está sobrando, através da punição, da pena e do encarceramento. Estas são populações para as quais só se tem como projeto o controle penal. Essas medidas têm por finalidade conter o crescimento excessivo dos supérfluos, que com a reestruturação econômica surgem aos milhões. Fecham-se as fronteiras da Europa, coloca-se um muro entre Israel e Palestina e outro entre os Estados Unidos e o México. A pobreza está sendo murada, incapacitada de se deslocar, ou seja, segregada em territórios pré-definidos. Essa mesma lógica é aplicada às cidades de forma exemplar. A periferia é transformada em campo de concentração. Nas favelas o Estado só chega por meio de seu braço armado, jamais pelo braço social. Nas periferias as pessoas não têm direitos, mas somente deveres para com o Estado. Em suma, é o braço policial do Estado que faz a gestão da luta de classes.

Exemplos de segregação dos despossuídos estão por toda a parte, hoje – 29/01/2009 – o autor deste texto presenciou mais um ato em defesa dos bons contribuintes em seu estágio de assessoramento jurídico, prestado no Escritório Modelo de Assistência Jurídica da Universidade Federal de Santa Catarina, atendeu um cidadão que buscava orientação jurídica sobre como proceder a uma “oferta” da Prefeitura da Cidade de Florianópolis. Este cidadão teve seu barraco interditado pela Defesa Civil por estar em uma área de risco. A proposta da prefeitura foi de indenizá-lo pela desapropriação indireta e dar-lhe uma passagem, só de ida, para sua cidade de origem. Em outras palavras, Florianópolis

como inegável cidade turística de alto poder aquisitivo e ponto de morada dos aposentados multimilionários do Brasil expulsa de forma lapidada os despossuídos que teimam em habitar seus morros. Em Florianópolis, os morros são áreas de risco para os barracos e portos seguros para as mansões. Indenizar os desvalidos por seus barracos e lhes pagarem passagens, só de ida, é mais econômico e salutar do que construir conjuntos habitacionais que desprestigiariam a Ilha da Magia. Aliás, a magia em Florianópolis é justamente a riqueza natural e econômica, a miséria aqui não é bem-vinda nem pintada de ouro.

Voltando aos Estados Unidos, Loïc Wacquant (2001; 2003) expõe como a população carcerária norteamericana começou a crescer desde os anos de 1970 até os dias atuais de maneira incansável e incessante. Os clientes do sistema carcerário norteamericano em 1975 eram de 380 mil, em 1980, 500 mil e, em 1997, a nada modesta cota de 1.850.000 (um milhão oitocentos e cinquenta mil) clientes. Em julho de 2008, segundo Adam Liptak (2009), foi atingida a esplendorosa cifra de 2.3 milhões de clientes consumindo controle penal nos Estados Unidos por meio do encarceramento, ou seja, uma taxa de 751 presos para cada 100 mil habitantes, enquanto que a média mundial de encarceramento é de 125 presos para cada 100 mil habitantes. Segundo Loïc Wacquant (2001; 2003), em 1997, além dos 1.85 milhão de clientes reclusos, havia mais 3.26 milhões com a suspensão condicional da pena e 685 mil colocados em liberdade condicional, ou seja, há 12 anos existiam 5.8 milhões de clientes consumindo controle penal nos Estados Unidos. Deste modo, 1 a cada 20 homens acima de 18 anos estavam naquela época sob as teias da justiça.

De acordo com Loïc Wacquant (2001; 2003), a partir da metade da década de 1970, nos Estados Unidos, com a desmantelação do Estado de Bem-Estar Social, a atitude dos poderes públicos mudaram em relação às classes pobres. O crescimento vertiginoso da população encarcerada se explica não pelo aumento da criminalidade violenta, mas pela extensão do recurso à prisão para crimes e delitos que, até então, não incorriam em condenação à reclusão. O engajamento do Estado na guerra contra as drogas, o combate aos pequenos delitos e a aplicação da doutrina da tolerância zero foram os pilares centrais do encarceramento em massa da classe proletária. A hiperinflação carcerária nutre-se também da maior duração do prazo de detenção, do aumento do volume de condenados à reclusão, da multiplicação das infrações que motiva o encarceramento, da perpetuidade automática no terceiro crime e da aplicação da legislação criminal “adulta” aos menores de idade com menos de dezesseis anos. As prisões americanas estão cheias de criminosos não violentos e de vulgares delinquentes, uma vez que o recurso sistemático ao aparelho policial

e judiciário é utilizado não para retirar de circulação criminosos perigosos, mas para conter as desordens da vida cotidiana nas famílias e nos bairros pobres. Como exemplo disso, 73% dos clientes das prisões estaduais e 94% dos clientes das federais estão presos por desordem em via pública, direção em estado de embriaguez, roubos domésticos ou de objetos em carros estacionados, arrombamentos ou, ainda, por infração à legislação sobre bebidas alcoólicas e drogas, ou seja, o sistema penal é utilizado simplesmente para o controle de classe. O encarceramento serve mais para gerenciar a classe dominada do que para lutar contra os crimes violentos, os quais, com frequência, estão nas mídias alimentando a indústria cultural do medo dos pobres. A prisão é um meio simples e direto de restaurar a ordem e de eliminar todos os tipos de problemas sociais. Porém, há altos custos para se estabelecer um enorme sistema carcerário como o dos Estados Unidos. Uma alternativa encontrada e utilizada pelo governo estadunidense foi o corte no orçamento das verbas sociais, da saúde pública e do ensino. Outra estratégia de redução do custo da política de confinamento da miséria consiste em fazer com que os detentos ou suas famílias assumam uma parte das despesas de seu encarceramento. Desde 1994 algumas jurisdições cobram um aluguel mensal dos presos por serem clientes do sistema carcerário. Em muitas prisões é cobrado o acesso a produtos de higiene pessoal, consulta ao dentista, à enfermagem, ao ateliê, selos e papel etc. As classes média e dominante querem controlar a classe dominada por meio do encarceramento, mas não querem pagar a conta, por isso há uma tendência em fazer com que os presos gerem receitas financeiras de qualquer forma.

Não só nos Estados Unidos a hiperinflação carcerária se tornou um problema-solução para os governantes, em todo o ocidente de um modo geral os novos ares do encarceramento em massa chegou. O controle dos consumidores falhos não está atrelado a um país, mas ao modelo econômico adotado pelos países. O capitalismo necessita da exclusão e repressão das classes dominadas para sobreviver. A violência do Estado no controle de classe dominada obrigatoriamente existe para manter o *status quo*. No Brasil, esse controle é feito com muito sucesso pelas forças da lei e da ordem. Milhões de contribuintes são segregados em favelas, milhões de contribuintes se submetem a ganhar um salário mínimo de miséria, milhões de contribuintes são mantidos na ignorância e milhões de contribuintes são parte da classe dominada. Este estado de coisas só é possível por meio da repressão. Apesar de o Brasil ser um dos países mais desiguais do mundo, aqui se vive relativamente em paz, só há cerca de 50 mil assassinatos de “pés de chinelo” por ano, mas tudo bem, o preço a pagar é razoável. No Brasil, um país de todos, apenas uma minoria pode

ser considerada cidadãos, isto é, apenas uma pequena parcela da sociedade tem acesso a uma cidadania digna. A maioria dos brasileiros responde pela alcunha de consumidores ou contribuintes, ser cidadão no Brasil é um privilégio.

Nos Estados Unidos, a passagem do Estado caritativo ao Estado policial pode ser observada com mais impacto do que em outros países. Tanto é que em julho de 2008 os EUA tinham 2.3 milhões de reclusos em seu sistema carcerário, ou seja, são 25% dos clientes do sistema carcerário no mundo. O Brasil não têm tantos encarcerados, mas também não deixa a desejar quando o assunto é o encarceramento de seus consumidores falhos. No relatório anual publicado em 2008 pelo Departamento Penitenciário Nacional, órgão vinculado ao Ministério da Justiça do Brasil, pode-se encontrar os gráficos abaixo referentes à população carcerária brasileira.

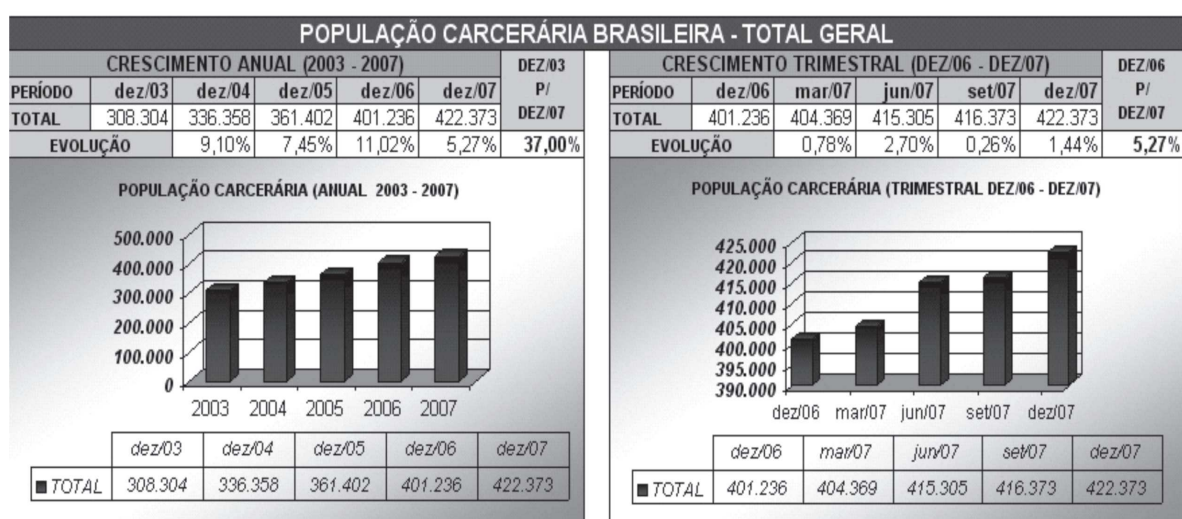


Figura – 01 Fonte: Comissão de Monitoramento e Avaliação – GAB/DEPEN
Sistema Nacional de Informação Penitenciária – InfoPen

No primeiro gráfico pode-se observar a evolução da população carcerária no Brasil de 2003 a 2007, com um crescimento médio de 8% ao ano. No segundo gráfico, os dados permitem uma análise trimestral do crescimento dos clientes reclusos no sistema carcerário no ano de 2007. Os números apresentados pelo Departamento Penitenciário Nacional não são nem um pouco animadores, com uma taxa de crescimento de 8% ao ano de clientes reclusos no sistema carcerário brasileiro, a desejada paz no futuro para o Florão da América está ameaçada pela desigualdade social e pela guerra contra aos pobres.

De acordo com Renata Mariz (2009), o diretor do Departamento Penitenciário Nacional, Airton Michels, afirmou que o Brasil fechou o ano de 2008 com 445 mil clientes no sistema carcerário, isto é, 22 mil detentos a mais somente em 2008 em relação ao ano anterior. Segundo Airton Michels, o Brasil tem o maior crescimento de presos do mundo, em termos proporcionais. Em 1990 existiam 110 mil presos, em 2008 já eram 445. O número de clientes reclusos no sistema carcerário brasileiro quadruplicou o seu quantitativo em menos de 20 anos, hoje há um déficit de 200 mil vagas no sistema. Só para cobrir o déficit atual de vagas seria necessário construir nada menos do que 400 (quatrocentos) presídios com capacidade de 500 clientes cada um.

Os Estados Unidos superam em grande número o Brasil quanto ao número de presos, mas quanto às condições de armazenagem dos consumidores falhos o Brasil é o campeão na precariedade das condições de sobrevivência nos recintos prisionais. Aqui, o “bagulho é loco e o processo é lento”, a superlotação é a regra. Há celas em que há revezamento para dormir por falta de espaço, enquanto uns dormem outros ficam em pé. No Brasil prendem-se os condenados até nas pilastras dos presídios, nos banheiros, nos corredores das prisões, nos camburões e nas delegacias que detém dezenas de milhares de clientes. As masmorras do Brasil são dignas da fama que tem no mundo, as condições sub-humanas imputadas aos reclusos são cortesias da expiação feita pelo sistema de classes.

3.5 O ESTADO POLICIAL COMO UM NOVO NICHOS DE MERCADO

De acordo com Loïc Wacquant (2001), a expansão do sistema carcerário norteamericano foi acompanhada pelo desenvolvimento de uma indústria privada da carceragem, que se iniciou em 1983. Dezesesseis anos depois, em 1999, já havia dezessete firmas que atuavam na construção, administração e gestão de presídios em aproximadamente 140 estabelecimentos espalhados em duas dezenas de estados. Algumas fazem a gestão das penitenciárias existentes, às quais fornecem pessoal de vigilância e serviços de hotelaria. Outras oferecem serviços de detenção, concepção arquitetônica, financiamento, construção, manutenção, administração e seguro. Algumas destas empresas estão cotadas na bolsa de valores Nasdaq, tais como: a Corrections Corporation of America, Correctional Services Corporation, Securicor e Wackenhut. Quando entrou na bolsa, a indústria carcerária passou a ser um dos mimos de Wall Street, pois estas empresas têm um

grande futuro pela frente, apenas no ano de 1996 foi iniciada a construção de 26 prisões federais e 96 penitenciárias estaduais.

Com o passar dos anos, a implantação das prisões privadas se afirmou como um poderoso instrumento de desenvolvimento econômico das cidades. As populações das zonas rurais não pouparam esforços para atraí-las, pois as prisões têm a vantagem de não utilizar produtos químicos, não incomodar os vizinhos com barulho, não expelir poluentes na atmosfera e não desempregar seus funcionários durante as recessões. Muito pelo contrário, as prisões trazem consigo empregos estáveis, comércio e impostos permanentes. A indústria da carceragem em tempos sombrios como os de hoje e como os que se anunciam é um empreendimento próspero e com boas perspectivas para o futuro, por isso, muitos governantes as querem em suas jurisdições e muitos investidores compram suas ações.

Corroborando com essa linha de pensamento, Laurindo Dias Minhoto (2000) explica que as transformações recentes na economia capitalista, pós década de 1970, possibilitaram o surgimento de novas situações de exclusão social, propiciando ao setor privado novos negócios ligados à gestão dos consumidores falhos. O Estado, por falta de recursos financeiros, por um lado, abandona uma parcela cada vez maior da população a sua própria sorte, e, por outro, busca apenas manter o controle militar sobre os setores em que reina barbárie. Assim sendo, a tendência é de que nas próximas décadas fique mais clara e evidente a divisão das cidades em ilhas de riqueza de um lado e grandes favelas de outro. Nas próprias palavras de Minhoto (2000, p. 156) se tem um resumo de como os excluídos sociais – consumidores falhos – estão sendo geridos:

É justamente no âmbito desse complexo cenário que parecem abrir-se novas oportunidades de negócios no gerenciamento dos novos párias. Com ou sem monopólio, a capacidade punitiva do Estado se expande e os prisioneiros se convertem em matéria prima do mercado do controle. Uma vez na prisão, a população potencialmente perigosa é apartada e alojada sob controle completo enquanto matéria-prima para o mesmo complexo industrial que os tornou supérfluos fora das grades. Matéria-prima para controle ou, se preferir, consumidores cativo dos serviços da indústria do controle.

Novas funções estão sendo criadas a cada dia para os consumidores falhos, o consumo do controle penal e o trabalho semiescravo dentro das prisões não mais são novidade. Segundo relata Bauman (1998), na Prisão de Angola, no estado de Indiana, Estados Unidos, se coleta “doações” de sangue, com pagamento de 4 dólares por doação.

Em outro caso mais impressionante, Nils Christie (1998) relata o caso de 14 criminosos condenados à morte em Taiwan, que foram “convidados” a doarem seus órgãos após a execução. Neste caso específico, os doadores, no momento da execução, estavam ligados a respiradores artificiais para que sua circulação sanguínea e respiração não parassem subitamente, de modo que se pode aproveitar o maior número de órgãos possível. Com o avanço da medicina os pobres agora têm uma nova função além do suprimento de mão-de-obra, isto é, passam a servir no fornecimento de peças sobressalentes para consertar outros corpos humanos.

Voltando a falar das prisões, Laurindo Dias Minhoto (2009), em seu artigo *As prisões do mercado*, relata que os negócios, somente na indústria das prisões municipais nos Estados Unidos, movimentam mais de US\$ 65 bilhões por ano. Excluindo os cárceres estaduais e federais, nos Estados Unidos existem aproximadamente 3.400 cárceres municipais com mais de 100 mil funcionários. Segundo Memélia Moreira (2009), o total de cárceres nos Estados Unidos chega a 8.700, em terra firme, e mais 17 cárceres flutuantes, em navios.

De acordo com Minhoto (2009), diante do mercado multibilionário das prisões, várias empresas se especializaram neste nicho de mercado, prestando serviços desde a construção até a gestão das prisões. As duas maiores companhias envolvidas no negócio de prisões, a Corrections Corporation of America (CCA) e a Wackenhut Corrections Corporations, cotadas na bolsa de valores Nasdaq, administram estabelecimentos penitenciários nos EUA, Canadá, Inglaterra, França, Alemanha, Austrália e Porto Rico, e tem como previsão expandir os negócios rumo à América Latina e ao Leste Europeu. Hoje, o sistema penitenciário é uma indústria como qualquer outra, carecendo de infraestrutura, funcionários, capital e matéria-prima. Em tempos de neoliberalismo vigoroso, produção automatizada, desemprego estrutural e insegurança generalizada, o setor industrial carcerário vai de vento em popa no controle da criminalidade. Nos dias de hoje, por um lado, a prisão se converte em um meio de controle altamente lucrativo das ilegalidades dos perdedores globais, que, uma vez excluídos do jogo do consumo, são agora incluídos nas prisões como consumidores de controle penal, por outro lado, as prisões privadas ajustam-se perfeitamente ao sistema econômico neoliberal, que levanta vozes à redução da presença do Estado na esfera do bem-estar e de ampliação das estratégias da lei e da ordem. Neste contexto, a privatização das prisões está totalmente de acordo com a ideologia capitalista, e a tendência que se vê no horizonte é justamente de mais privatizações.

No Brasil, não poderia ser muito diferente dos Estados Unidos, segundo César Barros Leal (2005) e Memélia Moreira (2009), os estados de Minas Gerais, Bahia, Paraná, Ceará, Santa Catarina, Amazonas, Espírito Santo, Pernambuco e São Paulo já desfrutam ou estão em vias de desfrutar das maravilhas da privatização de presídios. O primeiro estabelecimento penal privatizado do Brasil foi implantado no Paraná, no município de Guarapuava, em 1999, a um custo de R\$ 5.3 milhões, sendo 80% dos recursos financeiros oriundos do Fundo Penitenciário Nacional.

Em 2008 o governo do estado de Minas Gerais publicou um Edital de Licitação, na modalidade concorrência, para contratar uma empresa do setor privado com o intuito de fazer uma parceria público-privada para a exploração mediante concessão administrativa da construção e gestão de um complexo penal, com capacidade de alojar 3 mil detentos, a ser feito no município de Ribeirão das Neves, na região metropolitana de Belo Horizonte. De acordo com o edital, o prazo da concessão administrativa será de 27 anos, com um custo médio por dia estimado em R\$ 217.230,00 (duzentos e dezessete mil e duzentos e trinta reais), se multiplicar o custo médio diário pelo número de dias relativos aos 27 anos da concessão, se encontrará a bagatela de R\$ 2.111.476.080 (dois bilhões e cento e onze milhões e quatrocentos e setenta e seis mil e oitenta reais), prevista no edital como valor estimado do contrato de concessão. Não só os Estados Unidos gastam bilhões como controle da miséria, mas o Brasil também está disposto a investir seus bilhões no “social”.

Nem tudo está perdido, como diz Carlos José de Souza Guimarães (1995), com a privatização dos presídios os detentos ou clientes do sistema carcerário privado deveriam acrescer aos seus direitos específicos os direitos de consumidor, posto que, na realidade, estaria configurada uma relação de consumo prevista no art.2º, da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). Segundo Guimarães (1995, p. 64): “o inusitado *status* de consumidor levaria à possibilidade da celebração de convenção coletiva de consumo (art. 107) entre organizações de presos e entidades que explorassem o estabelecimento penal”. Já que os detentos são consumidores de controle penal, nada mais justo do que reivindicar seus direitos como consumidores. Talvez isso até contribua para a qualidade de vida dos clientes do sistema.

Analisando a segurança de um modo geral, Vera Malaguti Batista (2009) diz que a paranóia da segurança pública alimenta a indústria do controle do crime, o Estado e a segurança privada, diante de um quadro caótico, passam a consumir desde arames

farpados até sofisticados circuitos de câmeras. Neste contexto, violência produz uma grande demanda de sistemas de segurança, diante disso, o setor privado está sempre a postos para vender o seu *know how* de presídios, de bloqueios de telefones celulares, entre vários outros equipamentos. A violência e o medo derivado dela é um novo nicho de mercado para inúmeros negócios altamente rentáveis. Até as casas e os apartamentos estão mais caros devido à parafernália da segurança instalada nos condomínios residenciais construídos nos bairros preferidos pelos consumidores da Classe A. Ou seja, criar medos é criar lucro fácil.

A indústria do controle do crime, diante dos medos e da insegurança da sociedade, faz com que o setor de vigilância privada lucre como nunca. Uma pesquisa feita em 2004 pelo sociólogo André Zanetic (2005), da Universidade de São Paulo (USP), com dados da Polícia Federal, da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio do IBGE, da Fundação Instituto de Administração e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), estima-se que no fim de 2004 já havia no Brasil 2 milhões de vigilantes com e sem registro, 2.144 empresas de vigilância, 1.012 empresas de segurança orgânica e 293 empresas de transporte de valores oficialmente cadastradas na Polícia Federal. A maioria dos estados da federação possui mais vigilantes privados do que policiais, por exemplo, o estado do Rio de Janeiro possui 3.59 vigilantes para cada policial. Ainda segundo Zanetic (2005), de acordo com a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores, estima-se que o faturamento das empresas de segurança esteja próximo de 12 bilhões de reais. Apesar do setor de segurança privada gerar tanta riqueza e empregos, há um lado daninho nisso, como bem lembra Minhoto (2009) um dos efeitos perversos da expansão da segurança privada é a constituição de um sistema de segurança de duas camadas, pelo qual as elites se valem dos serviços privados, ficando a maior parte da população submetida à truculência e ineficiência características da segurança pública.

Não só no Brasil se utilizam eventos de comoção social para difundir o medo e lucrar, mas também, até em maior proporção, nos Estados Unidos isso acontece com frequência. Joe Lockard (2009), em seu artigo intitulado *O medo colectivo e o terrorismo como produto de consumo*, diz como os Estados Unidos utilizaram o ataque de 11 de setembro para fazer com que as empresas de segurança nacional tivessem um crescimento econômico esplendoroso desde então. O empresariado do medo que há cinquenta anos construía abrigos caseiros contra a radiatividade, agora vende até guias de sobrevivência contra o terrorismo. Por exemplo, a revista *Terrorism Survival Guide* (Guia de Sobrevivência ao Terrorismo) é um testemunho de como se pode lucrar com o medo. Em

suas dezenas de páginas há publicidade de armas, produtos de segurança e guias de sobrevivência, tirando partido do medo coletivo e das ameaças sociais para aumentar as vendas. Os produtos anunciados destinam-se a extirpar o medo do terrorismo, mesmo não sendo eficazes contra tal.

Lockard (2009) assevera que, na economia capitalista a proliferação dos medos é um fenômeno endêmico, o medo é utilizado como uma técnica de *marketing* para a venda de bens e serviços, sendo os Estados Unidos um caso particular por ter transformado o próprio país na maior estratégia de *marketing* de vendas por meio do medo. Os ataques de 11 de setembro foram uma benção para a economia norteamericana, desde então o país se tornou uma nação-produto para si mesma e para outros países que se aproveitam da paranóia norteamericana. Este *marketing* e consumo do medo coletivo assentam-se numa identidade nacional, ou seja, os outros povos passam a ser considerados bárbaros e os imigrantes um perigo introduzido no país. Neste contexto, as diferenças são interpretadas como fontes de perigo. Resumindo esta linha de raciocínio, Lockard (2009) afirma que

o consumo preventivo é uma resposta provocada pelo medo, no sentido de evitar as consequências da falta de preparação ou da inação. O consumo, em si mesmo, torna-se uma defesa contra os medos, racionais ou irracionais. O espectro do terrorismo islâmico, posterior ao 11 de setembro, gerou um mercado para produtos que se enquadram justamente no contexto do consumo preventivo. [...] O próprio medo tornou-se um produto de consumo e as empresas que dele dependem alimentam a paranóia criada pelos ataques terroristas. Desde a publicidade a seguros de saúde até anúncios a serviços financeiros com ênfase na segurança, os meios de comunicação social multiplicaram-se em apelos para a prevenção de algo que é quase impossível de prevenir através do consumo. O terrorismo islâmico tornou-se uma marca invisível que agrega produtos diversificados.

Se, por um lado, os aviões-bomba de Osama Bin Laden fez com que o setor de segurança lucrasse como nunca, por outro, prejudicou alguns setores da economia. Mas, sem problemas, porque o Estado sempre estará disposto a ajudar estas empresas. Segundo Lockard (2009), logo após o ataque de 11 de setembro as empresas do setor aéreo sofreram abalos financeiros, diante desta situação esqueceram-se da teoria liberal de não intervenção governamental e do livre mercado e pediram apoio financeiro ao governo. Tendo em vista que a função do capitalismo é a proteção do capital e não do trabalho, as despesas com os receios empresariais foram socializadas por meio do Estado, enquanto os medos dos cidadãos se mantiveram uma questão de caráter privado. A atual economia do medo é uma

fonte constante de lucro, com o medo e a insegurança o capitalismo põe em prática as sanções econômicas que lhe asseguram sua sobrevivência.

CONCLUSÃO

Espera-se que tenha ficado clara a relação entre o encarceramento em massa da população e o modelo socioeconômico adotado no ocidente. Os altos índices de encarceramento não estão isolados dentro de uma bolha, mas interligados a todas as escolhas feitas pela sociedade ao longo de décadas, ou até séculos, de organização social, pois a sociedade é um organismo vivo na qual todos os seus fenômenos sociais influenciam e são influenciados entre si.

É evidente que o crescimento do número de clientes do sistema carcerário, como tem ocorrido no Brasil e nos Estados Unidos, é insustentável em longo prazo. Por exemplo, o Brasil acrescentou 22 mil clientes ao sistema carcerário somente em 2008, tendo em conta que cada presídio, em média, comporta 500 presos, o Brasil tem que construir 44 novos presídios apenas para esses novos clientes do sistema carcerário brasileiro. Em 1990 o Brasil tinha 110 mil reclusos, em 2008 os números oficiais já somavam 445 mil, ou seja, em menos de vinte anos a população carcerária brasileira mais que quadruplicou. Se o Brasil continuar neste ritmo de crescimento do encarceramento, em menos de quarenta anos haverá nada menos do que 7 milhões de pessoas nos cárceres brasileiros.

No atual contexto socioeconômico brasileiro há uma sociedade de consumo estruturada na ideologia do consumismo, uma economia a cada dia mais financeirizada, uma população a cada geração menos educada, porém, com mais informações técnicas, um crescimento tecnológico e a automatização da indústria que possibilita o aumento da produtividade, um crescente desemprego estrutural em todo o mundo, uma onda de flexibilização dos direitos trabalhistas que ronda o Brasil, uma má distribuição da riqueza produzida pelo país, uma segregação de dezenas de milhões de pessoas em favelas, um aumento da repressão penal do Estado, um crescimento constante dos índices de encarceramento, taxas de homicídio comparáveis a zonas de guerra, uma guerra civil no Rio de Janeiro não declarada, a adoção dos *shoppings* como local de lazer das novas gerações, uma proliferação assustadora de condomínios fechados, um congresso comprovadamente corrupto, uma democracia de fachada, uma proteção do acesso ao consumo em detrimento do acesso à cidadania, um sistema jurídico que cumpre seu papel de legitimar o controle de classes e o entretenimento/circo que faz com que as pessoas se anestesiem e riem do seu próprio desespero. Este é um pequeno resumo da sociedade que o Brasil está construindo.

Todos estes fatores estão interligados e são conseqüências uns dos outros. A sociedade é um organismo vivo no qual o todo é maior do que a soma das partes.

Não há como resolver o problema da segurança pública por meio somente de repressão policial e encarceramento em massa dos desviantes do sistema. É necessário ver a sociedade como uma orquestra, se todos tocam bem o resultado final é uma bela sinfonia. O mesmo acontece com a organização da sociedade, se todas as classes sociais forem atendidas de forma a dar uma condição digna aos cidadãos, seria mais fácil chegar a níveis de violência toleráveis. O que acontece hoje no Brasil é que o pacto social não está sendo cumprido por nenhuma das partes, a classe dominante prefere se retirar para condomínios fechados e aumentar a repressão estatal a ter que distribuir a riqueza retida das classes dominadas. Em curto prazo pode até ser que o custo por meio do controle penal e policial do Estado seja menos oneroso financeiramente para a elite, mas em longo prazo parece não ser uma estratégia muito adequada para se manter o *status quo* burguês. A pergunta que se faz é até quando a ideologia burguesa conseguirá manter a unidade nacional em meio a tantas distorções socioeconômicas. Uma guerra civil já existe no Rio de Janeiro, só não é oficializada por causa das prováveis repercussões negativas que tal declaração acarretaria à imagem da cidade e do Brasil na comunidade internacional. Se o Brasil continuar com este modelo de sociedade, a tendência é a de que novos *fronts* de guerra surjam e milhões de pessoas sejam jogadas nas masmorras do sistema carcerário brasileiro. Veja que o problema do sistema carcerário não é um problema em si mesmo, mas uma conseqüência de uma sociedade não harmônica. Em resumo, o encarceramento em massa da população é um problema sistêmico, o que implica a necessidade de soluções sistêmicas para resolvê-lo.

Apesar deste trabalho de conclusão de curso ter se iniciado com a intenção de explicar as causas socioeconômicas do encarceramento em massa da população por meio do controle social praticado pelo Estado e de ter desenvolvido este raciocínio durante o texto, neste momento, depois de toda a reflexão, a conclusão é de que o pior encarceramento não é a prisão física dos desviantes do sistema em locais predeterminados, mas o encarceramento das mentes das pessoas na prisão ao ar livre que se tornou o mundo.

Florianópolis, inverno de 2009.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALSON, Philip. *Relatório do Relator Especial de execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias*. Disponível em: <<http://www.extrajudicialexecutions.org>>. Acesso em: 08 dez. 2008.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Política Fiscal*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2008.
- BANCO MUNDIAL. *Nuevos datos revelan que 1.400 millones de personas viven con menos de US\$1,25 al día, pero que la lucha contra la pobreza sigue avanzando con firmeza*. Disponível em: <<http://web.worldbank.org>>. Acesso em: 13 set. 2008.
- BATISTA, Vera Malaguti. *O Medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- _____. Entrevista à Thaís Tibiriçá. Disponível em: <<http://www.fazendomedia.com>>. Acesso em: 30 out. 2008.
- _____. A economia do medo. Disponível em: <<http://www.economiainterativa.com.br>>. Acesso em: 01 fev. 2009.
- _____. Entrevista a José Ricardo Prieto; Igor Chaves. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br>>. Acesso em: 29 jan. 2009.
- BAUDRILLARD, Jean. *À sombra das maiorias silenciosas: o fim social e o surgimento das massas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.
- _____. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. *Globalização – as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- _____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005a.
- _____. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005b.
- _____. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007a.
- _____. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007b.
- _____. *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008a.
- _____. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008b.
- BERGER, John. Planeta-prisão. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Brasil, n. 15, p. 36-37, 2008.
- BORBA, Rafael Klautau. *Quem são os anunciantes na propaganda brasileira?*. Disponível em: <<http://www.arcos.adv.br>>. Acesso em: 10 out. 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRISTOW, Michael. *Olimpíada 'mais cara da história' é pouco polêmica na China*. BBC News. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/portuguese/>>. Acesso em: 14 set. 2008.

CARNEIRO, Ricardo; BIANCARELI, André. Impactos e oportunidades. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Brasil, n. 14, p. 6-7, 2008.

CHAUI, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

CHIAVENATO, Júlio J. *Ética globalizada e Sociedade de consumo*. São Paulo: Moderna, 1998.

CHOMSKY, Noam. Democracia e mercados na nova ordem mundial. In: GENTILI, Pablo (Org). *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 7-45.

CHRISTIE, Nils. *A indústria do controle do crime: a caminho dos gulags em estilo ocidental*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1998.

COMPARATO, Fábio Konder. O direito e o avesso constitucional. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Brasil, n. 14, p. 12, 2008.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. *Dados Consolidados 2008*. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/depen>>. Acesso em: 31 jan. 2009.

EDITAL DE LICITAÇÃO. *Edital PPP nº 01/2008 – Complexo Penal*. Disponível em: <<http://www.ppp.mg.gov.br>>. Acesso em: 02 fev. 2009.

EXAME, Portal. *Com Anheuser-Busch, InBev se consolidaria como a maior cervejaria do mundo*. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br>>. Acesso em: 08 out. 2008.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

GUIMARÃES, Carlos José de Souza. Aspectos empresariais da privatização das prisões. In: ARAUJO JÚNIOR, João Marcelo. *Privatização das prisões*. São Paulo: RT, 1995, p. 89-116.

FREITAS, Carolina. *Ipea: renda do trabalho no total nacional deve aumentar*. Agência Estado Investimentos. Disponível em: <<http://aeinvestimentos.limao.com.br>>. Acesso em: 25 dez. 2008.

GALBRAITH, John Kenneth. *A sociedade afluyente*. São Paulo: Pioneira, 1987.

_____. *A economia das fraudes inocentes: verdades para o nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GLASSNER, Barry. *Cultura do medo: por que tememos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos*. São Paulo: Francis, 2003.

- GRAY JEFFREY A. *A psicologia do medo e do "Stress"*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.
- GUEDES, Odilon. Mais para quem tem menos. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Brasil, n. 13, p. 22-23, 2008.
- HOBBSBAWM, Eric J.. *Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- HORKHEIMER, M., e ADORNO, T. W., *Dialética do Esclarecimento*: Fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. São Paulo: Nova Fronteira, 2008.
- LEAL, César Barros. *A privatização das prisões*. In Revista Magister de Direito penal e Processual Penal, v. 4, (fev./mar. 2005). Porto Alegre: Magister, 2005, p. 11-45.
- LIMEIRA, Amundsen. *Segurança, cada vez mais privada*. Disponível em: <<http://www.economiainterativa.com.br>>. Acesso em: 31 out. 2008.
- LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. Ideologia da globalização e (dês)caminhos da iência social. In: GENTILI, Pablo (Org). *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 96-127.
- LIPTAK Adam. *EUA detêm a liderança mundial em número de presos e sentenças*. Disponível em: <<http://blog.zequinhabarroto.org.br>>. Acesso em: 30 jan. 2009.
- LOCKARD, Joe. O medo colectivo e o terrorismo como produto de consumo. Disponível em:<<http://ruibebrano.net>>. Acesso em: 01 fev. 2009
- LYRA FILHO, Roberto. *O que é direito*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1969.
- _____. *Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo: Unesp, 1998.
- MARIZ, Renata. *Novas vagas em presídios só ficam prontas em 2010*. Disponível em: <<http://www.uai.com.br>>. Acesso em: 30 jan. 2009.
- MARX, Karl. *O Capital* – crítica da economia política. São Paulo, Editora Abril, 1987.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: (I-Feuerbach)*. São Paulo: Hucitec. 1987.
- MÉSZÁROS, István. *Marx: a teoria da alienação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- MEZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. *Manual de metodologia da pesquisa no direito*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- MINHOTO, Laurindo Dias. *Privatização de presídios e criminalidade*. A gestão da violência no capitalismo global. São Paulo: Max Limonad, 2000.
- _____. *As prisões do mercado*. Disponível em:<<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 01 fev. 2009
- MIRA Y LÓPEZ, Emilio. *Quatro gigantes da alma: o medo, a ira, o amor e o dever*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- MOREIRA, Memélia. *Nos Estados Unidos, muitos presídios, grandes negócios*. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br>>. Acesso em: 02 fev. 2009.

- MULLER-CYRAN, Oliver. Jersey, o paraíso sem medo. *Le Monde Diplomatique Brasil*. n. 17, p. 16-17, 2008.
- PEDRO, Fábio Costa; COULON, Olga M. A. Fonseca. *História: pré-história, antiguidade e feudalismo*, 1989.
- ROSSI, Camila; SAKAMOTO, Leonardo. *Trabalho escravo é uma realidade também na cidade de São Paulo*. Disponível em <<http://www.reporterbrasil.org.br>>. Acesso em: 12 set. 2008.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1998.
- SADER, Emir. Desequilíbrios estruturais do capitalismo atual. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Brasil, n. 14, p. 4-5, 2008.
- SANDER, Leticia. *Governo Lula reduz gastos com publicidade pela primeira vez*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 10 out. 2008.
- SCHÜFFNER, Cláudia. *Conta petróleo gera déficit de US\$ 13,4 bilhões em 2008*. Disponível em: <<http://clippingmp.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 08 fev. 2009.
- SIEYÈS, Emmanuel Joseph. *A constituinte burguesa (Qu'est-ce que le tiers état?)*. Trad. Norma Azevedo. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1986.
- SKINNER, Burrhus Frederic. *Skinner – modelagem*. Disponível em: <<http://br.youtube.com>>. Acesso em: 25 out. 2008.
- SLATER, Don. *Cultura do consumo e modernidade*. São Paulo: Nobel, 2001.
- STROZENBERG, Pedro. Falta Estado e sobram armas. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Brasil, n. 16, p. 22-23, 2008.
- VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ZANETIC, André. *A questão da segurança privada: estudo do marco regulatório dos serviços particulares de segurança*. Dissertação. Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- WACQUANT, Lôic. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revam, 2003.
- WALLERSTEIN Immanuel. A reestruturação capitalista e o sistema mundo. In: GENTILI, Pablo (Org). *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 223-251.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo. Riscos e oportunidades. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Brasil, n. 17, p. 8-9, 2008.